

UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA – UBEC
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA – UCB

Pensando a Segurança Pública – Edição Especial Homicídios
Edital de Convocação nº 001/2015

PESQUISA
HOMICÍDIOS DOLOSOS NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Relatório Final

Brasília – Distrito Federal

Novembro 2016

Região 9: Centro-Oeste

Unidades da Federação: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul

Municípios: Ceilândia, Anápolis, Goiânia, Aparecida de Goiânia, Luziânia, Rondonópolis, Cuiabá, Várzea Grande, Campo Grande

Título: HOMICÍDIOS DOLOSOS NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Instituição proponente: Universidade Católica de Brasília – UCB

Coordenadora da pesquisa: Marcelle Gomes Figueira

Equipe da pesquisa

Nome	Função na pesquisa
Prof. ^a Dr. Marcelle Gomes Figueira	Coordenadora Geral
Msc. Andrea de Oliveira Macedo	Coordenadora Adjunta
Prof. ^a Msc. Alessandra Fontana Oberling	Coordenadora Institucional
Prof. ^o Msc. Nelson Gonçalves de Souza	Coordenador de Análise Criminal
Prof. ^a Msc. Juliana Ferreira da Silva	Coordenadora de Campo
Prof. ^a Dr. Haydee Caruso	Pesquisadora
Prof. ^o Dr. Naldson Ramos	Pesquisador
Prof. ^o Dr. Diaulas Costa Ribeiro	Pesquisador
Prof. ^o Dr. Francisco Xavier Feire Rodrigues	Pesquisador
Msc. Thiago Nascimento	Pesquisador
Prof. ^o Msc. Bilmar Angelis Almeida Ferreira	Pesquisador
Prof. ^a Msc. Bernadete Cordeiro	Pesquisadora
Marina Carvalho Paz	Pesquisadora
Yacine Guellati	Pesquisador

Resumo

A pesquisa Homicídios Dolosos no Centro-Oeste Brasileiro foi realizada pela Universidade Católica de Brasília em parceria com a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Mato Grosso. Ela se insere no contexto das ações para o desenvolvimento do Diagnóstico Nacional de Homicídios do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios e aprimoramento da Política Nacional de Segurança Pública. Teve por objeto 9 (nove) municípios do Centro-Oeste brasileiro, a saber: Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT), Várzea Grande (MT), Anápolis (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Goiânia (GO), Luziânia (GO) e Ceilândia (DF). Seu objetivo foi compreender os modos de funcionamento social que circundam os fenômenos dos homicídios dolosos no Centro-Oeste. A partir de entrevistas com atores locais, tais como representantes da sociedade civil e operadores da segurança pública, sobretudo policiais civis, se buscou identificar como os atores percebem a dinâmica do homicídio na localidade, assim como as estratégias de intervenção adotadas pelas instituições de segurança pública nos municípios e região administrativa estudada.

Palavras-chave: Homicídio. Segurança Pública. Violência.

Abstract

The murders research in the Midwest Brazilian was carried out by the Catholic University of Brasília in partnership with the University of Brasília and the Federal University of Mato Grosso. It falls within the context of actions for the development of the National Diagnostic Homicides the National Pact for homicide reduction and improvement of the National Public Security Policy, under Call No 001/2015 of the Notice Thinking Public Security - Special Edition Homicides – group 9 – Midwest. Its purpose four (04) Federative Units and nine (09) municipalities of the Brazilian Midwest, namely: Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT), Várzea Grande (MT), Anapolis (GO) Aparecida de Goiânia (GO), Goiânia (GO), Luziânia (GO) Ceilândia (DF). The main objective of this study is to produce qualitative knowledge to better understand the phenomenon of murders in the Midwest, through the systematic and qualitative analysis of the dynamics, motivations and specific cultural situations of murders in the Midwest, as well as intervention strategies adopted by institutions responsible for public safety on this type of crime.

Keywords: Homicide. Public Safety. Violence.

Lista de Quadros

Quadro 1 – Sumário das pesquisas sobre o tempo da justiça criminal brasileira para os casos de homicídio doloso (quadro adaptado).

Quadro 2 – Resumo do Distrito Federal (DF).

Quadro 3 – Resumo de Anápolis (GO).

Quadro 4 – Resumo de Goiânia (GO).

Quadro 5 – Resumo de Aparecida de Goiânia (GO).

Quadro 6 – Resumo de Luziânia (GO).

Quadro 7 – Resumo de Cuiabá (MT).

Quadro 8 – Resumo de Várzea Grande (MT).

Quadro 9 – Resumo de Rondonópolis (MT).

Quadro 10 – Recomendações Finais.

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa da Área de estudo.

Figura 2 – Mapa das Taxas de homicídio no Distrito Federal em 2015.

Figura 3 – Situação do acumulado em 2016 (jan./ fev.).

Figura 4 – Mapa das áreas de estudo no estado de Goiás.

Figura 5 – Mapa da área de estudo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Figura 6 – Mapa dos municípios do estado de Mato Grosso.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Mortes por causas externas (X85-Y09) em municípios da região Centro-Oeste – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).

Tabela 2 – Aspectos sociodemográficos, em 2013, no Plano Piloto e na Ceilândia.

Tabela 3 – Número absoluto e taxas de homicídio – Ceilândia e Distrito Federal – 2008 a 2015.

Tabela 4 – Taxas de homicídios em oito municípios da RIDE – 2010.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em municípios da região Centro-Oeste – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).

Gráfico 2 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) no Distrito Federal – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).

Gráfico 3 – Evolução da taxa de homicídio (por 100 mil habitantes) no DF e na Ceilândia (2008 a 2015).

Gráfico 4 – Metas do programa Viva Brasília para RISP Oeste.

Gráfico 5 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Anápolis-GO – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).

Gráfico 6 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Goiânia – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).

Gráfico 7 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Aparecida de Goiânia – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).

Gráfico 8 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Luziânia – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).

Gráfico 9 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Campo Grande – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).

Gráfico 10 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Cuiabá – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).

Gráfico 11 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Várzea Grande – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).

Gráfico 12 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Rondonópolis – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).

Lista de Siglas

Agefis – Agência de Fiscalização do Distrito Federal.

BR – Rodovia.

CCP – Crimes Contra o Patrimônio.

CEI – Campanha de Erradicação de Invasões.

Conseg – Conselho Comunitário de Segurança.

CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais.

Enafron – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras.

GIH – Grupo de Investigação de Homicídios.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

ONU – Organizações das Nações Unidas.

PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal.

PMMS – Polícia Militar do Mato Grosso.

POPs – Procedimentos Operacionais Padrão.

PRF – Polícia Rodoviária Federal.

RAs – Regiões Administrativas.

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento.

RISPs – Regiões Integradas de Segurança.

RUAS – Rede Urbana de Ações Socioculturais.

Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública.

SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade.

SSP/DF – Secretaria de Segurança Pública e de Paz Social do Distrito Federal.

UFs – Unidades Federativas.

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

Sumário

1	Introdução.....	10
1.1	Objetivo geral.....	10
1.2	Objetivos específicos.....	10
1.3	Contexto no qual a pesquisa foi desenvolvida	11
1.3.1	Questões Norteadoras.....	11
1.4	Revisão Bibliográfica.....	13
1.5	Apresentação sucinta da estrutura ou das seções do relatório.....	21
2	Metodologia.....	22
2.1	Enquadramento metodológico.....	22
2.1.1	Preparação do campo.....	22
2.1.2	Metodologia Exploratória.....	23
2.1.3	Metodologia Compreensiva	27
2.1.4	Superação das dificuldades	27
2.1.5	O tratamento das fontes e dados coletados.....	29
2.1.6	Os procedimentos de análise utilizados.....	29
2.1.7	Aspectos éticos e seus efeitos no desenvolvimento da pesquisa.....	29
3	Análise dos dados	30
3.1	Área total do estudo.....	30
3.2	Contextualização da área total do estudo	31
3.3	Distrito Federal (DF)	33
3.3.1	Contextualização	33
3.3.4	Recomendações	50
3.4	Goiás (GO)	54
3.4.1	Anápolis (GO).....	55
3.4.1.4	Recomendações para Anápolis (GO)	63
3.4.2	Goiânia (GO).....	65
3.4.2.4	Recomendações para Goiânia	72
3.4.3	Aparecida de Goiânia (GO).....	73

3.4.3.4	Recomendações para Aparecida de Goiânia	78
3.4.4	Luziânia (GO).....	80
3.4.4.4	Recomendações para Luziânia	86
3.5	Mato Grosso do Sul (MS)	90
3.5.1	Contextualização	90
3.5.2	Campo Grande (MS)	91
3.5.2.4	Recomendações	99
3.6	Mato Grosso (MT).....	100
3.6.1	Município de Cuiabá (MT).....	102
3.6.1.4.	Recomendações	109
3.6.2	Município de Várzea Grande (MT).....	109
3.6.2.3.	Recomendações	116
3.6.3	Município de Rondonópolis (MT)	118
3.6.3.5	Recomendações para Rondonópolis.....	127
4	Considerações Finais	128
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
	ANEXO 1	140
	ANEXO 2	142

1 Introdução

A pesquisa **Homicídios Dolosos no Centro-Oeste Brasileiro** foi realizada pela Universidade Católica de Brasília em parceria com a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Mato Grosso. Ela se insere no contexto das ações para o desenvolvimento do Diagnóstico Nacional de Homicídios do **Pacto Nacional pela Redução de Homicídios** e aprimoramento da Política Nacional de Segurança Pública, no âmbito da Convocação nº 001/2015 do Edital Pensando a Segurança Pública – Edição Especial Homicídios – Grupo 9 – Centro-Oeste (CO).

1.1 Objetivo geral

A pesquisa teve como objetivo geral compreender os modos de funcionamento social que circundam os fenômenos dos homicídios dolosos, assim como as lógicas que compõem as respostas dos Sistemas de Segurança Pública nesse cenário, de modo a contribuir para o avanço na compreensão das dinâmicas sociais específicas dos homicídios em cada localidade selecionada e reunir conhecimentos que auxiliem na formulação de políticas públicas qualificadas para a redução dos altos índices de mortes violentas no país.

1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa foram:

- Descrever e analisar as percepções de diferentes atores sociais acerca dos envolvidos, da motivação e da resposta dada pelo Sistema de Segurança Pública Justiça Criminal, acerca dos homicídios nos municípios selecionados no Centro-Oeste brasileiro.
- Contribuir para o desenvolvimento do Diagnóstico Nacional de Homicídios do **Pacto Nacional pela Redução de Homicídios** e para o aprimoramento da Política Nacional de Segurança Pública.
- Relatar e analisar as estratégias de intervenção adotadas pelas instituições de segurança pública nos municípios e região administrativa estudada, em relação ao crime de homicídio doloso.

- Descrever e analisar a dinâmica criminal, as motivações e as conjunturas culturais específicas relacionadas aos homicídios dolosos.
- Identificar e analisar a influência da organização social do espaço, sobretudo a distribuição da estrutura de oportunidades na dinâmica da sociabilidade violenta.

1.3 Contexto no qual a pesquisa foi desenvolvida

A Senasp desenvolveu conhecimentos quantitativos em âmbito nacional sobre o tema homicídio e com base nisto, lançou o Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública (Convocação 001/2015), de forma a suscitar uma abordagem qualitativa que pudesse evidenciar e qualificar as percepções acerca das causas e fatores de risco concernentes aos homicídios dolosos, de seus autores e vítimas, além de diversos outros fenômenos relacionados.

A iniciativa da Senasp em realizar o Diagnóstico Nacional de Homicídios vem ao encontro de demanda significativa da sociedade brasileira e comunidade internacional, no sentido de promover ações que possam minimizar as mortes por homicídios dolosos no país. Uma vez que a violência e o crime são fenômenos complexos, que exigem esforço de compreensão multifatorial, a modificação desse grave quadro nacional só será possível com a ampliação das análises quantitativas para uma compreensão mais geral do fenômeno dos homicídios.

Dessa forma, esta pesquisa partiu da seleção feita pela Senasp de quatro Unidades Federativas e nove municípios do Centro-Oeste, com base na quantidade de homicídios dolosos registrados em 2014, focalizando, prioritariamente, os municípios e localidades que concentram os maiores números absolutos de homicídios na região. Ademais, a pesquisa delimitou suas ações no sentido de atender às questões norteadoras determinadas pela Senasp, conforme a relação a seguir:

1.3.1 Questões Norteadoras

Sobre as percepções dos atores individuais e coletivos envolvidos:

- Por que esse território/município é violento?
- Quais são as causas da violência? Que tipo de violência gera homicídios?

- Quais foram os casos mais marcantes de homicídio no último ano?
- Quais as principais causas ou fatores de risco para ocorrência de homicídios do município/localidade?
- Qual o perfil da vítima e do autor dos homicídios?
- Quais as motivações dos autores dos homicídios?
- Quem mais morre? Quem mais mata?
- Como é possível prevenir a violência e os homicídios?
- Quais têm sido as respostas dadas pelo Estado para os elevados números de homicídios do município/localidade? Essas respostas são conhecidas pelos diferentes atores?
- Como os diferentes atores compreendem a atuação do Estado?
- Quais as limitações das respostas dadas pelo Estado para os elevados números de homicídios do município/localidade? As respostas são suficientes? Elas dialogam com as necessidades das comunidades dos territórios/municípios?
- O que pode ser feito para reduzir os números de homicídios?
- Os diferentes atores sentem-se seguros nos territórios/municípios pesquisados? O que seria necessário mudar para que eles se sentissem seguros?

Sobre as percepções dos atores individuais e coletivos vinculados à área de Justiça e de Segurança Pública envolvidos:

- Quais são os territórios de maior ocorrência de homicídios no município?
- Quais os principais problemas nas relações entre os atores envolvidos que limitam a capacidade de investigação e repressão aos homicídios ocorridos naquele município/localidade?
- Quais os principais problemas nas relações entre os atores envolvidos que limitam a capacidade de prevenção aos homicídios ocorridos naquele município/localidade?
- Existe articulação entre diferentes instâncias do governo estadual e municipal (ou distrital, quando aplicável) para prevenir a violência e os homicídios?
- Na opinião desses atores, quem mais mata e quem mais morre e quais são as causas de homicídios?

Em resumo, a pesquisa dedicou-se ao estudo do fenômeno dos homicídios em quatro Unidades Federativas e nove municípios do Centro-Oeste brasileiro, produzindo conhecimento qualitativo por meio da sistematização e análise qualitativa da dinâmica, motivações e conjunturas culturais específicas dos homicídios dolosos no Centro-Oeste, assim como das estratégias de intervenção adotadas pelas instituições de segurança pública acerca desse crime.

1.4 Revisão Bibliográfica

A Segurança Pública tem sido foco de preocupações da população brasileira nos últimos anos. Um estudo sobre as percepções dos brasileiros acerca da prestação de serviços nesta área, produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, constatou uma acentuada sensação de insegurança e um baixo grau de confiabilidade nas organizações policiais. De acordo com tal pesquisa, divulgada em dezembro de 2010, nove entre cada dez brasileiros declararam ter medo de serem assassinados e mais de 70% apresentaram pouca ou nenhuma confiabilidade nas Polícias Cíveis e Militares¹. Outros levantamentos apontam cenário semelhante. Segundo pesquisa do Datafolha, de julho de 2015², 81% dos entrevistados temem ser assassinados e 62% declararam o medo de sofrer agressões da Polícia Militar.

Os homicídios intencionais figuram o principal indicador global para reconhecimento, verificação e comparação dos índices de violência. Em todo o mundo, as principais fontes de informação para medição da letalidade violenta são os registros administrativos das organizações policiais, bem como os dados de saúde pública.

Quando observados comparativamente, esses dados oficiais confirmam o que as pesquisas de opinião sinalizam. O último relatório da ONU sobre homicídios (2013)³ demonstra que, entre os 219 países pesquisados, o Brasil apresenta o maior número absoluto registrado e a terceira maior taxa de homicídios por cem mil habitantes na América Latina. Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde apresentam a

¹ O módulo do Sistema de Indicadores de Percepção Social do IPEA, direcionado ao tema segurança pública, procurou medir o grau de medo apresentado pelos entrevistados com relação a determinados tipos criminais, bem como a avaliação sobre as seguintes organizações: Polícias Cíveis, Polícias Militares, Guardas Municipais e Polícia Federal. Para acesso ao relatório completo da referida pesquisa, acessar: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12661&catid=4&Itemid=2>.

² Conferir em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/07/1662655-maioria-da-populacao-diz-ter-medo-da-policia-militar-aponta-datafolha.shtml>>.

³ Conferir em: <http://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf>.

distribuição territorial das mortes decorrentes de agressão. Houve reduções das taxas de homicídios, nos últimos dez anos (2004-2014), em apenas oito estados brasileiros (Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Distrito Federal e São Paulo). Para a maioria deles, entretanto, o cenário é de estabilização ou de incremento nos indicadores de violência letal ao longo da última década. Entre as Unidades da Federação que apresentaram elevação de suas taxas de homicídios nesse período (acima de 100%), todas pertencem à região Nordeste, quais sejam: Paraíba, Ceará, Maranhão, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte.

Como resposta a esse incremento exponencial das taxas de mortalidade por agressão, várias Unidades da Federação implementaram, como planos prioritários de governo, a redução de sua incidência. Algumas referências mais recentes desse direcionamento das políticas de segurança pública são: “Pacto Pela Vida”, em curso no estado de Pernambuco, desde 2007; “Programa Estado Presente: Em defesa da Vida”, implementado no Espírito Santo em maio de 2011; “Pacto Pela Vida da Bahia”, lançado em junho de 2011; “Paraíba Unida Pela Paz”, implementado há três anos e meio pela Secretaria de Segurança e Defesa Social; “Viva Brasília, Nosso Pacto pela Vida”, lançado em julho de 2015 e “Pacto por um Ceará Pacífico”, lançado em agosto de 2015.

O Governo Federal, entre os anos de 2011 e 2014, aportou recursos para o enfrentamento da violência letal no Brasil, por meio do Programa Brasil mais Seguro, do Ministério da Justiça, e buscou induzir políticas públicas direcionadas ao público vulnerável aos homicídios com o Plano Juventude Viva, da Secretaria Geral da Presidência da República.

Como exemplos de políticas municipais, em Diadema, no estado de São Paulo, uma série de medidas de natureza preventiva reduziu a incidência de homicídios em 74%, entre os anos de 1999 e 2005. O município de Serra, no Espírito Santo, está empreendendo um esforço de implantação de uma política multissetorial, cujo propósito é a redução, nos moldes da experiência de Diadema, dos registros de homicídio⁴.

Abordar o homicídio na perspectiva da saúde e da epidemiologia não é algo novo, seja no campo teórico, seja no das ações programáticas de agências e governos ao redor do mundo. No Brasil, pesquisas sobre as estruturas e organizações de segurança pública, assim como sobre as dinâmicas da violência e da criminalidade, ganharam fôlego na agenda acadêmica e política apenas no final da década de 1980.

⁴ Sobre a experiência desenvolvida em Vitória, consultar Silveira (2008). Para uma abordagem sobre a interação entre Estado e setores sociais na política de segurança pública de Diadema, conferir o trabalho de Egg (2009).

Os estudos que se voltam focalmente sobre o fenômeno dos homicídios no Brasil podem ser divididos em dois grupos, de acordo com seu propósito principal: os descritivos e os explicativos. No primeiro grupo, estão os trabalhos que buscam produzir um panorama demográfico dos homicídios no Brasil ou em municípios específicos. As contribuições das pesquisas nesta linha consistem na construção de um perfil dos homicídios no Brasil, apontando, por exemplo, para os homens jovens não brancos como grupos demográficos mais vulneráveis (ARAÚJO et al., 2014; FERREIRA-SANTOS; BASTOS, 2009, 2011, 2012; GAWRYSZEWSKI et al., 2012; PERES, 2008; SOARES FILHO, 2011; SOARES FILHO; SOUZA; GAZAL-CARVALHO, 2007; WAISELFISZ, 2012; 2014). Além disso, os estudos descritivos indicam a desigualdade na distribuição espacial da vitimização por homicídios, tanto na escala intraurbana, sendo mais frequentes em favelas e bairros socioeconomicamente desfavorecidos (BARCELLOS; ZALUAR, 2014; BEATO FILHO, 2012; NUNES; COSTA, 2007; PERES et al., 2008; SOUZA; FRATARI, 2013), como no mapeamento das taxas e do perfil dos homicídios por município, em escala nacional. Nesses mapeamentos (ANDRADE; DINIZ, 2013; WAISELFISZ, 2012; 2014), são apontadas duas mudanças recentes no padrão de distribuição dos homicídios por município: a *interiorização*, ou o aumento das taxas de homicídios em municípios que não são capitais em relação àqueles que o são; e a *disseminação*, ou o deslocamento de áreas de concentração de homicídios para locais anteriormente tranquilos, especialmente, municípios de pequeno e médio porte.

A linha explicativa ocupa-se em fornecer, muitas vezes em caráter exploratório e provisório, hipóteses explicativas para a manutenção ou mudança no panorama dos homicídios em diferentes escalas. Nesta linha, quase todas as pesquisas se encaixam nos chamados estudos ecológicos, que enfatizam os fatores espacialmente distribuídos e que responderiam pelas variações geográficas nas taxas. Um desses fatores seria o grau de eficácia coletiva, ou seja, o grau de coesão ligado às relações de vizinhança em determinado local, o que se refletiria na capacidade de os grupos de autorregular, disciplinarem seus jovens e oferecerem oportunidades alternativas ao crime (BEATO FILHO, 2012; ZALUAR; RIBEIRO, 2007). Nesse caso, as elevadas taxas de homicídio em favelas e bairros segregados são explicadas pelo baixo grau de eficácia coletiva nesses locais, criando uma série de incentivos ao crime. Outros fatores comumente levantados nas pesquisas dessa linha são os relacionados à injustiça social: desvantagens econômicas e no recebimento de serviços de segurança e a desconsideração de direitos civis seriam elementos correlatos que respondem pelas altas taxas de homicídio em favelas e periferias urbanas (PERES et al., 2008). Os

estudos ecológicos em escala mais ampla buscam explicar os processos de interiorização e disseminação dos homicídios na última década no Brasil. Essas pesquisas apontam que novos polos de desenvolvimento atraem a criminalidade, ainda que sejam carentes de serviços de segurança adequados (WAISELFISZ, 2012; 2014).

Uma vertente interessante dos estudos explicativos ecológicos sugere que uma das causas da concentração dos homicídios em determinadas áreas seriam as situações de conflitos territoriais: disputas entre grupos de traficantes armados (e não sua mera presença) em zonas importantes para o mercado de drogas, com especial atenção à cidade do Rio de Janeiro (BARCELLOS; ZALUAR, 2014). Alternativamente, propõe-se que não os conflitos territoriais ligados ao crime organizado, mas os conflitos interpessoais ligados às relações íntimas seriam o principal fator explicativo do homicídio (COSTA, 2011; WAISELFISZ, 2014). Conflitos interpessoais são entendidos como antagonismos presentes nas relações cotidianas, em que há um vínculo prévio e uma relativa intimidade entre os conflitantes. Como exemplo temos os homicídios individuais que se originam de insultos e ameaças em interações entre familiares, vizinhos e colegas de trabalho. Embora esses conflitos sejam constitutivos das relações sociais, eles redundariam em agressão e homicídio na medida em que faltassem mecanismos formais de resolução pacífica⁵.

Apesar de as explicações com base em conflitos territoriais de traficantes serem diferentes das que enfatizam os conflitos interpessoais, nossa posição é a de que é desnecessário distinguir entre os dois tipos de conflito. Isso tem por base o entendimento de que os habitantes das favelas e periferias, além de serem vítimas dos conflitos territoriais, possuem também um vínculo cotidiano ligado à coabitação com atores criminosos. Em outras palavras, deve-se considerar a continuidade dos vínculos vicinais nas favelas e outros locais urbanos segregados. O risco vivido pelos habitantes desses locais de serem vítimas de homicídios está justamente na contiguidade geográfica cotidiana com grupos de criminosos violentos (SILVA, 2010; SILVA; LEITE, 2007).

Outro tipo de análise explicativa enfoca menos as variações geográficas, preferindo explicar as mudanças que ocorrem no decorrer do tempo no padrão de homicídios. Nesta linha, Soares (2005) aponta a correlação entre mortes violentas e regimes políticos. As transições democráticas na América Latina teriam levado, segundo o autor, a um decréscimo e, imediatamente, a uma estabilidade nas taxas de homicídio. Outro fenômeno que recebeu

⁵ Sobre a desigualdade no acesso a mecanismos formais de resolução de conflitos, ver: Kant de Lima (2004), Santos e Batitucci (2011), Sinhoretto (2008) e Sinhoretto e de Paula (2011).

destaque na pesquisa social brasileira foi a redução nas taxas por que passaram as grandes cidades brasileiras, sobretudo São Paulo, na primeira década do século XXI. Pode-se enumerar alguns fenômenos correlatos que a literatura atribui como causa dessa redução: aumento dos investimentos em segurança pública; encarceramento em massa; desarmamento (PERES et al., 2011); e maior atuação de facções criminosas na mediação de conflitos em favelas e periferias urbanas (FELTRAN, 2010).

Estudos especificamente voltados à compreensão sobre o funcionamento e operacionalização dos órgãos especializados na investigação criminal dos homicídios, ou sobre as estruturas e estratégias adotadas pelo poder público para enfrentamento e prevenção à ocorrência desses crimes, têm sido fomentados nos últimos anos (BRAGA, 2006; FONSECA, 2006; SAPORI, 2007; SAPORI; ANDRADE, 2007; BEATO, 2008; KAHN; ZANETIC, 2009; MARINHO; OLIVEIRA JR., 2009; MACÊDO, 2012; FIGUEIREDO, NEME; LOUREIRO LIMA, 2013).

Tal fato é, em parte, decorrência da visibilidade social do problema, bem como dos investimentos e mobilização de recursos aplicados pelos entes federados em políticas públicas direcionadas ao tema. Nesse sentido, já houve um relativo acúmulo de conhecimento produzido nos últimos anos. Contudo, pesquisas nesse campo são ainda incipientes, visto que a criação de uma agenda pública sobre os homicídios e demandas por uma atuação mais efetiva do Estado são fatos muito recentes no Brasil.

Além dos estudos que se voltam para os homicídios propriamente, há uma tradição de pesquisas a respeito da construção social dos homicídios como crime no âmbito organizacional da justiça penal. Nessa tradição, são estudados os processamentos dos casos de homicídio, desde o registro pelas polícias até a entrada de um condenado em uma instituição prisional – essas são as chamadas pesquisas de fluxo da justiça penal. Pode-se dizer que o fluxo da justiça penal é uma sequência seguida por um caso de crime que é trabalhado por policiais, promotores, advogados e juízes, sem que isso envolva necessariamente a copresença entre esses operadores.

Ao buscar compreender as interações entre agências que compõem os campos da segurança pública e da justiça no Brasil, alguns autores as agregam sob o rótulo de sistema. O caráter sistêmico da justiça criminal é configurado pela existência de um ordenamento legal de códigos processuais, o qual, idealmente, deveria garantir os atributos de previsibilidade e articulação ao fluxo de suas atividades. Entretanto, o estabelecimento de relações de cooperação, coerência e racionalidade entre as organizações do sistema de justiça criminal,

presumidas pelos arranjos formais, não se encontra plenamente refletido na realidade social. Os subsistemas policial, judiciário e penitenciário apresentam lógicas de atuação distintas entre si e, em alguns casos, conflitantes (SAPORI, 2007).

Outros autores utilizam a noção de sistema de justiça criminal para investigar o funcionamento da atuação de seus órgãos. No Brasil, os estudos de fluxo da justiça penal têm como pioneiro o estudo de Edmundo Campos Coelho (1986) de descrição das informações penais do município do Rio de Janeiro, com respeito a diversos crimes entre 1942 e 1967.

Em Ribeiro (2009), a configuração sistêmica é atribuída em face aos procedimentos judiciais que vinculam as diferentes agências responsáveis pelo processamento dos eventos criminais. Assim, “o sistema de justiça criminal brasileiro pode ser entendido como a conexão entre as Polícias (militar e civil), Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário e Sistema Prisional no intuito de processar as condutas capituladas como crime no Código Penal Brasileiro (CPB), de acordo com os procedimentos legais estabelecidos no Código de Processo Penal” (RIBEIRO, 2009, p. 39).

Tal definição é operacional nas pesquisas orientadas à investigação sobre os períodos demandados para processamento dos casos pela justiça criminal. De acordo com as pesquisas realizadas no Brasil sobre esse tema, há uma ineficiência estrutural no processamento dos crimes dolosos contra a vida. O Código do Processo Penal estima a duração legal dos processos de homicídio doloso em aproximadamente 260 dias para os casos em que os acusados estão presos e em 310 dias para os demais casos, considerando-se o fluxo que se inicia com o registro da ocorrência até o primeiro julgamento. Em praticamente todas as pesquisas apresentadas por Ribeiro (2009), o prazo é excedido, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Sumário das pesquisas sobre o tempo da justiça criminal brasileira para os casos de homicídio doloso (quadro adaptado).

Pesquisa (referência)	Objeto de pesquisa	Tempo de processamento
PINHEIRO, Paulo Sérgio. Continuidade autoritária e construção da democracia , 1999.	28 processos de linchamento ocorridos em São Paulo, entre 1980 e 1989.	Tempo médio: 74 meses ou 6 anos, aproximadamente.
VARGAS, Joana; BLAVASTKY, Ismênia; RIBEIRO, Ludmila. Metodologia de tratamento do tempo e da morosidade processual na justiça criminal.	Casos de homicídio doloso em São Paulo, iniciados e encerrados entre os anos de 1991 e 1998.	Tempo médio: 983 dias ou 2,69 anos.
VARGAS, Joana; BLAVASTKY, Ismênia; RIBEIRO, Ludmila. Metodologia de tratamento do tempo e da morosidade processual na justiça criminal.	Casos de homicídio doloso arquivados em Campinas no ano de 2003.	Tempo médio: 1648 dias para os réus soltos e 1190 dias para os réus presos.
BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. Fluxo do crime de homicídio no sistema de justiça criminal em Minas Gerais.	Amostra de processos julgados pelos Tribunais do Júri de Belo Horizonte entre 1985 e 2003.	Tempo médio: 911 dias.
RATTON, José Luiz; FERNANDES, F. Homicídios no fluxo do sistema de justiça criminal em Pernambuco (2003- 2004).	Casos de homicídio doloso em Recife, com autoria esclarecida, nos anos de 2000 e 2004.	Tempo médio: 86,55 dias para casos com um réu e 150,29 para casos com mais de um réu.
ADORNO, Sérgio; IZUMINO, W. Justice in time and the time of justice.	Casos de linchamento julgados pelo Fórum Regional da Penha – SP, no período de 1984 a 1988.	39% dos casos foram encerrados no período inferior a um ano e 44% se encerraram entre 12 e 24 meses.
RIBEIRO, Ludmila; DUARTE, Thais. O tempo dos Tribunais do Júri no Rio de Janeiro: Os padrões de seleção e filtragem para homicídios dolosos julgados entre 2000 e 2007.	Casos de homicídio doloso, iniciados e encerrados entre 2000 e 2007, na cidade do Rio de Janeiro.	Tempo médio: 707 dias (considerando datas do crime e da sentença).

Fonte: (RIBEIRO, 2009, p. 51-53).

Ratton, Torres e Bastos (2011) aplicam estatística descritiva e análise longitudinal⁶ para produção de estudo sobre o tempo e o fluxo do Sistema de Justiça Criminal em Recife. Para tanto, foi considerada uma parcela dos casos de homicídio doloso ocorridos em 2007 e denunciados pelo Ministério Público, por conter a verificação da existência da infração penal, bem como estarem evidenciadas as circunstâncias do crime e a autoria. As conclusões da pesquisa realizada apontaram que os tempos médios demandados para a execução das fases transcorridas nos processos, desde a instauração do inquérito até a fase final de julgamento em primeira instância, excederam os prazos formais estabelecidos pelo Código Processual Penal.

Com relação à “fase policial”, mais de um mês, em geral, era demandado para que o inquérito fosse instaurado, excetuando-se os casos em que, por questões contingenciais, o período foi excessivamente superior a essa média. Para a remessa do inquérito ao Ministério Público, o prazo verificado foi sete vezes superior àquele estabelecido formalmente, para o caso de réus soltos. Como afirmam os autores,

Quando se adiciona a média de dias da primeira (...) à segunda etapa (...), foram transcorridos mais de oito meses entre a data da ocorrência da infração penal até a remessa do inquérito pela autoridade policial para o MP. Dessa forma, caso o *parquet* considere as provas insuficientes e solicite diligências adicionais à Polícia, as chances de encontrar novos indícios serão extremamente reduzidas, pois já se passaram, em média, mais de 287 dias, desde a ocorrência do fato. Quando a média é calculada desconsiderando os *outliers*, há uma diminuição significativa, porém ainda bastante elevada: 148 dias. (RATTON, TORRES; BASTOS, 2011, p. 34)

Na “fase ministerial”, também foi constatada a extrapolação do prazo legalmente previsto para a realização de procedimentos necessários ao encaminhamento da denúncia ao judiciário. Entretanto, para os casos em que foi decretada a prisão em flagrante ou preventiva do indiciado, houve significativa redução nos tempos correspondentes ao cumprimento das fases policial e ministerial.

Além dos autores citados, Cano realizou estudo buscando estimar a proporção de crimes registrados que resulta em condenação. Para tanto, foram compilados, estimados e sistematizados os registros de ocorrência de homicídios e roubos, lavrados pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, entre os anos de 2000 a 2007. Como conclusão da pesquisa, e considerando que estavam submetidos à análise os casos em que houve prisão em flagrante dos acusados,

⁶ Segundo esclarece Cano, método longitudinal ou diacrônico consiste na mensuração “de crimes (de uma determinada natureza), registrados num certo ano, que acabou resultando em inquéritos, processos e sentenças”. O uso desse método exige o acompanhamento do conjunto correspondente de registros policiais ao longo de um período de tempo (CANO, 2010, p. 13).

menos de um décimo dos homicídios dolosos e menos de três casos de roubos em cada cem registrados pela polícia resultaram em sanção penal para os agressores. Neste sentido, a “mensuração da impunidade” produzida no estudo aponta que “mais de 92% dos homicídios e mais de 97% dos roubos permanecem impunes” (CANO, 2010, p. 42).

O fluxo dos casos de homicídio foi especificamente estudado também por Klarissa Silva (2008; 2014) e em uma pesquisa nacional coordenada por Michel Misse (2011; COSTA, 2011b; RATON; TORRES; BASTOS, 2011; VARGAS; RODRIGUES, 2011). As principais conclusões apontam para a descoordenação entre os diversos atores que participam da justiça penal, configurando o que se chamou de um “sistema frouxamente ajustado” de política penal.

As questões teóricas apresentadas serviram, portanto, de referencial analítico para o desenvolvimento do trabalho de campo e orientou as análises dos dados que a seguir serão exploradas.

1.5 Apresentação sucinta da estrutura ou das seções do relatório

O relatório está organizado em duas seções iniciais. A primeira trata da temática e da metodologia da pesquisa e a segunda apresenta os dados coletados e as análises detalhadas por cada município pesquisado. Ao final, são apresentadas as considerações finais e as recomendações para o desenvolvimento da política pública de segurança direcionada à problemática dos homicídios.

2 Metodologia

A pesquisa teve como escopo 4 (quatro) Unidades Federativas e 9 (nove) Municípios:

Unidades Federativas:

- Mato Grosso do Sul
- Mato Grosso
- Goiás
- Distrito Federal

Municípios

- Campo Grande (MS)
- Cuiabá (MT)
- Rondonópolis (MT)
- Várzea Grande (MT)
- Anápolis (GO)
- Aparecida de Goiânia (GO)
- Goiânia (GO)
- Luziânia (GO)
- Ceilândia (DF)

2.1 Enquadramento metodológico

A pesquisa consistiu num estudo empírico articulado entre diferentes metodologias que permitiram trazer diversos pontos de vista pertinentes ao entendimento da dinâmica sociocultural que circunda a questão dos homicídios em cada localidade, quais sejam: metodologia exploratória e compreensiva.

2.1.1 Preparação do campo

Inicialmente, e com vistas a criar condições para o bom desenvolvimento do diálogo com as Unidades Federativas – UFs e Municípios, a equipe de pesquisadores sugeriu que a Senasp atuasse no sentido de estabelecer junto às Secretarias Estaduais de Segurança Pública um profissional interlocutor da pesquisa. Sugerimos que, preferencialmente, esses

profissionais fossem os Delegados de Polícia Civil Titulares das Delegacias Especializadas em Homicídios de cada UF pesquisada. Assim, propusemos que a Senasp organizasse, já no primeiro momento da pesquisa, uma reunião com esses profissionais para que fosse feita a apresentação da pesquisa com seus objetivos, estratégias e resultados esperados, a sensibilização quanto à importância da pesquisa para o Diagnóstico Nacional dos Homicídios, assim como a apresentação dos pesquisadores coordenadores.

Infelizmente, esta reunião não foi possível de ser realizada, sobretudo em decorrência da forte instabilidade política e institucional desse período, e esta tarefa de sensibilização coube à equipe de pesquisa. A ausência desta reunião não inviabilizou a pesquisa, mas representou uma grande dificuldade uma vez que as Secretarias Estaduais de Segurança de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não responderam a nenhuma tentativa de contato, que tinham por objetivo levantar informações acerca de políticas, programas e projetos. Este levantamento ficou circunscrito à pesquisa nas páginas oficiais e aos relatos dos policiais e agentes comunitários entrevistados.

Em virtude das dificuldades narradas acima os contatos nestas localidades foram realizados com os Delegados de Polícia Civil Titulares das Delegacias Especializadas em Homicídios de cada município pesquisado. Na ocasião, foi realizada uma reunião com esses profissionais para a apresentação da pesquisa dos objetivos, estratégias e resultados esperados e para a sensibilização quanto à importância da pesquisa para o Diagnóstico Nacional de Homicídios, assim como a apresentação dos pesquisadores coordenadores.

Quanto a sociedade civil, as equipes de campo fizeram levantamentos específicos em cada localidade pesquisada a fim de identificar lideranças comunitárias, conselheiros comunitários, entre outros.

2.1.2 Metodologia Exploratória

A **metodologia exploratória** permitiu fazer a **sistematização dos dados disponíveis** acerca dos homicídios dolosos no município estudado e possibilitar o **recorte do território** e das **categorias de homicídio** a serem trabalhadas.

A. Recorte do território

A equipe de pesquisa coletou e cotejou os dados disponibilizados pela Senasp/MJ e por secretarias de segurança pública estaduais para os municípios pesquisados, de forma a

construir uma análise detalhada da distribuição das mortes por homicídios em cada região no ano de 2014.

A equipe de pesquisa recebeu um primeiro lote de dados da SENASP a respeito dos homicídios dolosos em cada Unidade Federativa (Estados e Distrito Federal) e tinha como proposta complementar esses dados para o nível municipal, utilizando como fontes os atores estaduais, tais como as polícias civis e as Secretarias de Segurança Pública. Tal expectativa, contudo, não se realizou, uma vez que tais informações não estavam disponíveis para todos os municípios, além da equipe de pesquisadores ter encontrado certa dificuldade de acesso aos dados em algumas localidades.

Dessa forma, os dados obtidos junto à Senasp referem-se ao total de homicídios dolosos cometidos na localidade, segundo os bairros. A partir dessas informações, foi definido o **território com maior incidência de homicídios** em cada município pesquisado. A definição do **território** foi feita a partir do mapeamento criminal dos casos de homicídios dolosos do município, buscando evidenciar a delimitação espacial – o bairro – em que estavam concentradas as ocorrências.

B. Matriz de Análise dos Inquéritos

A equipe de pesquisa organizou uma matriz para a análise dos inquéritos, com vistas a estruturar e classificar as informações. A matriz corresponde a um esforço de detalhamento do fenômeno do homicídio, catalogando informações concernentes às pessoas envolvidas, à dinâmica, às motivações e às características dos crimes de homicídio nos territórios pesquisados. Nossa equipe julgou importante detalhar e especificar as macrocategorias de análise propostas pela Senasp no Diagnóstico Nacional de Homicídios (2015). Segundo esse documento, são postuladas 04 (quatro) Macro Categorias, a saber: (i) Gangues e drogas; (ii) Violência patrimonial; (iii) Violência interpessoal; (iv) Violência doméstica. O detalhamento proposto pela equipe de pesquisa não tem a pretensão de abarcar todo o conjunto de possibilidades, mas objetiva fazer aparecer certos delineamentos, diferenças e sutilezas que podem resultar em interpretações interessantes do fenômeno dos homicídios. Pode-se notar que a Matriz de Análise contempla as categorias da Senasp e propõe subdivisões, criando as seguintes subcategorias:

A. Gangues e drogas

- A.1 Gangues – brigas de gangues, acerto de contas entre gangues, rixas e rivalidades entre gangues, brigas de torcida.
- A.2 Drogas – disputa por pontos de tráfico de drogas, confrontos com a polícia envolvendo combate armado ao tráfico de drogas.
 - A.2.1. Drogas – morte de cidadão em decorrência de ação policial de combate armado ao tráfico de drogas.
 - A.2.2. Drogas – morte de policial em decorrência de ação policial de combate armado ao tráfico de drogas.

B. Violência patrimonial

- B.1 Latrocínio – todos os homicídios que têm como intenção primeira o roubo de bens móveis, mas que resultam em morte: “assalto seguido de morte”: roubo de veículos, roubo com restrição de liberdade – “sequestro relâmpago”; assalto à residência (mesmo que o assalto tenha ocorrido na residência, não tem a residência como objetivo, mas os bens móveis que estão dentro dela); roubos a instituições financeiras – “assalto a banco”, “roubo a caixa eletrônico”; roubo em coletivo; roubo em posto de combustível, etc.
 - B.1.1 Latrocínio com morte da vítima do roubo⁷.
 - B.1.2 Latrocínio com morte do autor do roubo.
 - B.1.3 Latrocínio com morte de policial em decorrência de flagrante de roubo.
- B.2 Conflitos agrários – todos os homicídios que tenham a questão agrária como pano de fundo para emergência de conflitos: disputa, rixas e rivalidades envolvendo a ocupação de terra, grilagem.

⁷Algumas secretarias de segurança pública, como a do Mato Grosso, separam os “Roubos seguidos de Morte” dos “Homicídios”. A metodologia aqui adotada não trabalha com essa distinção.

C. Violência interpessoal: homicídios ocorridos em espaço público, envolvendo pessoas que não têm relação familiar, incivildades

- C.1 Sociabilidade violenta – os envolvidos não têm nenhuma relação íntima ou identitária): brigas de bar, brigas de trânsito, rixas entre vizinhos.
- C.2 Vulnerabilidade da vítima por sua identidade – homofobia, racismo, violência religiosa, xenofobia.
- C.3 Grupos de extermínio.

D. Violência de Gênero

- D.1 Violência doméstica – os envolvidos necessariamente devem ter relações familiares – conjugais ou de parentalidade.
- D.2 Estupro seguido de morte da vítima – embora o estupro não se dê em ambiente doméstico necessariamente, entram aqui as mortes de vítimas de estupro, pois têm a questão de gênero e a violência sexual como pano de fundo.
- D.3 Homicídio com vitimologia específica feminina – esta categoria é para dar visibilidade ao caso de homicídio de mulheres nos pontos de ônibus de Goiânia, pois elas não eram sequer estupradas antes, mas morreram por sua condição feminina.

De posse dessa categorização, a equipe de pesquisa pretendia aplicar a matriz de análise de inquéritos no levantamento em todos os inquéritos de homicídios em 2014 levados a cabo pela Delegacia de Polícia da área de pesquisa. Porém, em campo, os pesquisadores tiveram dificuldade de acesso aos inquéritos. Sob a argumentação de que os inquéritos correm em sigilo, os Delegados responsáveis negaram a permissão de acesso aos inquéritos. Tal situação prejudicou a organização e distribuição dos homicídios segundo as categorias e subcategorias propostas pela equipe de pesquisa. Portanto, a equipe de pesquisa considera que os dados, ainda que afetados pelos limites impostos pelos pesquisados, transparecem uma série de representações que os profissionais de segurança pública têm acerca de seu próprio trabalho de investigação de homicídios, o que não deixa de fazer parte do objeto da pesquisa.

Assim, a equipe levou a pesquisa adiante com o material a que teve acesso e baseando suas interpretações majoritariamente nas entrevistas e grupos focais que compuseram a metodologia compreensiva.

2.1.3 Metodologia Compreensiva

O **método compreensivo** compôs um conjunto de ações para a interpretação dos dados e dos discursos produzidos pelos diferentes atores que trazem pontos de vista sobre as dinâmicas dos homicídios dolosos daquele território. A equipe buscou realizar **entrevistas** e **grupos focais** com familiares de vítimas, testemunhas, defensores de direitos humanos, representantes de organizações da sociedade civil, profissionais de segurança pública envolvidos na investigação e no policiamento ostensivo do local do crime, especialistas e autoridades da área da segurança pública e justiça criminal.

As entrevistas e grupos focais forneceram a **percepção dos atores sociais** sobre o fato, seu contexto e as respostas dadas pelo Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal. Assim, foi possível apresentar um panorama geral das percepções dos diferentes atores sobre as condições do homicídio, sua motivação e a forma como compreendem e valoram as respostas do sistema. Tais análises serão descritas a seguir, conforme são apresentados os dados de campo de cada localidade pesquisada.

Coube à Senasp a elaboração final e a distribuição dos instrumentos para a coleta de dados. Dessa forma, a Secretaria elaborou dois roteiros de entrevistas para condução de grupo focal, um voltado para os profissionais de segurança pública e outro voltado para os associados da vítima e do autor. Esses roteiros estão no anexo.

2.1.4 Superação das dificuldades

Conforme apresentado anteriormente, a dificuldade de acesso aos inquéritos impossibilitou a construção de um panorama mais detalhado dos homicídios ocorridos em 2014. Dessa forma, a equipe de pesquisa conduziu suas interpretações, majoritariamente, com o material colhido nas entrevistas e grupos focais.

Ainda assim, dificuldades adicionais impuseram-se no desenvolvimento da pesquisa. No que tange a testemunhas e familiares das vítimas, foram observadas as seguintes dificuldades. Em alguns casos, telefones e endereços estavam desatualizados. Em outros, observou-se resistência e medo em falar com o pesquisador. Em outros, havia risco à

segurança do pesquisador, uma vez que essas famílias se encontram em áreas vulneráveis da cidade. E, por fim, muitas das famílias das vítimas são compostas por autores de outros homicídios, havendo muita rixa entre elas, de forma que os pesquisadores foram desencorajados pelos próprios policiais para que não fizessem contato com essas famílias.

No que se relaciona aos defensores e representantes das organizações da sociedade civil, o acesso foi melhor, sendo possível realizar entrevistas em profundidade e grupos focais.

No que se refere aos profissionais de segurança pública, houve impactos relativos ao ambiente político nacional, assim como à rotatividade de profissionais e à descontinuidade das ações e informações no fluxo de trabalho das delegacias de polícia civil. Nos períodos que antecederam importantes votações relacionadas ao impeachment da presidenta Dilma, algumas entrevistas foram desmarcadas, pois os agentes estavam mobilizados em reuniões com as chefias de polícias. Assim, os entrevistados estavam mais interessados nas notícias divulgadas pela mídia, fazendo com que fosse necessário um esforço adicional para trazer o foco dos entrevistados para as questões que eram o objeto da pesquisa. Ademais, as dificuldades na descontinuidade das ações atrasaram a realização de entrevistas.

No âmbito geral, tais dificuldades não comprometeram de todo a coleta de dados, tendo implicado, na maioria das vezes, em atraso, retrabalho e esforço adicional por parte da equipe de pesquisa.

No que se refere à qualidade das fontes e dos dados coletados, é importante salientar que houve uma mudança no enquadre da pesquisa. O desenho original da metodologia consistia num estudo de caso. Previa uma análise indutiva, que partia de casos particulares e prosseguia na direção de uma compreensão global. Caso o programa inicial tivesse sido obedecido, os dados coletados estariam referenciados a situações concretas, o que possibilitaria uma maior ancoragem das percepções dos diversos atores sociais a uma dinâmica de acontecimentos. Uma vez que os inquéritos se tornaram muito pouco acessíveis aos pesquisadores, tal método indutivo foi prejudicado e substituído pela análise das percepções. Essas percepções, enquanto tais, são eivadas de maior subjetividade, levando a pesquisa a enquadrar-se mais como uma pesquisa sobre representações do que um estudo de caso.

2.1.5 O tratamento das fontes e dados coletados

Os dados coletados foram degravados e submetidos à análise discursiva. Todas as participações dos entrevistados foram consideradas para as análises que serão apresentadas a seguir.

2.1.6. Os procedimentos de análise utilizados

Os dados relacionados às percepções dos diferentes atores sobre a dinâmica dos homicídios foram submetidos à análise discursiva, seguindo as questões norteadoras propostas pela Senasp. As interpretações das percepções integram a análise geral de cada município (ou região administrativa, no caso do Distrito Federal) e foram divididas entre dois grupos principais: (i) operadores da segurança pública e (ii) representantes da sociedade civil. Os resultados foram organizados nos seguintes principais eixos:

- Causas/fatores de risco/motivações/dinâmica.
- Perfil dos autores e vítimas.
- Respostas do Estado naquele município – abordagens (preventiva ou repressiva), articulação entre atores governamentais, eficácia, impactos e externalidades.
- Sentimento de segurança dos atores sociais.
- Identificação de áreas críticas pelas polícias.

2.1.7 Aspectos éticos e seus efeitos no desenvolvimento da pesquisa

Em relação aos aspectos éticos, a pesquisa transcorreu sem problemas. As principais fontes de dados foram as entrevistas e grupo focais, sendo todas as entrevistas conduzidas com a anuência dos entrevistados. Nos casos em que o entrevistado solicitou não ser identificado, o pedido foi registrado na gravação, não sendo nominalmente identificada.

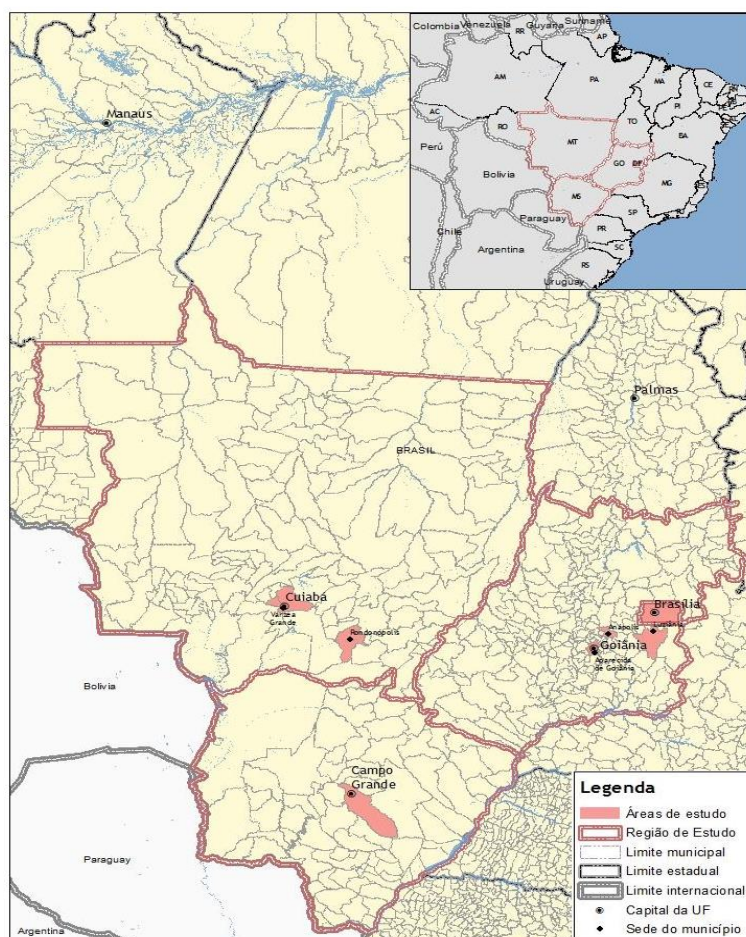
3 Análise dos dados

A análise dos dados integra as percepções dos diferentes atores a respeito do fenômeno dos homicídios. Inicialmente, será apresentada uma visão global da área de estudos e, em seguida, serão analisadas as particularidades de cada localidade pesquisada.

3.1 Área total do estudo

A área de estudo foi a região Centro-Oeste, compreendendo os 9 (nove) municípios previamente selecionados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Figura 1 – Mapa da Área de estudo.



Conforme pode ser observado na Figura 1, há somente dois grupos de municípios contínuos que fazem fronteira entre si. Um grupo compreende os municípios de Cuiabá e Várzea Grande no Estado de Mato Grosso e o segundo grupo, os municípios de Anápolis, Goiânia e Aparecida de Goiânia em Goiás.

3.2 Contextualização da área total do estudo

Os dados do Sistema Informação de Mortalidade - SIM para os municípios analisados no estudo encontram-se na Tabela 1, a seguir. É importante ter em conta na análise que o Distrito Federal é considerado no SIM, tal qual no IBGE, como uma única unidade federativa, funcionando ao mesmo tempo como estado e município. Portanto, os dados do SIM que se seguem não podem ser desagregados para uma visão interna da evolução das taxas de mortes em cada uma das cidades (regiões administrativas) do Distrito Federal. Nesses sistemas, Brasília aparece como o único município do Distrito Federal.

Tabela 1 – Mortes por causas externas (X85-Y09) em municípios da região Centro-Oeste – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).

Município	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Desvio-padrão da taxa do período
Brasília	35,71	31,93	32,26	33,19	34,14	38,55	34,41	37,43	38,93	32,94	33,17	2,51
Anápolis	24,03	26,16	22,58	27,03	29,28	31,25	30,15	31,61	46,74	57,36	48,34	11,42
Aparecida de Goiânia	31,14	31,24	33,33	31,14	30,31	36,22	37,74	47,95	62,84	57,73	61,21	13,04
Goiânia	36,82	34,55	36,38	34,47	44,25	40,72	39,87	49,84	55,41	56,69	59,62	9,41
Luziânia	54,29	64,36	47,53	53,56	52,01	36,66	76,20	92,60	105,8	71,21	63,83	20,28
Cuiabá	44,79	44,40	40,71	40,60	42,77	43,41	40,26	45,48	44,00	40,36	51,78	3,35
Rondonópolis	32,96	40,76	29,44	40,01	34,62	36,83	41,42	40,71	48,44	72,11	59,51	12,50
Várzea Grande	27,20	31,76	45,14	45,13	53,80	52,49	53,42	46,98	61,58	52,88	77,51	13,57
Campo Grande	30,10	28,54	27,05	34,64	25,56	28,61	21,72	21,35	22,60	18,86	22,89	4,65

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde e Estimativas, contagem e censo populacional/IBGE – Série Histórica.

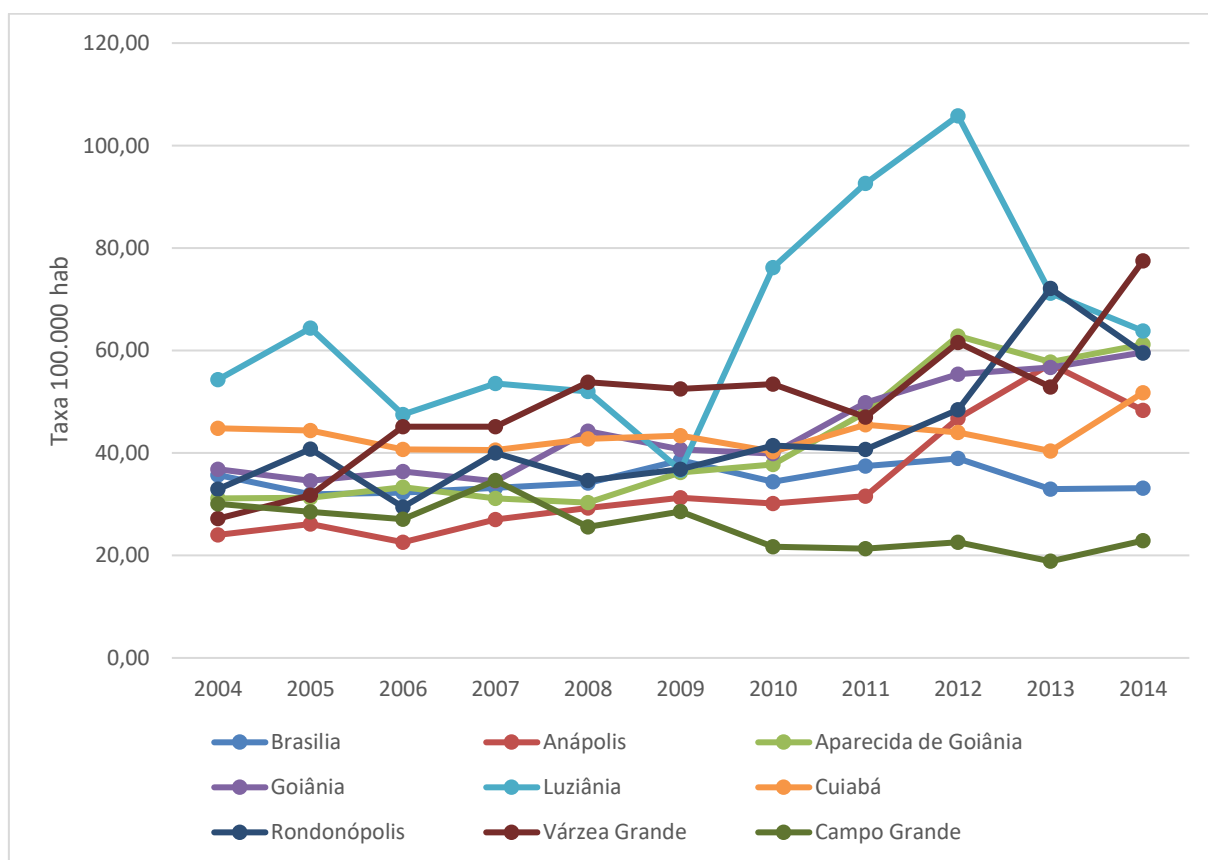
Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

A Tabela 1 indica, em termos gerais, uma ascendência das mortes por causas externas com destaque para os municípios de Anápolis, Aparecida de Goiânia e Luziânia no estado de Goiás.

No Mato Grosso, os municípios de Várzea Grande e Rondonópolis apresentaram aumento na taxa de mortes, com esta última sofrendo redução no último ano do período considerado. No Mato Grosso do Sul, Campo Grande, com oscilações entre os anos de 2004 e 2009, vêm apresentando redução na taxa de mortes desde o ano de 2010. No período considerado, Brasília (DP 2,51) e Cuiabá (DP 3,35) mantiveram certa estabilidade na taxa de mortes, com Cuiabá tendo uma maior oscilação para cima no ano de 2014.

O Gráfico 1 permite uma melhor visualização da evolução das taxas de mortes por causas externas nos municípios em estudo.

Gráfico 1 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em municípios da região Centro-Oeste – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).



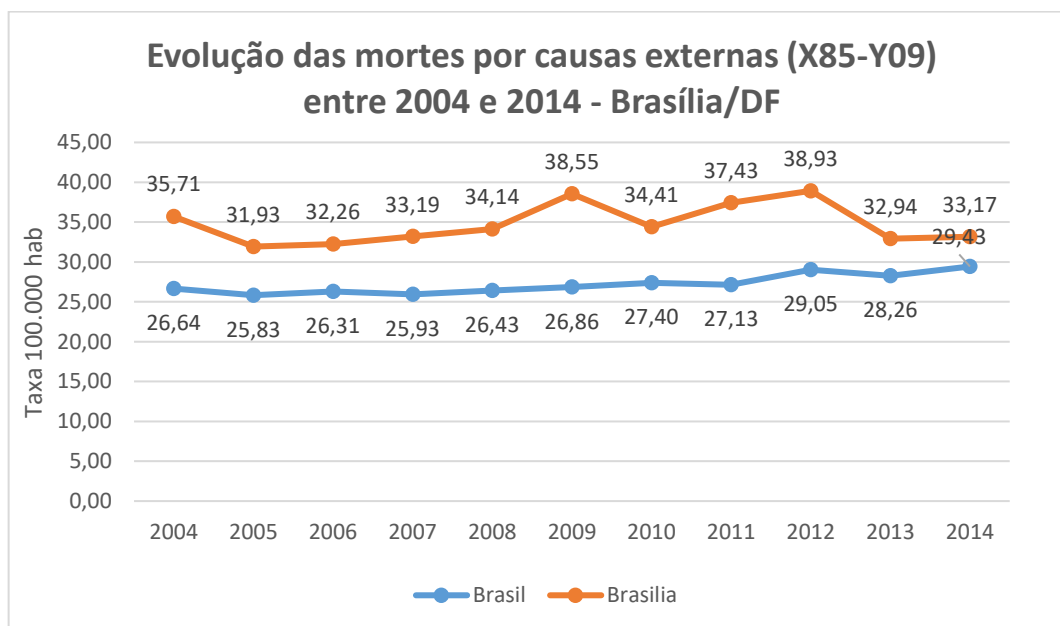
Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade – SIM/ Secretaria de Vigilância Saúde/ Ministério da Saúde
Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.3 Distrito Federal (DF)

3.3.1 Contextualização

No período de 2004 a 2014, de acordo com os dados do SIM e a evolução populacional indicada pelo IBGE, o Distrito Federal apresentou certa estabilidade nas taxas de mortes por causas externas, $\bar{X} = 34,79$, $DP = 2,51$, com variação anual, $\bar{X} = 0,018$, $DP = 0,10$. O Gráfico 2 indica ascensão paulatina a partir de 2005, alcançando 38,55 mortes por 100.000 habitantes em 2009, retornando aos mesmos níveis de 2008 em 2010 e voltando a aumentar no período de 2011 e 2012. Em 2013 há uma queda nos mesmos níveis de 2006 estabilizando-se em 2014. A análise da evolução populacional no DF no período considerado indica uma variação populacional anual, $\bar{X} = 0,02$, $DP = 0,02$.

Gráfico 2 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) no Distrito Federal – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde e Estimativas, contagem e censo populacional/IBGE – Série Histórica.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016..

A Região em que se encontra atualmente Ceilândia começou a ser ocupada pouco após a inauguração de Brasília e contava, em 1969, com cerca de 80.000 habitantes, alojados em 15 mil barracos de diversas ocupações irregulares. Frente a essa problemática, foi criada a

Campanha de Erradicação de Invasões – CEI⁸, que tinha por objetivo principal retirar as invasões e suas populações das proximidades da capital. A Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital fez a demarcação da região em 97 dias e, em 27 de março de 1971, o então governador Hélio Prates lançou a pedra fundamental da “nova cidade”, e, então, começaram a ser feitas as primeiras transferências de população.

Essas novas cidades tiveram como ponto comum a transferência massiva de um forte contingente populacional, assentado primeiramente em áreas valorizadas da nova capital. Indesejados nessas áreas, eles foram alojados em territórios vizinhos, não preparados urbanisticamente para receber tamanho contingente populacional (NUNES, 1997). Barbosa (2016) também aponta que:

A lógica de remoção segmentou simbolicamente e afastou geograficamente as populações mais pobres do centro de poder brasiliense, posicionando-as em áreas com pouco ou nenhum acesso aos serviços básicos que permitem o exercício da cidadania. (BARBOSA, 2016, p. 30)

De acordo com essas observações, a criação da Ceilândia seria então resultado do que Tavares (2009) denominou de “periferização planejada” ou, como bem apontou Barbosa (2016), o “refugio modernista” da Capital Federal.

Em nove meses, a transferência das famílias para Ceilândia estava concluída, com as ruas abertas em torno do projeto urbanístico de autoria do arquiteto Ney Gabriel de Souza – dois eixos cruzados em ângulo de 90 graus, formando a figura de um barril⁹. Nos primeiros anos a população carecia de água, de iluminação pública, de transporte coletivo, e lutava contra a poeira, a lama e as enxurradas. Com o crescimento da população e a imensa gama de problemas que surgiam, tornou-se imprescindível a criação de uma administração própria, mas foi somente em 1989 que Ceilândia passou a ser considerada como a IX Região Administrativa do Distrito Federal.

O Distrito Federal possui uma estrutura administrativa e política peculiar, pois não é dividido em municípios, mas em Regiões Administrativas – RAs. No poder executivo, o governador do Distrito Federal, ao lado do vice-governador, comanda as Secretarias de Estado.

⁸ A sigla CEI, junto à palavra “lândia” formou o nome da Região Administrativa do Distrito Federal, antiga cidade satélite.

⁹ A imagem do barril aparece no discurso dos policiais entrevistados por Coimbra (2016), em sua dissertação de mestrado, associado à ideia de que Ceilândia é um barril de pólvora pronto a explodir. É recorrente no discurso nativo a imagem de cidade que reúne em sua gênese uma série de problemas que perduram no tempo. Problemas de ordem urbanística, econômica, social, mas sobretudo associada à violência e à criminalidade.

A bancada do Distrito Federal, no Poder Legislativo Federal é formada por três senadores da República e oito deputados federais. Em relação ao plano local, legislam 24 deputados distritais. Ainda dentro do Legislativo, sete conselheiros compõem o Tribunal de Contas do DF. Toda esta estrutura do poder político local convive com os poderes federais, dentro do contorno geográfico do tamanho de um município, equivalência observada também quando se considera o tamanho de sua população (OLIVEIRA JUNIOR; GUELLATI, 2016).

Existem fortes disparidades socioeconômicas entre as 31 RAs do Distrito Federal, sobretudo quando se comparam as “cidades-satélites¹⁰” com o Plano Piloto, como testemunham os dados da Tabela 2:

Tabela 2 – Aspectos sociodemográficos, em 2013, no Plano Piloto e na Ceilândia.

Aspectos Sociodemográficos	Plano Piloto – RA I	Ceilândia – RA IX
População – Total	216.489	451.872
População – 60 anos ou mais (%)	23,7	14,4
População - menos de 25 anos (%)	25	38,8
Educação - População com Ensino Fundamental Incompleto (%)	9,5	37,8
Educação - População com Ensino Médio Incompleto (%)	4,5	11,1
Educação - População com Ensino Superior Completo (%)	53,3	4,7
Taxa de desemprego (%)	3,7	6,9
Sector de Atividade - Administração Pública (federal e distrital) (%)	47,9	9,3
Sector de Atividade - Serviços (domésticos e gerais) (%)	10,5	31
Sector de Atividade Remunerada – Comércio (%)	11,6	30
Sector de atividade remunerada - Construção Civil (%)	1,3	7,1
Renda - Per Capita Média Mensal (em salários mínimos)	6,6	1,1
Renda- Domiciliar média mensal (R\$)	11.866,79	2.516,50
Benefício Social - Bolsa Família (%)	22,1	80,8
Benefício Social - Bolsa Universitária (%)	51,3	1,0

Fonte: PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – SEPLAN/ CODEPLAN – 2014.

¹⁰ Termo empregado até a adoção do termo Regiões Administrativas.

Observando os dados acima, vemos que a população de Ceilândia ainda é essencialmente jovem, visto que quase 40% da população têm menos de 25 anos. Em comparação, no Plano Piloto a proporção da população com 24 anos ou menos é semelhante a população com 60 anos ou mais. No que diz respeito à instrução/ educação, o que salta aos olhos é ver que uma parcela importante da população ceilandense sequer concluiu o ensino fundamental (37,8%), percentual bem inferior no Plano Piloto. Já quando observados os dados relativos ao ensino superior, chama a atenção o fato de que mais da metade da população do Plano Piloto ter concluído o ensino superior contra menos de 5% da população ceilandense.

Para além dos dados da Tabela 2, ainda segundo dados da PDAD/2013 (CODEPLAN, 2014), em relação às condições gerais de infraestrutura, 98,65% dos domicílios da Ceilândia são cobertos pela rede geral de fornecimento de água, 99,53% dos domicílios recebem energia da rede geral, 83,63% são atendidos pela rede de coleta de esgoto e 92,63% são atingidos pelo serviço de limpeza urbana. A alvenaria é predominante na Ceilândia, atinge 99,66% dos domicílios.

O crescimento rápido, desordenado e patrocinado pelos governantes do Distrito Federal, na criação de “cidades satélites” na periferia de Brasília, resultou, a partir do final dos anos 1970, no “transbordamento populacional” para além das fronteiras do Distrito Federal, porém em sua área de influência. Surgia o denominado “Entorno do DF”, que possuía terras mais baratas e acessíveis para uma população de migrantes de baixa renda, impossibilitados financeiramente de permanecer dentro do território da nova Capital (GUELLATI, 2014). Nunes (1997) mostra que, “enquanto no interior do DF os assentamentos são patrocinados pela esfera governamental, no chamado “entorno” as iniciativas brotam de empresas particulares e seguem o mesmo modelo pontual e de núcleos múltiplos” e já previa “enormes dificuldades aos gestores do território no futuro” (NUNES, p. 57-58).

De acordo com dados do IBGE, a RIDE¹¹ do Distrito Federal e Entorno consiste na *quinta maior região metropolitana do país*, com uma população de 4.118.154 habitantes, atrás apenas das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre¹². Com a peculiaridade de envolver duas unidades da federação, acumula os problemas públicos oriundos desse grande crescimento urbano (OLIVEIRA JUNIOR; GUELLATI, 2016).

Apesar da RIDE ter sido criada com o objetivo de minimizar as desigualdades e incrementar o desenvolvimento nas regiões geograficamente afins, os dados obtidos revelam grandes desigualdades entre os municípios do Entorno e regiões administrativas do DF. No Entorno, a renda per capita e a média de anos de estudo são baixas. Os indicadores de infraestrutura urbana evidenciam, ainda, maior disparidade: apenas cerca de 10% dos domicílios do Entorno possuem escoamento de esgoto sanitário e acesso a instalações sanitárias (UNODC, 2011).

Além das problemáticas citadas acima e sempre presentes na Ceilândia, a violência e a segurança pública são problemas recorrentes na região. Assim, não por acaso, a RA IX é a que possui o maior número absoluto de homicídios no Distrito Federal já há alguns anos. Como aponta Coimbra: “a violência na Ceilândia rapidamente atingiu níveis alarmantes, de forma que menos de 10 anos após a sua fundação a cidade possuía os mais elevados índices de criminalidade de todo Distrito Federal” (apud BASTOS, 1979). No que diz respeito à ocorrência de homicídios entre 2010 e 2015, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública e Paz Social do DF, Ceilândia foi a RA com o maior número absoluto deste tipo de crime.

¹¹ A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 04 de maio de 2000. Essa RIDE tem como objetivo articular, harmonizar e viabilizar as ações administrativas da União, do Distrito Federal, dos estados de Goiás e de Minas Gerais, e dos municípios que a compõem para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica e à provisão de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional. Enquanto institucionalidade legalmente constituída, a RIDE tem prioridade no recebimento de recursos públicos destinados a investimentos que estejam de acordo com os interesses comuns entre os entes. Esses recursos devem contemplar demandas por equipamentos e serviços públicos, fomentar arranjos produtivos locais, propiciar o ordenamento territorial e assim promover o seu desenvolvimento integrado. Compreende o Distrito Federal e mais 22 municípios limítrofes, Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no estado de Goiás, e Unai, Buritis e Cabeceira Grande, no estado de Minas Gerais. Fonte: Sítio do Ministério da Integração Social, visitado em 29/05/2015 (http://www.integracao.gov.br/web/guest/regioes_integradas_df_rides).

¹² Segundo estimativas populacionais para os municípios brasileiros publicadas pelo IBGE em 2014. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014.

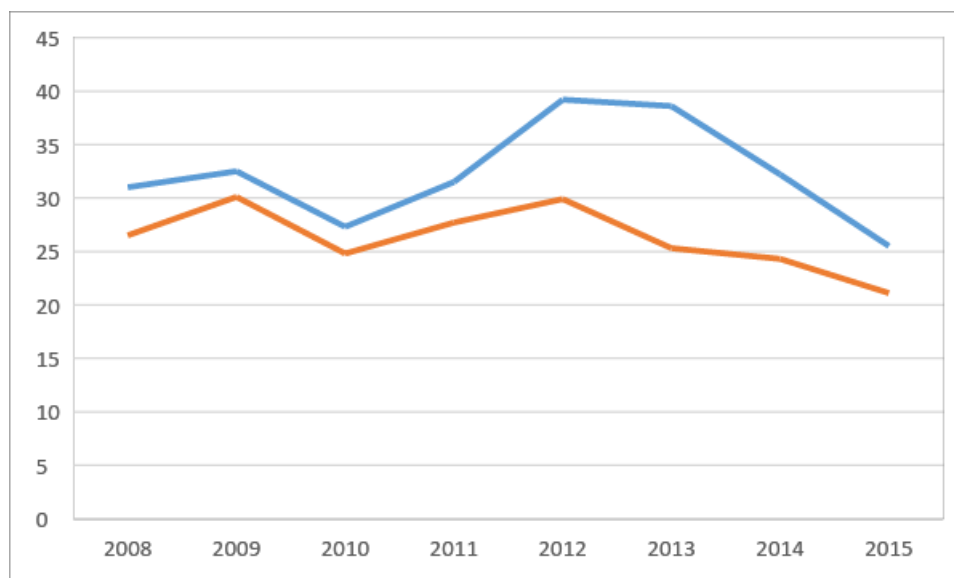
Tabela 3 – Número absoluto e taxas de homicídio – Ceilândia e Distrito Federal – 2008 a 2015¹³.

Anos	Ceilândia		Distrito Federal	
	Homicídios -Total	Taxa por 100mil habitantes	Homicídios -Total	Taxa por 100mil habitantes
2008	121	31	651	26,5
2009	129	32,5	756	30,1
2010	110	27,3	638	24,8
2011	129	31,5	722	27,7
2012	163	39,2	792	29,9
2013	163	38,6	707	25,3
2014	138	32,2	693	24,3
2015	111	25,5	614	21,1

Fonte: SSP/DF – Série Histórica.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

Gráfico 3 – Evolução da taxa de homicídio (por 100 mil habitantes) no DF e na Ceilândia (2008 a 2015).

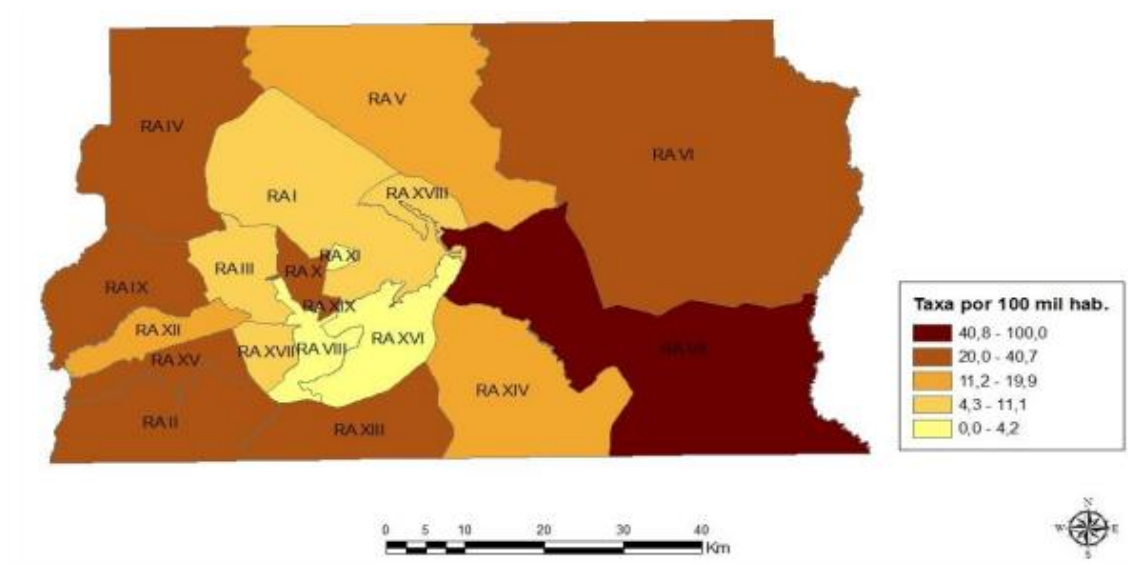


Fonte: SSP/DF – Série Histórica.¹⁴

¹³ Chama atenção no quadro que do ano de 2014 para 2015 registra-se queda na taxa de homicídios, passando de 32,5 por 100 mil habitantes para 25,5 para 100 mil habitantes. Tal questão apareceu reiteradamente no discurso dos entrevistados, especialmente de integrantes das instituições de segurança pública. Entretanto, não havia ainda uma explicação elaborada quanto às razões para a expressiva queda.

¹⁴ Tabela cedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Figura 2 – Mapa das Taxas de homicídio no Distrito Federal em 2015.



Fonte: SSP/DF (2016).

Chama também a atenção o crescimento acentuado do número de homicídios em alguns municípios do Entorno do DF, nos quais houve um aumento de 59,3% nas taxas de homicídio entre 2000 e 2010 (COSTA, 2013), com destaque para o aumento ocorrido nos municípios de Valparaíso (168%) e de Águas Lindas de Goiás (137%). Na Tabela 4, a seguir, podemos constatar as altas taxas de homicídio encontradas em alguns municípios da RIDE.

Tabela 4 – Taxas de homicídios em oito municípios¹⁵ da RIDE – 2010.

Município	População	Homicídios	Taxa/100 mil hab.
Águas Lindas de Goiás	159.378	101	63,4
Cidade Ocidental	55.915	29	51,9
Formosa	100.085	38	38
Luziânia	174.531	145	83,1
Novo Gama	95.018	76	80
Planaltina de Goiás	81.649	33	40,4
Santo Antônio do Descoberto	63.248	30	47,4
Valparaíso	132.982	114	85,7
Total	862.806	566	65,60

Fonte: Relatório de Pesquisa. Avaliação dos homicídios do Entorno do Distrito Federal – SSP/GO.

¹⁵ Foram aqui considerados os oito municípios da RIDE/DF (em um total de 22) que mantêm relação metropolitana mais intensa com o Distrito Federal.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

Essas taxas muito elevadas de homicídios colocam alguns dos municípios da área metropolitana de Brasília entre os mais violentos do país, caracterizando o cenário em que se desenvolvem os dramas da segurança pública do DF. Mesmo focalizando a situação específica do DF, vê-se que, de acordo com os dados do Ministério da Saúde, as últimas duas décadas apresentaram um forte aumento nas taxas de homicídio. Passou-se de uma taxa de 12,3 por 100 mil habitantes em 1980, para uma taxa de 38,5 por 100 mil habitantes em 2009. O que equivale a um aumento de 213%, superior ao aumento da taxa nacional no mesmo período, que ficou em 120% (COSTA; SOUZA, 2012). Em 2013, foi registrada no DF a taxa de 25,3 homicídios por 100 mil habitantes, acima da média nacional do ano que foi de 23,7 por 100 mil habitantes (8º anuário do FBSP). Tal disparidade é ainda mais gritante ao comparar com os dados para Ceilândia, uma vez que nesta localidade, em 2013, a taxa de homicídio registrada foi de 38,6 por 100 mil habitantes (tabela 3).

O programa *Viva Brasília – nosso pacto pela vida* é a principal política de segurança pública do Governo de Brasília. Ele foi lançado em janeiro de 2015 pela Secretaria de Segurança Pública e de Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF. O *Pacto pela Vida* prevê ações integradas entre as forças de segurança, reunião de governança entre órgãos públicos e demais atores sociais com vistas à obtenção de resultados e ações de prevenção de violências e promoção da cultura da Paz.

O Pacto tem por objetivo enfrentar os problemas de segurança pública, graças à colaboração entre as polícias, a população e os diferentes órgãos de governo para a construção de saídas conjuntas para as violências.

Os principais eixos de atuação do Pacto pela Vida do DF são:

- Redução de CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais.
- Redução de CCP – Crimes Contra o Patrimônio.
- Aumento da confiança nas instituições de segurança pública e melhoria em sua prestação.
- Diminuição da vulnerabilidade social por meio de políticas de prevenção a violências.

Para tanto, o Distrito Federal foi dividido em quatro Regiões Integradas de Segurança, as RISP – Metropolitana, Oeste, Sul e Leste. Cada RISP é composta por pelo menos seis

Regiões Administrativas. Em cada RISP são realizadas operações conjuntas para resolver problemas comuns entre as RAs.

A RISP Oeste, onde se encontra a RA Ceilândia, é composta também por Águas Claras, Vicente Pires, Taguatinga, Brazlândia e Samambaia.

Sobre o funcionamento do *Viva Brasília*, cabe salientar que nos foi relatado pela coordenação da Política que as demandas chegam ao Pacto por meio da participação social, via o canal cidadão *Voz Ativa* e/ou pela participação nos encontros mensais realizados pelos Conselhos Comunitários de Segurança, os Consegs, organizados por cada Região Administrativa.

Em um primeiro tempo, as demandas são discutidas em reuniões estratégicas realizadas nas RAs do DF com representantes locais das forças de segurança e da comunidade. As demandas que não são resolvidas seguem, em um segundo tempo, para as reuniões da RISP. Em um terceiro tempo, se não resolvidas ainda, passam pelo crivo do Comitê Executivo, formado pelo (a) secretário (a) de Segurança Pública e Paz Social, pelos comandantes e diretores das forças de segurança e pelos dirigentes de outros órgãos do DF. Por último, o problema pode ser encaminhado para o Comitê Gestor, presidido pelo governador do DF com a participação de autoridades do primeiro escalão.

Segundo balanço feito pela Secretaria de Segurança Pública e Paz Social, em 2015, 192 encontros foram realizados entre o governo e a sociedade.

Após um ano da implantação do *Viva Brasília*, a Secretaria de Segurança Pública e Paz Social divulgou um balanço dos resultados alcançados em 2015. Foram apontados:

Como **pontos de sucesso**:

- Confiança da população na polícia.
- Resultados do “Carnaval de Paz”.
- Redução da sociabilidade violenta (redução de homicídios e mortes no trânsito).
- Operação Centro Legal.

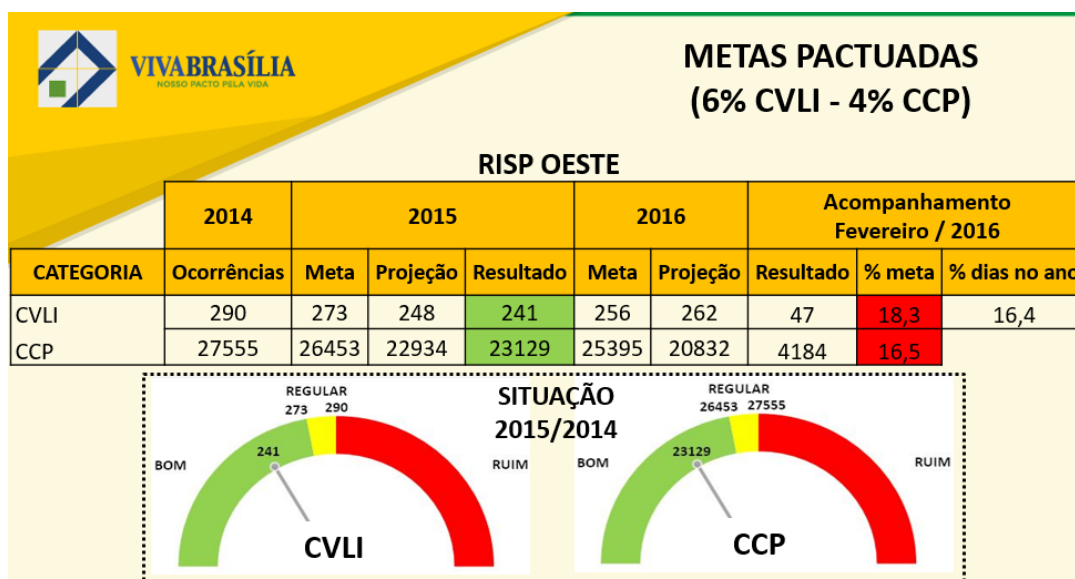
Como **pontos de atenção** (a serem focados):

- Aumento dos crimes contra o patrimônio.
- Aumento da sensação de insegurança.

- Repercussão midiática desfavorável.
- Baixa adesão ao Pacto pela Vida¹⁶.
- Redução dos efetivos.

No que diz respeito à análise dos resultados da RISP Oeste (na qual está incluída a RA de Ceilândia), de forma geral, o balanço foi positivo (inclusive além das metas estipuladas) como podemos ver no Gráfico 4. Dessa forma, observa-se que as ocorrências de CVLI diminuíram significativamente de 2014 para 2015 na região observada.

Gráfico 4 – Metas do programa *Viva Brasília* para RISP Oeste.

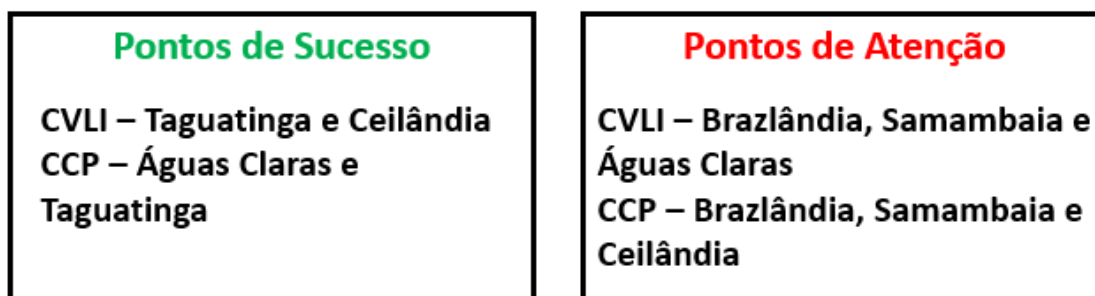


Fonte: SSP/DF.

Como apontado na Figura 3, os **pontos de sucesso**, com relação à redução da CVLI são as RAs de Ceilândia (em destaque) e de Taguatinga; e, com relação à CCP, as RAs de Águas Claras e Taguatinga. No entanto, permanecem ou passaram a ser **pontos de atenção**, no que tange à CVLI, as RAs de Brazlândia, Samambaia e Águas Claras; e, com relação aos CCP, a atenção tem de ser voltada para Brazlândia, Samambaia e Ceilândia.

¹⁶ Quanto à baixa adesão, cumpre destacar que um dos gestores entrevistados nos informou que a Política era ainda pouco conhecida pela população do DF à época.

Figura 3 – Situação do acumulado em 2016 (jan./ fev.).



Fonte: SSP/DF.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

Em entrevista realizada junto a atual coordenadora do programa *Viva Brasília*, a Sra. Laiza Spagna, esta anunciou que, devido aos resultados positivos com relação à diminuição dos CVLIs na RA de Ceilândia de 2014 para 2015, em 2016, o Pacto passou a atuar sobretudo para a diminuição dos CCPs, ainda altos e crescentes na região.

Foi apontado também, em um relatório sobre as áreas críticas de Ceilândia, repassado pela SSP/DF, que as ocorrências tanto de CVLI, quanto de CCP, concentram-se em duas “áreas críticas”. São elas:

- A Feira Central de Ceilândia, onde há uma concentração de pessoas em situação de rua; forte presença de comércio informal; falta de infraestrutura urbana e de iluminação pública.
- A quadra QNO 18 também se demarca pela concentração de problemas como roubo a comércios, assim como diferentes formas de desordem urbana (terreno vago ou via pública com lixo, pavimentação com problemas, cheiros desagradáveis, pichações e veículos abandonados).

Tais questões levantadas pela gestão da Secretaria de Segurança Pública e Paz Social apareceram reiteradamente nas narrativas dos delegados, investigados e representantes da sociedade civil, havendo certo consenso sobre os problemas de violência e criminalidade na Cidade.

3.3.2 Percepções dos atores individuais e coletivos envolvidos

A equipe de pesquisadores acessou os membros dos conselhos comunitários de segurança por meio dos contatos disponibilizados pela SSP-DF e também contactou outros atores-chave presentes na cidade que atuam em organizações não governamentais, coletivos jovens e projetos vinculados à cultura hip hop. Todos com atuação na cidade de Ceilândia. A ideia de misturar tais atores no grupo focal buscava tornar o espaço de fala e escuta mais plural, tendo em vista que os conselheiros eram homens mais velhos e os integrantes de coletivos eram jovens, sendo dois dos três convidados autodeclarados negros. Tal composição se tornou extremamente rica no sentido de que foi possível explorar distintas visões sobre a cidade.

Atores sociais entrevistados:

- Grupo Focal com participantes da sociedade civil, sendo dois integrantes dos Conselhos Comunitários e três integrantes de movimentos sociais/organizações não governamentais de Ceilândia. O Grupo foi composto de quatro homens e um transgênero feminino. Os integrantes do Grupo Focal Sociedade Civil eram oriundos das seguintes instituições/organizações:
 - 2 (dois) integrantes de Conselhos Comunitários de Segurança.
 - 2 (dois) integrantes do Grupo *DF Zulu Breakers* – Coletivo formada por *b-boys*¹⁷, está presente na Ceilândia desde os anos 1980. Estão vinculados à cultura Hip Hop e usam o *break* (dança) como linguagem para atrair outros jovens. Este coletivo possui reconhecimento nacional e internacional, tendo vários de seus membros participado de festivais e campeonatos de *break* pelo mundo.
 - 1 (um) integrante do Programa Jovem de Expressão, parceria entre a organização não governamental RUAS – Rede Urbana de Ações Socioculturais – e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, com apoio da Caixa Seguros. O programa desenvolve uma série de ações

¹⁷ O break é um dos elementos do Hip Hop e os dançarinos vinculados a cultura Hip Hop são chamados b-boys.

articulando atividades formativas, esportivas e culturais para jovens da Ceilândia.

Ceilândia é apresentada pelos atores individuais e coletivos como violenta e traz esta marca em sua história. Ela se constitui enquanto cidade, sem, todavia, ter tido plenamente concluída sua urbanização, saneamento e infraestrutura em geral. Os atores falaram de suas inquietudes quanto à violência na cidade, que é sentida e vivida por todos. Sempre há uma história de caso de violência (roubos, latrocínios e homicídios) para contar, ou porque viu, ou porque alguém próximo contou. Todavia, há também uma relação de pertencimento e de valorização da cidade, uma vez que abriga pessoas oriundas de todos os lugares do Brasil. É conhecida como o lugar que “tem de tudo”, como vários destacaram. E isso significa ter opção para todos os gostos. As narrativas deram conta de várias situações envolvendo três questões centrais que respondem porque esta região é violenta: a) brigas entre gangues; b) tráfico de drogas; e c) grilagem de terras.

No geral, foram apontadas causas estruturais de violência, tais como falta de educação, de condições dignas de moradia e de oportunidade profissional, lazer e cultura, que implicaria em ter uma juventude ociosa na cidade. Mas também foi destacado pelos representantes da sociedade civil de que houve redução dos homicídios na região enquanto roubos, furtos e latrocínios aumentaram. Em decorrência da falta de perspectiva educacional e profissional, vários relataram a questão do tráfico de drogas como oportunidade de renda, prestígio e poder. Mas não somente o tráfico, como dito acima, aparece na narrativa dos atores entrevistados, mas também a dinâmica das gangues juvenis, que são espaços de construção de uma lógica de poder e prestígio associada à disputa territorial de quadras da cidade. Tal fenômeno pode ser potencializado com o tráfico de drogas, mas não necessariamente. Há diversos contextos em que as disputas são relacionadas à lógica de quem “manda no pedaço”. Há gerações de pais e filhos pertencentes a gangues. E aqui cabe um destaque na análise de que tal fenômeno é percebido pelos representantes da sociedade civil, pelos atores policiais civis, mas pouco é explorado enquanto “problemática obrigatória” a ser discutida pelas autoridades públicas, especialmente àquelas dedicadas à agenda da juventude, educação e segurança pública no Distrito Federal.

Os homicídios são gerados pelas disputas territoriais, as rixas, as brigas por espaços de poder, disputas por pontos de drogas e, também, não menos importante, a grilagem de terra que intensifica os casos de homicídios no Setor Habitacional Sol Nascente, área de

invasão, anunciada no Distrito Federal (por autoridades e a mídia) como a maior favela da região. Pouco se explorou na fala dos interlocutores os casos de violência doméstica e intrafamiliar, todavia, um (a) dos (as) participantes fez essa ressalva que precisa aqui ser destacada. Também apareceu como motivador dos homicídios as brigas em bares por motivos fúteis.

Os atores destacaram que há um envolvimento maior de jovens menores de idade (13 a 17 anos, em geral) que são vítimas e ao mesmo tempo autores dos crimes. Uns argumentaram que a maior parte são jovens envolvidos com o tráfico. As jovens ainda são uma minoria. Argumentaram que os maiores de idade não querem ser presos, então eles aliciam menores de idade para o tráfico e o crime. O discurso girou em torno da ideia de que os jovens menores de idade são mais audaciosos, matam mais e permanecem impunes em razão daquilo que julgam ser “o abrandamento das leis”. Neste caso, uma explícita referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outro perfil de vítima e autor surgiu quando os interlocutores explicaram sobre a dinâmica da grilagem de terra, envolvendo, neste caso, pessoas mais velhas. Também relataram sobre as dinâmicas dos conflitos familiares e das brigas em bar que produzem vítimas de variados perfis. Entretanto, cabe destacar que a maior ênfase foi dada aos jovens do sexo masculino entre 13 e 17 anos, que são as maiores vítimas e autores.

Em geral, os interlocutores apontaram três dinâmicas para as motivações dos autores de homicídios: a) gangues juvenis em disputa por território e poder; b) dívidas e disputas no tráfico de drogas; e c) grilagem de terra. Como destacado, os que mais morrem e os que mais matam são jovens, homens entre 13 e 17 anos. Exploraram pouco a questão étnico-racial que julgamos ser fundamental para pensar as relações que se estabelecem na Ceilândia, onde 70% da população é preta/parda (CODEPLAN, 2014).

Os atores não tinham muita clareza quanto às possibilidades de prevenção. Destacaram apenas o papel da polícia neste caso, ora argumentando que ela deveria continuar abordando todo mundo, porque assim diminuiria a criminalidade, ora deveria fazer uma abordagem que não fosse marcada pelo preconceito, como recorrentemente acontece segundo eles.

Quanto à questão sobre as respostas dadas pelo Estado para os elevados números de homicídios do município/localidade, o grupo apresentou mais críticas ao governo federal do que a análise sobre um possível conjunto de respostas dadas pelo Estado. Destacam-se as seguintes percepções: (a) o governo federal não tem uma atuação forte no DF deixando a

cargo exclusivamente do Governo do Distrito Federal tal tarefa; (b) a Força Nacional poderia ter um papel no DF, mas não se faz aqui presente; (c) as associações de Bairros deveriam ser identificadas pelo poder público como grandes aliadas, mas para isso as parcerias deveriam ser menos complicadas (burocráticas); (d) as políticas públicas de segurança pública precisam necessariamente atender as demandas da sociedade, priorizando a garantia dos direitos humanos e o respeito às diferenças culturais.

Invariavelmente, as respostas para a questão sobre o que pode ser feito para reduzir o número de homicídios apontaram para a necessidade de implementação de programas sociais para a redução de homicídios, programas que atuem em várias frentes: educação, emprego esporte e cultura, por exemplo. O foco principal destes programas deveria ser a juventude de Ceilândia.

Sobre a sensação de segurança em Ceilândia, as respostas oscilaram entre sim e não e dizem respeito ao momento do dia ou ao espaço da cidade em que estão circulando. À noite, alguns se sentem inseguros, mas aqueles que moram e principalmente trabalham com o público jovem na localidade dizem “conhecer a malandragem” e por isso não se sentem inseguros, isto porque são lideranças na comunidade, são, portanto, conhecidos. A má iluminação foi identificada como um fator que gera mais insegurança. Outros apontam a Ceilândia Centro como um lugar inseguro tanto durante o dia, quanto à noite, por conta do grande fluxo de pessoas. Outra questão fundamental trazida no grupo foi a situação das mulheres que se sentem inseguras independente do horário. Estão mais vulneráveis a assaltos e violência sexual. Esse (a) mesmo(a) jovem identifica que entre os jovens há o medo da polícia que atua na área.

3.3.3 Percepções dos atores individuais e coletivos vinculados à área de Justiça e de Segurança Pública

Durante o período da pesquisa foram entrevistados quatro delegados bem como doze investigadores atuantes na 15^a, 19^a, 23^a e 24^a Delegacia de Polícia, as mesmas abrangem toda a região da Ceilândia. A 23^a delegacia conta, também, com uma Central de Flagrantes com delegados que ficam de plantão durante as 24 horas, porém, os mesmos não investigam homicídios. Todas as delegacias contam com uma Seção de Investigação de Crimes Violentos, responsáveis por investigar latrocínios, roubo e homicídios. As equipes trabalham em regime de escala, das 13:00 às 19:00, e com grupos que ficam de sobreaviso (a equipe é

dividida em pequenos grupos de dois ou três agentes, que ficam em “alerta” caso ocorra um homicídio), as mesmas são formadas por uma média de seis agentes, porém, existe um consenso entre os delegados sobre o baixo número de profissionais. Por diversas vezes foi ressaltada a necessidade de aumentar o quadro de agentes, tendo em vista a necessidade do pronto emprego em casos de homicídios, segundo os delegados, quanto mais rápido for realizada a acareação de testemunhas e a junção de provas, maior a probabilidade de se identificar a autoria.

Além da PCDF, configurou-se como ator-chave para os desdobramentos da pesquisa a própria Secretaria de Segurança e Paz Social do Distrito Federal, uma vez que a Senhora Secretária de Segurança, Dra. Márcia de Alencar, autorizou a realização de entrevistas com gestores e nos franqueou o acesso a documentos produzidos pela própria SSP-DF sobre a Região Administrativa de Ceilândia.

Atores sociais entrevistados:

- 1) Delegados que atuam em Ceilândia-DF, a saber:
 - Dr. André Leite, Delegado da 15ª DP.
 - Dr. Ricardo Viana, Delegado da 24ª DP.
 - Dr. Fernando Fernandes, Delegado da 19ª DP
 - Dr. Vitor Dan, Delegado da 23ª DP.
- 2) Gestores da Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF):
 - Subsecretária de Segurança Cidadã, Sra. Susana Bruno.
 - Coordenadora da Unidade de Coordenação do Programa Pacto Pela Vida, Sra. Laiza Spagna.
 - Subsecretário de Gestão da Informação, Sr. Marcelo Durante.
- 3) Grupo Focal com os investigadores de homicídios dolosos das quatro Delegacias presentes em Ceilândia-DF. O Grupo Focal contou com 12 policiais, sendo 11 homens e 1 mulher.

Quanto aos territórios entendidos como mais violentos, precisamos salientar que a cidade de Ceilândia possui uma ampla área de abrangência neste sentido. Ou seja, existem diversos territórios entendidos como “violentos” dentro da mesma cidade, são eles: Setor

Habitacional Sol Nascente, QNN 19 da Ceilândia Norte (conhecida como a quadra do pó) e a Expansão do Setor O, principalmente das quadras 16 a 20.

Cada local possui uma dinâmica de homicídios diferente, dentre as motivações para estes crimes estão, principalmente, o tráfico de drogas, os conflitos entre gangues e a grilagem de terra que resulta em homicídios. As vítimas e os autores são majoritariamente homens, jovens, que possuem algum tipo de relação com práticas ilícitas. O perfil de vítima/autor destacado pelos delegados foi o mesmo, exceto em casos de grilagem de terra que resultam em homicídio, neste caso os autores são homens mais velhos, alguns são funcionários do Estado, e as potenciais vítimas são mulheres que vivem sozinhas ou sem companheiro.

Existe um consenso quanto às limitações para criação de políticas públicas de prevenção à violência, uma vez que a despeito da boa relação com a comunidade, na maior parte das regiões, existem poucas ações concretas do Estado como foco na prevenção dos homicídios. Em alguns espaços, por exemplo, a polícia é a única instituição do Estado presente na comunidade, não existem hospitais, escolas suficientes, transporte público, saneamento básico, entre outros. Além disso, no caso do Setor Habitacional Sol Nascente, por se tratar de uma invasão, há problemas de estruturação geográfica, o que dificulta a ação da polícia em alguns casos. Tal problema também se faz presente em outras áreas da cidade. Outro fator que limita a prevenção dos homicídios é a existência de conflitos históricos entre gangues da Ceilândia, que acabam por inserir jovens precocemente em uma dinâmica de homicídios e vitimização. Sendo assim, percebe-se que há uma relação de parceria com a comunidade, mas não há uma devolutiva do Estado em forma de políticas públicas que visem a redução de crimes violentos.

Quanto à articulação entre governo distrital e federal, salientou-se a importância dos dados produzidos pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, que são utilizados para basear toda a dinâmica de policiamento da região. Segundo um dos delegados, o Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida tem auxiliado na melhoria do policiamento e na construção de manchas criminais. Os Conselhos Comunitários de Segurança, por sua vez, foram apresentados como um importante ponto de conexão entre a polícia e a comunidade. Apesar da baixa participação popular, os Conselhos ainda fornecem um bom *feedback* à polícia. Ao serem questionados pelo Pacto Nacional para Redução de Homicídios, muitos delegados disseram não ter conhecimento desta política pública.

Quanto às possíveis ações do Governo Federal que poderiam auxiliar na redução dos homicídios, os delegados informaram que faltava investimento em estrutura e pessoal, o que

prejudica o trabalho como um todo. Outro aspecto é a ausência de instituições do Estado dentro de algumas comunidades, em especial no Sol Nascente, que conta apenas com duas escolas, não há hospital, transporte público de qualidade, falta saneamento, entre outros problemas. Para um dos delegados, este descaso do Estado acaba contribuindo para o alto número de homicídios naquela localidade.

Por fim, destacam-se duas questões necessárias ao debate e que foram apontadas nas entrevistas. Primeiramente, há grande dificuldade na ressocialização de ex-presidiários, o que acaba por “empurrá-los” de volta para a criminalidade. Um dos delegados apontou este problema como crucial para o debate da segurança pública na Ceilândia. Outro importante aspecto diz respeito à própria compreensão de políticas de segurança pública, pois estas não devem estar restritas às instituições policiais, mas englobam uma gama muito mais ampla de representantes do Estado, como educação, saúde, saneamento básico, assistência social, entre outras.

3.3.4 Recomendações

- Realizar diagnóstico sobre o fenômeno das gangues territoriais presentes na Ceilândia, a fim de construir subsídios que orientem políticas públicas integradas de segurança pública, juventude e educação.
- Desconstruir a relação direta entre o fenômeno das gangues territoriais da Ceilândia e a dinâmica do tráfico de drogas no local, uma vez que os conflitos e mortes produzidos pela rivalidade das gangues não necessariamente estão relacionados com os espaços de comercialização de drogas e as mortes produzidas neste contexto.
- No âmbito do Distrito Federal há uma política de segurança pública com foco na valorização da vida e na redução dos crimes contra o patrimônio, intitulada Viva Brasília – Nosso Pacto Pela Vida. É recomendável que o MJ/Senasp, ao propor ações nacionais de redução de homicídios, valorize e dialogue com as políticas locais no intuito de não sobrepor ações, nem tampouco desvalorizar localmente o que está sendo feito. No DF, os interlocutores consultados reconheciam ou tinham notícia das iniciativas da Secretaria de Segurança Pública e Paz Social, valorizando os resultados já alcançados.

- Em áreas identificadas como vulneráveis ou com maiores índices de homicídios, é recomendável que as ações (projetos educacionais, sociais, esportivos e de prevenção à violência) a serem desenvolvidas busquem dar protagonismo aos representantes da sociedade civil, dos movimentos e coletivos sociais locais. Foi pontuado pelos interlocutores que vários projetos que são implementados na Ceilândia desconsideram as expertises locais, o que torna a adesão à política e o reconhecimento de sua validade prejudicados. Há no contexto do Distrito Federal e da Ceilândia, em particular, massa crítica suficiente para o desenvolvimento de ações, projetos e programas integrados de Segurança Pública.
- É recomendável que o MJ/Senasp desenvolva cursos (de curta e longa duração), encontros regionais, grupos de discussão com policiais e membros da sociedade, além de manuais de procedimentos que problematizem as relações étnico-raciais e a segurança pública. Apesar da Ceilândia ser considerada um “território negro”, pouco foi problematizada a questão entre os atores da segurança pública, inclusive, ao ser lançada a questão, causou-se estranheza e desconforto. Considerando que, segundo o Mapa da Violência de 2014, para cada jovem branco do DF morto há 5 jovens negros mortos, a questão não nos parece menor. É preciso provocar a discussão e construir protocolos de atuação a partir do papel que cabe à Senasp como indutora de políticas públicas em Segurança Pública.
- É recomendável que a Senasp produza uma nota técnica que discuta a questão da grilagem de terra como uma questão a ser enfrentada também pela segurança pública, uma vez que tenha produzido mortes. É interessante notar que tal dinâmica não aparece na política Distrital Viva Brasília – Nosso Pacto Pela Vida e poderia ser plenamente incorporada como problema a ser tratado pelo modelo de governança adotado pela política, uma vez que, para reduzir os homicídios associados à grilagem de terra, necessariamente se faz necessário articular com outros órgãos da administração pública local, tais como Novacap, Agefis, entre outros. Tal questão precisa urgentemente ser enfrentada no contexto da Ceilândia uma vez que o fenômeno é potencializado pelo envolvimento de servidores públicos.
- É fundamental avançar na discussão e na orientação das polícias quanto às questões de gênero associadas à segurança pública. Muitos avanços existem, mas é necessário que

as polícias e a gestão pública continuem investindo num melhor atendimento relacionado à violência de gênero e violência sexual.

- Poucos avanços existem sobre políticas de policiamento que contemplem as especificidades das juventudes e suas formas de pertencimento ao espaço público. Esse é um debate marcado por inúmeros preconceitos de ambos os lados. É recomendável propor projetos pilotos que possam criar novas estratégias para a relação juventude e polícia em territórios marcados por dinâmicas violentas. Tal investimento poderá influenciar diretamente na melhoria da confiança na Polícia.
- É necessário que a Senasp, a SSP-DF e os demais órgãos da administração pública federal ou distrital criem estratégias de qualificar atores sociais da ponta, a fim de que consigam apresentar projetos, implementá-los e monitorá-los. Uma das principais críticas dos atores investigados diz respeito à enorme burocracia para implementação de projetos em segurança pública e prevenção à violência na ponta, pois não dominam os instrumentos burocráticos para apresentação de projetos, bem como seu acompanhamento.
- Diante da problemática das drogas apontada pelos atores é recomendável que a Senasp, em parceria com demais órgãos vinculados às políticas de saúde pública, possam fomentar programas de redução de danos aos usuários de psicoativos. Há experiências consideradas bem-sucedidas no Brasil que podem ser replicadas e há também iniciativas locais que podem ser potencializadas.
- Investir na celeridade dos processos de investigação é, como já apontado em diversos estudos sobre o fluxo de justiça criminal, condição básica para a redução da impunidade que – em última instância – ao não ser combatida, amplia a possibilidade de que mais homicídios aconteçam.
- No tocante às investigações de homicídios, surgiu como necessidade fundamental investir em protocolos gerais para as polícias (preventiva, investigativa e técnica-científica) sobre preservação de local de crime. Há cursos disponíveis na Rede EAD-Senasp, entretanto, procedimentos operacionais padrão – POPs para a questão são ainda fundamentais a fim de reduzir conflitos institucionais.

Por fim, como pontuado no conjunto de recomendações aqui sugeridas, é recomendável para o enfrentamento dos homicídios no contexto da Ceilândia a manutenção

das políticas ora implementadas localmente a partir da atuação integrada da SSP-DF, das Polícias, do MPDFT e do Judiciário. É favorável também um maior protagonismo da sociedade civil organizada e dos diferentes coletivos jovens presentes na cidade, pois eles podem muito contribuir para a construção de uma linguagem de paz, uma vez que falam e representam os segmentos mais vulneráveis ao fenômeno dos homicídios.

3.3.5 Quadro resumo do Distrito Federal (DF)

Quadro 2 – Resumo do Distrito Federal (DF).

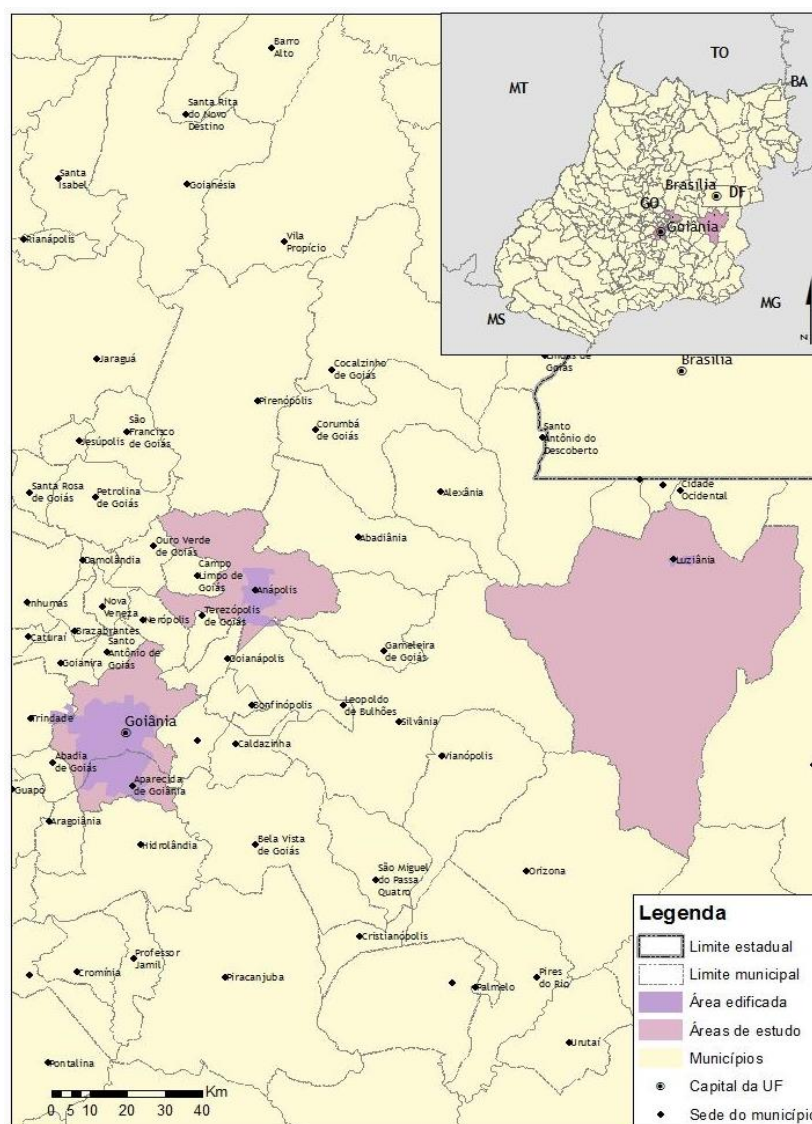
<p>Causas/fatores de risco/motivações/dinâmica (em conformidade com o Diagnóstico de Homicídios no Brasil)</p>	<p>Quanto às causas podemos levantar algumas indicações, são elas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Drogas: Disputas para domínios de território de comercialização, cobranças de dívidas, entre outras. 2. Gangues: No caso da Ceilândia, os conflitos de gangues territoriais não estão, necessariamente, ligados à comercialização de drogas. 3. Grilagem: Os crimes de grilagem envolvem, por vezes, organizações criminosas que utilizam a violência para legitimar seu controle sobre as áreas.
<p>Perfil dos autores e vítimas</p>	<p>O perfil dos autores e vítimas são semelhantes, majoritariamente homens jovens. Porém, não houve grandes problematizações quanto à questão raça/cor, em dissonância com outras observações que consideram a população negra a maior vítima de homicídios.</p>
<p>Respostas do Estado (Abordagens, articulação, eficácia, impacto)</p>	<p>Quanto às respostas dadas pelo Estado, os atores sociais não têm conhecimento de ações realizadas pelo Governo Federal, porém, por diversas vezes, foram ressaltadas ações do Governo do Distrito Federal, por meio do programa <i>Viva Brasília – nosso pacto pela vida</i>, da Secretaria de Segurança Pública e de Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF.</p>

3.4 Goiás (GO)

No Estado de Goiás a Senasp selecionou para a pesquisa os municípios de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia e Luziânia. A localização geográfica de cada município pesquisado dentro do Estado de Goiás está representada na Figura 4 a seguir.

Com um IDHM de 0,735, o estado ocupa a 8ª posição dentre todas as unidades federativas. Está entre os estados com maior extensão territorial do país, com um total de cerca de 340.000 quilômetros quadrados. É o 13º estado mais populoso do Brasil, com atuais 6.523.222 habitantes e tem cerca de 71% da sua população economicamente ativa ocupada. Apesar dos indicadores sociais favoráveis, Goiás apresentou em 2014, uma taxa de mortes por causas externas de 42,98 indivíduos mortos por 100.000 habitantes.

Figura 4 – Mapa das áreas de estudo no estado de Goiás.



A partir da observação do mapa é possível perceber que os únicos municípios que compartilham limites administrativos entre si são Goiânia e Aparecida de Goiânia. O Município de Anápolis e Goiânia estão aproximadamente 55 km distantes entre si e o município de Luziânia está a 212 km distante de Goiânia. A partir da localização dos municípios a hipótese inicial era de que as dinâmicas dos homicídios nesses municípios não guardassem relações entre si, em decorrência das grandes distâncias entre eles, considerando que o homicídio doloso é um crime interpessoal com motivações influenciadas pela dinâmica de conflitos locais. A exceção seria os municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, que compartilham fronteiras administrativas onde o espaço urbano é contínuo e interrupto.

A seguir, tem-se a análise dos resultados organizados por município:

3.4.1 Anápolis (GO)

3.4.1.1 Contextualização

O município de Anápolis está localizado a 55 km da capital do Estado de Goiás e 130 km de Brasília. A região que mais tarde, em 1907, veio a ser conhecida como Anápolis foi, desde o século XVIII, um lugar de passagem para garimpeiros e tropeiros que se aventuravam no interior do Brasil em busca de riquezas. Situado as margens da rodovia BR-153 que é um eixo de comunicação entre as regiões sul e norte do país, a dinâmica da cidade é bastante influenciada pelo movimento do transporte de carga. No município está localizado um porto seco e também possui uma intensa atividade industrial e de serviços direcionados à atividade de logística e transporte terrestre. Anápolis é um importante polo da indústria farmacêutica no Brasil, que se desenvolveu a partir do fomento do Governo Federal para a fabricação de medicação genérica nos anos 90. Este incremento na economia do município possibilitou uma ampliação na oferta de serviços, tais como saúde e educação fazendo o município ocupar relevante posição em termos de desenvolvimento humano, sendo um dos municípios de Goiás com IDHM alto (0,737), ocupando a 850ª posição entre os municípios brasileiros. A Tabela sintetiza os principais indicadores sociais do município.

Tabela 5 – Aspectos sociodemográficos do município de Anápolis/GO.

Aspecto Sociodemográfico	Valor	
Área da unidade territorial – 2015	933,156	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	94	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental – 2015	50.486	matrículas
Matrícula - Ensino médio – 2015	15.647	matrículas
Número de unidades locais	10.015	unidades
Pessoal ocupado total	109.278	peessoas
PIB per capita a preços correntes – 2013	33.691,62	reais
População residente	334.613	peessoas
População residente – Homens	163.256	peessoas
População residente – Mulheres	171.357	peessoas
População residente alfabetizada	290.378	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	97.554	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	190.204	peessoas
População residente, religião espírita	4.587	peessoas
População residente, religião evangélicas	115.244	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.708,87	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	2.531,28	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	500	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	510	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,737	

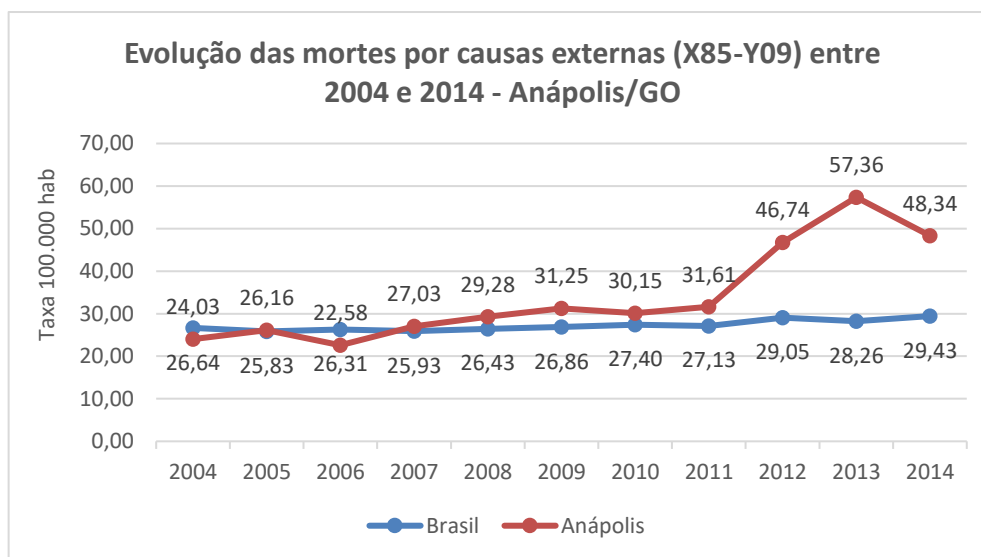
Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

Em relação aos homicídios, foco de interesse desta pesquisa, é possível observar que entre os anos de 2004 até 2014 as taxas se mantiveram relativamente estáveis entre 2004 e 2011. No ano de 2012 houve um aumento das taxas de mortes por causas externas, que atingiu seu ápice em 2013, vindo a reduzir em 2014.

Analisando o período entre 2004 a 2014, a taxa de mortes praticamente dobrou. De acordo com os dados do SIM e a evolução populacional indicada pelo IBGE, Anápolis apresentou uma taxa média anual de mortes por causas externas, $\bar{X} = 34,05$, $DP = 11,42$, com variação anual, $\bar{X} = 0,11$, $DP = 0,12$. O Gráfico 5 indica ascensão contínua a partir de 2011, com destaque para o intervalo entre 2011 e 2013, no qual houve um acréscimo de 31,61 para 57,36 por 100.000 hab., iniciando um processo de queda em 2014. A análise da evolução

populacional de Anápolis no período considerado indica uma variação populacional anual, $\bar{X} = 0,02$, $DP = 0,01$, sugerindo que o aumento populacional não parece ter sido uma variável determinante para o aumento de mortes.

Gráfico 5 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Anápolis-GO – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde e Estimativas, contagem e censo populacional/IBGE – Série Histórica.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.4.1.2 Percepções dos atores individuais e coletivos envolvidos¹⁸

No município de Anápolis o ator entrevistado foi o presidente do Conselho Comunitário de Segurança do Setor Central, criador do Conseg e está há 12 anos à frente do Conselho. A principal motivação dele ao criar o Conseg foi, por sugestão da própria polícia, aproximar o diálogo entre os comerciantes e a polícia. Ele era dono de um comércio no centro de Anápolis, que já havia sido alvo de furto e roubo sucessivas vezes, e, durante uma das

¹⁸ No município de Anápolis foi encontrada uma dificuldade que se fez presente em outros dois municípios de Goiás (Goiânia e Aparecida de Goiânia), que foi a ausência de coletivos com participação atuante no debate acerca da violência. Na maior parte dos municípios foi possível contatar somente o Conselho Comunitário de Segurança e quando era solicitado ao conselheiro que pudesse convidar outros integrantes para participar da reunião, eram colocadas dificuldades tais como horário, local e indisponibilidade dos demais membros. No decorrer da pesquisa de campo percebeu-se que este desconforto estava presente em todos os municípios de Goiás.

queixas sobre a ausência de policiamento, a polícia militar sugeriu que os comerciantes se organizassem e constituíssem o Conseg da região.

A associação de moradores também participa da Conseg e este já foi mais ativo também junto à associação de moradores. O Conseg não tem um espaço próprio, as reuniões ocorrem em colégios ou nos espaços cedidos pelas associações de moradores. Os membros das associações de moradores e dos Consegs têm receio de serem identificados como membros destas associações, pois, ao longo do tempo, com a aproximação maior que eles foram construindo junto à Polícia Militar, eles são considerados “dedos duros”. O presidente do Conseg argumenta que eles são uma importante fonte de informação para a Polícia, pois eles sabem quem são “os bandidos” e onde eles atuam e repassando essas informações para a polícia.

Durante certo período, o Conseg, em parceria com uma delegada da polícia civil, propôs realizar um trabalho que eles identificavam como preventivo, ao visitar escolas ministrando palestras sobre os malefícios das drogas. Ele relata que algumas escolas manifestaram resistência em permitir estas ações. Segundo o entrevistado, a estratégia utilizada foi apresentar o trabalho do Conseg como sendo uma atividade “oficial/formal” de segurança pública e a presença da delegada ajudava a legitimar este processo.

O ator individual percebe como principal problema na localidade de Anápolis os crimes contra o patrimônio, ou seja, os roubos e os furtos. Ainda que saiba que o homicídio é um crime que ocorre com relativa frequência nesta região, esta não é uma dinâmica criminal que mobilize a atenção da associação de moradores ou do conselho comunitário de segurança. A principal preocupação deles é que os jovens e sobretudo a comunidade de estudantes da região não se envolvam com o consumo de drogas.

O entrevistado não conseguiu lembrar de nenhum caso de homicídio que tenha sido marcante na região. Esta ausência de lembrança é simbólica, por revelar que o “olhar” da comunidade não está direcionado para estas ocorrências. O principal fator de risco percebido é o envolvimento com o tráfico de drogas e com o cometimento de crimes em geral. Os principais perfis identificados, por ele, são de pessoas que já possuem envolvimento com a criminalidade, tanto os autores quanto as vítimas de homicídios são percebidas como “pessoas envolvidas com o mundo do crime”. As motivações seriam rixas e acertos de contas, decorrente de atividades criminosas, tal como o tráfico de drogas. Dessa forma, o entrevistado identifica como principal forma de prevenir os homicídios o combate às gangues e ao tráfico de drogas.

O entrevistado não conseguiu definir ou identificar quais são as respostas que são dadas pelo Estado, ou que poderiam ser dadas pelo Estado, tais como políticas públicas ou programas direcionados para a redução de homicídios, ou mesmo para a redução da criminalidade. A polícia, e a ampliação do número de policiais, foi mencionada como uma resposta, ressaltando que ela deveria ser mais eficiente na punição dos culpados. Também foi mencionada a necessidade de maior integração entre o governo do estado e a prefeitura, onde eles pudessem compartilhar informações e bases de dados. O número de policiais na atividade de policiamento ostensivo é percebido como insuficiente, pois o número do efetivo seria o mesmo há mais de 10 anos, sendo que a população aumentou e o efetivo policial não teria acompanhado este aumento.

Sobre a sensação de segurança, acredita-se que hoje em dia ninguém se sente seguro, que todos têm medo, que Anápolis cresceu muito, mas ainda se mantém como uma cidade do “interior”, sobretudo no que diz respeito ao hábito de vida das pessoas. A violência estaria fazendo com que as pessoas se sentissem mais inseguras. Um fato que chama a atenção na fala é que a insegurança sempre está relacionada ao patrimônio e não à possibilidade de ser vítima de um homicídio. A redução da insegurança está relacionada com a redução dos crimes contra o patrimônio e não com os crimes contra a vida.

3.4.1.3 Percepções dos atores individuais e coletivos vinculados à área de Justiça e de Segurança Pública

Os atores entrevistados foram:

- Dra. Marisleide Santos – Titular do Grupo de Investigação de Homicídios – GIH de Anápolis.
- Dr. Fabio Varela – Delegado Assistente do GIH de Anápolis.
- Dr. Cleiton – Delegado Assistente do GIH de Anápolis.
- Grupo focal com os 6 agentes de investigação do GIH de Anápolis (sendo este o efetivo total de investigadores do GIH).

De acordo com os entrevistados, em Anápolis não há um local específico que os atores identifiquem como de maior incidência de homicídios. Ainda que o Bairro de Boa Vista tenha uma concentração um pouco maior. Esta concentração decorre do fato de ser um bairro residencial extenso, onde residem vários membros das “quadrilhas” que, segundo a explicação

destes atores, disputam entre si a venda de drogas possuindo rixas e desentendimentos de motivações variadas. Os atores destacam que muitas vezes os homicídios ocorrem em espaços onde autor e vítima se encontram “por acaso”, não havendo um planejamento prévio por parte do autor.

As disputas e rixas entre autores e vítimas não possuem um padrão de motivação, elas podem se dar em razão da disputa dos pontos de venda, mas na maioria das vezes são desavenças decorrentes de relacionamento de “amizade” que foram desfeitos por inúmeros motivos. Os policiais relatam que não é incomum que autor e vítima tenham sido da mesma quadrilha num passado recente, mas após um desentendimento que nem sempre é possível identificar, as duas partes “racham” e com isto o grupo também se fragmenta entre os apoiadores de um lado ou de outro. Quando um dos lados comete um homicídio contra o outro, se inicia uma busca por “vingança” que, invariavelmente, termina quando os dois lados são extintos.

Os policiais relatam que não é incomum que as relações de parentesco se façam presentes nestas vinganças, onde um primo, irmão, sobrinho ou tio, busquem a vingança pelo ente que foi assassinado, se constituindo um ciclo difícil de ser interrompido.

Em Anápolis há o “disque-drogas”, isto faz com que os traficantes disputem de forma quase que permanente o território, cruzando-se várias vezes dentro da cidade, pois não há uma área de atuação específica para cada grupo. Os grupos atuam na cidade como um todo.

O “disque-drogas” é um serviço de venda de drogas onde o consumidor não precisa se deslocar até o vendedor, ele solicita por telefone qual a droga e quantidade que deseja e o vendedor se desloca até comprador para efetuar a venda. Como os compradores estão dispersos pela cidade os traficantes eventualmente se encontram durante os deslocamentos, são nestas situações que se um traficante tiver uma rixa ou disputa com outro, ou seus grupos forem inimigos, ele aproveita a “oportunidade” do encontro para cometer o homicídio.

Entre as limitações da capacidade de investigação e repressão aos homicídios, destacam-se a falta de efetivo e de recursos materiais para melhor realizar a preservação do local do crime e a coleta de evidências materiais, dificultando a obtenção de provas e a verificação da materialidade, inviabilizando, ou precarizando os laudos periciais.

Segundo os entrevistados a insuficiência do efetivo faz com que o policial civil tenha que, muitas vezes, se deslocar sozinho até o local do crime, tendo dificuldades em realizar todas as atividades que devem ser feitas, tais como anotar as características do local, da vítima, identificar e entrevistar previamente testemunhas e aguardar a chegada da perícia. De

acordo com ele o ideal seria que fossem mais de dois policiais, sobretudo em eventos onde podem haver outros policiais envolvidos com o crime¹⁹.

Os entrevistados relataram que os casos mais complexos são aqueles que envolvem outros policiais, sobretudo policiais militares, pois os mesmos chegam antes e alteram o local. O fato dos policiais militares estarem sempre em maior número constrange a dupla de policiais civis, sendo o constrangimento agravado com a presença de apenas um policial. O ideal, segundo eles, seria ter uma equipe da civil de apoio que pudesse ser acionada em casos onde há a suspeita de envolvimento de outros policiais com o homicídio.

Sobre essas dificuldades encontradas ao chegar em um local de crime, um dos entrevistados relata: “Você chega num local e mil pessoas já pegaram na arma, um monte de pessoas já pisou no local”. Segundo um dos entrevistados, “em muitos casos, a convicção da culpa é construída dentro da investigação, com muitos indícios, mas se não tiver o confronto material o judiciário liberará o acusado. Na lei até diz que se pode ter indícios, mas na prática o judiciário não vê assim”. O entrevistado complementa: “a lei é elástica, se o judiciário quiser puxar ele puxa, mas como não tem mais onde colocar, a tendência é soltar, esta é a realidade”. O efetivo da polícia civil é insuficiente, há problemas com a infraestrutura de trabalho. Ele exemplifica: “este prédio é alugado, não há estrutura própria para a atividade que realizamos. Temos que fazer oitiva com as vítimas ou com as testemunhas e só temos uma porta de entrada, isto permite que a testemunha possa se encontrar com o autor no mesmo lugar. Quando a testemunha sabe que pode ficar frente a frente com o autor, ela desiste de ser testemunha.

A estrutura da perícia também é insuficiente, e um procedimento como o confronto balístico pode levar até dois anos para ser finalizado o laudo. A perícia do local é feita em todos os casos em que a vítima morre no local, mas, nos casos em que a vítima é socorrida e morre no hospital ou em outro lugar, não há perícia posterior no local do fato. Entende-se também que a identificação civil é falha e deficiente, fazendo com que a obtenção de informações sobre suspeitos e investigados seja mais demorada. Acredita-se ser necessário uma maior integração entre os órgãos para a busca de informações, pois há uma excessiva burocratização dos instrumentos jurídicos para a obtenção de dados e informações sobre os suspeitos, tais como dados bancários e obtenção de escutas telefônicas.

¹⁹ De forma a ilustrar a fala dos policiais entrevistados, é possível encontrar nos jornais inúmeras matérias que destacam a participação de policiais em grupos de extermínio. Segue o link para uma reportagem acerca da atuação de policiais em grupo de extermínio em Anápolis: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/10/policiais-civis-e-militares-sao-presos-suspeitos-de-cometer-serie-de-crimes.html>

Os entrevistados entendem que uma maior repressão sobre os assassinos contumazes, no momento em que estão sob liberdade provisória ou condicional, poderia reduzir os homicídios, pois dentro das quadrilhas esta função compete a alguns membros. Se houvesse uma maior repressão da polícia militar sobre estes indivíduos poderia haver uma redução dos homicídios. Para eles, uma das dificuldades em Anápolis é o fato de a cidade não ter um centro para o cumprimento do regime semi-aberto, com isto o criminoso ou fica preso ou fica solto, sem a possibilidade de ter uma forma de cumprimento de pena num regime intermediário, que permitiria uma maior supervisão dele. Os agentes destacam que os responsáveis pelas políticas sociais deveriam estabelecer políticas públicas orientadas para os jovens, para que eles, para que esses pudessem ter acesso à empregos e formação profissional.

Sobre a articulação entre diferentes instâncias do governo estadual e municipal, os operadores de segurança pública percebem que não há articulação e acreditam que ela seria benéfica no combate aos crimes correlatos, ou seja, na repressão ao tráfico de drogas e armas. Eles acreditam que em Anápolis seria profícua uma ação conjunta contra o roubo de carga, pois muitas das gangues da cidade, em articulação com grupos criminosos de outros estados de onde partem as cargas, se utilizam deste crime como fonte de recursos financeiros.

Uma outra sugestão é um maior investimento na estrutura da polícia civil, sobretudo para investigação. Os relatos dos operadores de segurança são de que as viaturas são obsoletas, com carros com motorização 1.0 afirmando terem “vergonha” de perseguir um suspeito, pois já houve casos de perseguição em que o suspeito rapidamente evadiu sem a possibilidade de a polícia acompanhar.

Quem mais mata e mais morre são, na perspectiva dos encarregados das investigações, as pessoas jovens, pardas, com antecedentes criminais, ou seja, com passagens anteriores pela polícia decorrente de furto, roubo, estelionato. Este é o perfil tanto dos que matam quanto dos que morrem. Segundo os investigadores, os homicídios que envolvem pessoas que não possuem passagens pela polícia são bem menores e estimam que representem apenas 10% dos casos que chegam à delegacia. Estes 10% incluem brigas de vizinhos, brigas de trânsito, crime passionais, dentre outros.

Em relação às causas, os entrevistados analisam que o tráfico de drogas é identificado como a principal causa, por conta das dinâmicas decorrentes dele, que são: disputas territoriais, vinganças, brigas e rixas. Os autores de homicídios matam em diferentes situações, podem até começar em decorrência do tráfico, mas acabam resolvendo todas as suas disputas por meio do homicídio, desde uma disputa relacionada ao tráfico ou a qualquer

outro assunto. Há muitos casos de homicídios que estão interconectados entre si, havendo casos em que até nove homicídios podem estar relacionados com uma única disputa. Os policiais identificam uma interconexão entre grupos criminosos do Pará, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais.

Os investigadores acreditam que o governo federal poderia atuar a partir da polícia federal realizando operações integradas, com a polícia local, de combate aos crimes interconexos. Uma segunda forma de apoio seria com recursos direcionados à melhorias da infraestrutura pericial e de investigação. Os entrevistados alegam que os municípios menores, que não estão próximos à capital, possuem uma infraestrutura precária em decorrência de uma distribuição desigual dos recursos. Os recursos de convênio são transferidos da Senasp para o Estado, todavia a distribuição e forma de utilização ocorre de forma desigual, privilegiando a capital e outros municípios de acordo com o interesse político do Estado. Estes interesses podem ser guiados por filiações partidárias ou outras variáveis políticas, mas que não estão a direcionadas para a melhoria da eficiência ou efetividade das investigações.

3.4.1.4 Recomendações para Anápolis (GO)

Considerando o quadro apresentado acima, apesar da elevação nas taxas de homicídios observada nos últimos anos, esta não é uma dinâmica sob a qual haja um debate público, ou seja, de especial preocupação e interesse dos atores entrevistados. A partir das percepções e sugestões apresentadas pelos dois grupos, recortando as sugestões que possuem relação mais próxima com a dinâmica de homicídios, seja na prevenção ou repressão, foi possível identificar as seguintes recomendações:

- Elaboração e implementação de políticas sociais orientadas para a juventude e ampliação do efetivo policial – os atores sociais coletivos direcionam suas demandas para ações que tenham como foco a redução dos crimes contra o patrimônio. Todas as suas percepções são orientadas por dois eixos: o primeiro seria que as vítimas de homicídio são usualmente oriundas do “mundo do crime” e que para reduzir os homicídios seria então necessário reduzir as oportunidades de ingresso dos adolescentes ao “mundo do crime”, que na visão deles, está relacionado ao uso e comércio de drogas. O segundo eixo parte do senso comum de que um aumento do

efetivo da polícia ostensiva seria capaz de reduzir a percepção de insegurança e a queda da criminalidade.

- Melhoria da infraestrutura física da delegacia – a infraestrutura da delegacia dificulta a realização de procedimentos, tais como: identificação de suspeitos e realização de oitivas. A delegacia está situada num antigo prédio comercial e toda a sua estrutura de salas e espaços precisou ser provisoriamente adaptada. Não há uma sala própria para a identificação de pessoas, havendo uma única entrada e saída, o que faz com que as testemunhas tenham receio de encontrarem com os suspeitos.
- Integração com a Polícia Federal – muitos dos crimes que ocorrem em Anápolis são organizados em outras unidades da federação. Portanto, a possibilidade de troca de informações e operações conjuntas poderiam reduzir a incidência de roubo de cargas e de tráfico de drogas e, conseqüentemente, reduzir a incidência criminal em Anápolis e também as rixas e disputas associadas a tais crimes.
- Ampliação da capacidade de processamento de informações da perícia – a perícia não tem capacidade de responder com agilidade necessária as demandas. Os entrevistados não souberam listar quais são as demandas específicas da perícia, apenas relatam uma excessiva demora na obtenção de laudos, que segundo eles, compromete a celeridade e eficiência das investigações.
- Melhor distribuição dos recursos federais dentro do estado – os recursos são distribuídos de forma desigual, fazendo com que os municípios menores não tenham acesso aos mesmos recursos da capital.

3.4.1.5 Quadro resumo de Anápolis (GO)

Quadro 3 – Resumo de Anápolis (GO).

Causas/fatores de risco / motivações / dinâmica (em conformidade com o Diagnóstico de Homicídios no Brasil)	Disputas relacionadas ao tráfico de drogas e roubo de carga.
Perfil dos autores e vítimas	As principais vítimas são jovens do sexo masculino, pardas e com histórico criminal.
Respostas do Estado (Abordagens, articulação, eficácia, impacto)	A única resposta do Estado ocorre no âmbito da investigação criminal, realizada pelo Grupo de Investigação de Homicídios da Polícia Civil. Não há nenhuma política direcionada para a prevenção dos homicídios.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.4.2 Goiânia (GO)

3.4.2.1 Contextualização

A história do município de Goiânia data do século XVIII, período em que já se cogitava a mudança da capital da Província de Goiás, ocorrida somente dois séculos depois, em 1933, consequência da estagnação contínua da extração mineral e da crescente vocação para a agricultura e pecuária. Com uma população residente essencialmente urbana (99,62%) superior a 1,3 milhão de habitantes, Goiânia ocupa atualmente um dos postos de relevância entre as capitais brasileiras.

Com um IDHM de 0,799, o município está entre aqueles com o maior nível de qualidade de vida no Brasil, ocupando a 45ª posição entre os municípios brasileiros e tendo observado uma evolução constante em seu desenvolvimento desde a década de 90.

Em termos educacionais, o município conta com uma população cerca de 90% alfabetizada, com uma expectativa de 10,08 anos de estudo para crianças e jovens em idade escolar, superior em cerca de 5% à expectativa nacional (9,54 anos). Em termos de distribuição de renda, o município apresenta um Índice de Gini de 0,58, com uma renda *per capita* média, da ordem de R\$ 1.348,55 (2010) e uma população vulnerável à pobreza com cerca de 3,09% de pobres e 0,5% de extremamente pobres em 2010.

Goiânia tem uma população economicamente ativa da ordem de 74,5% dos habitantes, distribuída majoritariamente no setor de serviços (50,82%), seguida por comércio (20,21%) e a indústria de transformação (13,31%). Em 2010, mais de 95% de todo o município contava com água encanada, energia elétrica e coleta regular de lixo. A Tabela 6 apresenta uma síntese dos principais indicadores sociodemográficos do município.

Tabela 6 – Aspectos sociodemográficos do município de Goiânia/GO.

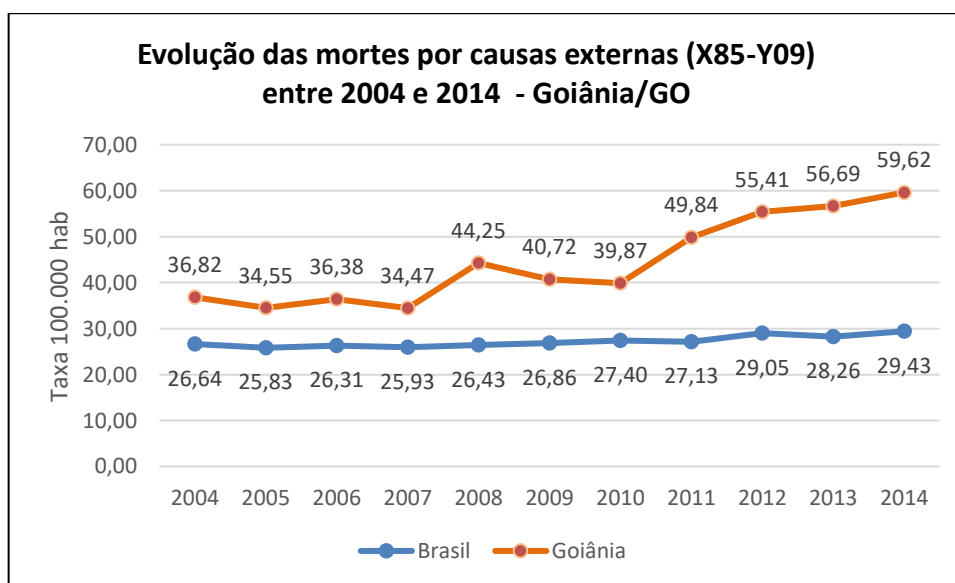
Aspecto Sociodemográfico	Valor	
Área da unidade territorial - 2015	728,841	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	327	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	159.685	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	58.675	matrículas
Número de unidades locais	61.265	unidades
Pessoal ocupado total	678.744	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	29.034,21	reais
População residente	1.302.001	peessoas
População residente - Homens	620.857	peessoas
População residente - Mulheres	681.144	peessoas
População residente alfabetizada	1.159.534	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	394.570	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	662.570	peessoas
População residente, religião espírita	55.930	peessoas
População residente, religião evangélicas	422.455	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	2.199,39	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	4.162,08	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	510	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	730	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,799	

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

Em relação aos homicídios, se observa que em Goiânia, a partir do ano de 2011, ocorre um aumento nas taxas de mortes por causas externas, saindo de 39,87 por 100.000 habitantes em 2010, para uma taxa de 49,84 em 2011, apresentando no período de 2004 a 2014 uma taxa média anual, $\bar{X} = 44,42$, $DP = 9,41$, com uma variação percentual média

anual, $\bar{X} = 0,11$, $DP = 0,12$. A evolução populacional de Goiânia não apresentou no mesmo período um crescimento expressivo, evoluindo de forma gradativa e paulatina, com uma variação média anual, $\bar{X} = 0,02$, $DP = 0,01$.

Gráfico 6 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Goiânia – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde e Estimativas, contagem e censo populacional/IBGE – Série Histórica.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.4.2.2 Percepções dos atores individuais e coletivos envolvidos

Os atores entrevistados foram:

- Presidente do Conseg do Setor Pedro Ludovico e ex-presidente do conselho tutelar – Sr. Amarildo.
- Representante do Conseg e da Associação de Moradores do Jardim Novo Mundo – Dona Belmira.

Os dois entrevistados são moradores antigos nos seus bairros. O Sr. Amarildo é jovem, funcionário público e já foi presidente do conselho tutelar. A Conseg do Setor Pedro Ludovico está desativada a mais de um ano e até o momento da entrevista não havia uma previsão de quando seria retomada, ou mesmo se seria retomada.

A Sra. Belmira já reside a mais de 50 anos no Jardim Novo Mundo e é professora aposentada. A escola na qual trabalhou durante muitos anos fica no bairro. Ela não é a presidente do Consege, mas foi indicada pelo presidente, pois o mesmo tinha acabado de sofrer um infarto e ainda estava convalescente.

Em Goiânia se repetiu o que já havia sido observado em Anápolis, onde houve grande dificuldade em encontrar representante de associações e organizações civis. Em decorrência dessa dificuldade os atores mais facilmente identificáveis foram os membros dos conselhos comunitários de segurança.

No começo das entrevistas ambos os entrevistadores disseram perceber que a violência em Goiânia se ampliou nos últimos anos. O bairro Novo Mundo é o maior bairro da cidade e o mais complexo, segundo os entrevistados, e dentro do bairro a localidade reconhecida com a mais sensível e “perigosa” é a invasão que existe no final da Rua Lincol. Esta invasão fez com que, segundo os entrevistados, os crimes contra o patrimônio aumentassem sensivelmente nos últimos três ou quatro anos. Nesta invasão a entrevistada afirma que há um controle de entrada e saída, feita pelos próprios grupos criminosos. Nenhum dos entrevistados conseguiu se recordar de nenhum caso de homicídio que tenha sido marcante na região, nenhum deles tem possuem conhecidos que tenham sido vítimas de homicídios ou vizinhos. Eles relatam que tanto os autores como as vítimas de homicídio são jovens que já estão na “vida criminosa” e que não possuem contato nem com os jovens, nem com seus familiares. Para os entrevistados o assassinato destes jovens é uma consequência da vida que eles têm, pois, a morte é o “destino natural” de todos aqueles que se envolvem com a criminalidade, assim, o envolvimento com a criminalidade é para eles o principal fator de risco. Os jovens que estão na escola e não possuem envolvimento com drogas ou com o crime, na percepção dos entrevistados, correm menos risco de serem vítimas de homicídio. O homicídio claramente não é alvo de interesse ou de preocupação dos entrevistados.

A principal preocupação dos entrevistados é contra o crime contra o patrimônio, que segundo eles são preferencialmente o roubo a transeunte e o roubo de veículos.

No Novo Mundo eles lembram de um grupo denominado de “Demônios do Novo Mundo”, que foi bastante atuante na década de 80, mas logo no início da década de 90 o grupo já tinha acabado, em decorrência da atuação da Polícia Civil.

Os entrevistados acreditam que a melhor forma de prevenir a violência seria “dar esperança aos jovens”, que eles possam ter emprego e ver uma oportunidade para suas vidas, diferente da realidade que possuem hoje. O jovem sem esperança vai para o crime. A escola também precisa se envolver mais, a escola só quer dar “a formação do livro”, ele também precisa cuidar do jovem e da família dele.

Sobre as respostas dadas pelo Estado para o elevado número de homicídios, o coletivo afirma que o contato com a polícia militar é ágil e rápido, mas a relação com a polícia civil é muito distante. Os criminosos sabem que a polícia investiga e os prende, mas logo estão soltos. Os entrevistados acreditam que o Estado precisa atuar na transformação da vida dos jovens. A desestruturação familiar decorre da própria dificuldade dos familiares em lidar com os jovens quando eles começam a ficar rebeldes e não sabem conduzir os problemas. Faltam vagas nas escolas da região para que os alunos possam estudar mais perto de casa. Os jovens possuem baixa autoestima e não possuem perspectiva de que suas vidas possam ser melhores. As escolas também precisam receber formação para lidar com jovens problemáticos, elas ajudam na estigmatização de alguns deles, fazendo com que seja ainda mais difícil eles se incluírem.

Sobre a sensação de segurança, os entrevistados declaram que as pessoas se sentem muito inseguras, pois há muita ocorrência de roubo nas ruas. O homicídio ou a possibilidade de ser vítima é algo que assusta, contudo, identifica-se que isto é sobretudo um problema e um risco maior para quem já está envolvido com o crime.

Um relato de campo relevante é que as entrevistas com estes atores foram realizadas na casa deles, ou seja, no bairro que foi foco da pesquisa. As localidades possuem um ambiente no qual o pesquisador relata que se sentiu inseguro em diversos momentos. Havia poucas pessoas na rua e um trânsito intenso de motocicletas com duas pessoas, onde algumas delas passavam mais de uma vez pelo mesmo local. É interessante observar que o bairro guarda um aspecto de lugar tranquilo, urbanizado, arborizado e ruas largas, todavia o ambiente social é de tensão e desconfiança, com poucas pessoas circulando a pé pelo bairro.

3.4.2.3 Percepções dos atores individuais e coletivos vinculados à área de Justiça e de Segurança Pública

Os atores entrevistados foram:

- Dr. Carlos Douglas Pinto – Titular da GIH.
- Dr. Alexandre – Delegado que atende os homicídios no Bairro Novo Mundo.
- Grupo focal com os agentes de investigação do GIH de Goiânia.

As equipes de investigação de homicídios em Goiânia estão organizadas por setores e, de acordo com o delegado titular de Goiânia, o bairro Novo Mundo seria o bairro mais complexo, por ser o maior bairro de Goiânia com maior área territorial e concentrar a maior parte das ocorrências. Segundo ele outros bairros também possuem muitas incidências de crime, tal como Pedro Ludovico, mas o Jardim Novo Mundo sempre está em destaque no número de ocorrências.

Os entrevistados, ao contrário dos membros da Conseg, não percebem o homicídio em Goiânia como sendo uma dinâmica delituosa que esteja em ascensão, demandando políticas especialmente direcionadas para sua redução. A preocupação em relação aos homicídios está circunscrita ao interesse em realizar com êxito a sua atividade profissional. Não há uma percepção dos homicídios como uma grave problemática social.

Assim como os atores da sociedade civil, os policiais descrevem as vítimas e os autores de homicídios como jovens do sexo masculino, com baixo nível de instrução e que já possuem passagens anteriores por prática de outros delitos, sobretudo tráfico e roubo.

As motivações não possuem um padrão claramente identificado. Os investigadores recorrem a categorias gerais tais como “cobrança de dívida”, “rixa”, “vingança” e “disputa”. Os policiais relataram uma dinâmica que já havia sido descrita em Anápolis, onde muitos dos autores e vítimas tiveram anteriormente uma relação de amizade que foi rompida, sendo esta disputa a motivadora do homicídio. Há alguns autores que são recorrentes e estes são denominados pelos policiais como “autores contumazes”. Estes “autores contumazes” não cometem homicídios somente em decorrência de disputas diretas de outros com eles, eles também cometem homicídios em decorrência das disputas do líder do grupo com outras

pessoas. Eles são os “matadores” da quadrilha, sob os quais recai a tarefa de eliminar os inimigos.

Quando questionados sobre quais são as limitações na investigação, os entrevistados afirmam que os dados das polícias não estão integrados, sendo isso relatado como uma grande dificuldade. Na identificação de suspeitos, muitas vezes é difícil saber com quais pessoas o suspeito se relacionava no cometimento de outros crimes. A integração de dados é descrita como fundamental para que se possa agregar as informações que são coletadas e os esforços que são empreendidos. As investigações sobre um mesmo grupo de pessoas acabam por não conversar entre si, pois a mesma pessoa ou grupo criminoso, são investigados em decorrência de crimes diferentes, fazendo com que outras delegacias também conduzam investigações sobre eles.

Os entrevistados não souberam identificar quais seriam os atores que se articulam em torno da prevenção e não identificaram a existência de qualquer tipo de articulação entre governos estadual e municipal que seja direcionada à redução ou prevenção dos homicídios. Conforme mencionado anteriormente, os atores só enxergam a sua atividade de investigação e o encaminhamento para o sistema de justiça criminal como a única ação existente. O afastamento dos autores das “ruas”, em decorrência de suas prisões, é a única perspectiva de “prevenção” visualizada por eles.

O bairro do Novo Mundo é muito extenso e faz fronteira com outros bairros que também são sensíveis na cidade, como Senador Canedo. A dinâmica criminosa da região é caracterizada por uma associação entre roubo de carros e tráfico de drogas. O roubo de carros funcionaria como uma forma de capitalização do traficante para comprar as drogas e depois revendê-las. Neste ínterim, surgem os conflitos, as disputas, que acabam se desdobrando em homicídios.

Os entrevistados percebem os homicídios como algo “cotidiano” dos grupos criminosos e investigar é uma atividade excessivamente laboriosa, em decorrência da insuficiência de recursos humanos e materiais. A equipe de investigação do Novo Mundo é composta por um delegado, dois investigadores e uma escrivã. A realização de atividades como tomar depoimento, levantar informações sobre suspeitos, dentre outros é frequentemente interrompido pela necessidade de se deslocar aos lugares de novos homicídios.

Os entrevistados tiveram dificuldade em sugerir como o governo federal poderia apoiar-os em suas atividades ou em como induzir uma política de redução de homicídios, a

principal visão acerca do papel do governo federal é na distribuição de recursos que poderiam influenciar positivamente na capacidade de investigação, sobretudo em equipamentos de perícia e veículos, assim como a disponibilização de cursos e atualização profissional.

3.4.2.4 Recomendações para Goiânia

Em decorrência da percepção dos atores entrevistados, de que os atores e as vítimas de homicídios são preferencialmente aqueles que já cometem crimes e não haver uma demanda dos atores coletivos para políticas e programas voltados para a redução dos homicídios (a preocupação está direcionada para crimes contra o patrimônio), as recomendações para Goiânia se resumem em: aumentar a eficiência das investigações e prevenir que os adolescentes possam se envolver com a prática de crimes e delitos.

- Integração de dados e o fim das investigações especializadas – as investigações especializadas por “roubo de carga”, “homicídio” e afins acabam por atrapalhar as investigações. Os crimes estão todos interligados e o homicídio é a consequência de uma dinâmica criminosa mais ampla. Os dados das investigações não estão integrados, isto acaba limitando a capacidade investigativa.
- Ampliação da oferta e da qualidade dos serviços públicos, sobretudo dos relacionados a formação básica e qualificação profissional – aparece na fala dos atores entrevistados, dos dois grupos, o desalento do jovem em relação ao seu futuro. Este desalento é identificado com a principal causa de envolvimento do jovem com a prática de crimes, uma vez que a baixa-estima e a falta de perspectiva seria um aspecto central. Os atores entendem que uma melhoria nos serviços educacionais e na geração de emprego para os jovens poderiam ser uma alternativa para superar esta condição.

3.4.2.5 Quadro resumo de Goiânia (GO)

Quadro 4 – Resumo de Goiânia (GO).

Causas/fatores de risco / motivações / dinâmica (em conformidade com o Diagnóstico de Homicídios no Brasil)	Tráfico de drogas e baixo grau de escolaridade.
Perfil dos autores e vítimas	Jovens do sexo masculino entre 17 e 24 anos
Respostas do Estado (Abordagens, articulação, eficácia, impacto)	A única abordagem realizada pelo estado se resume à investigação dos casos

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.4.3 Aparecida de Goiânia (GO)

3.4.3.1 Contextualização

Inicialmente anexada ao município de Goiânia, Aparecida de Goiás foi fundada a partir da vontade de moradores católicos da região, notadamente agricultores e trabalhadores rurais, os quais, nos anos 20 marcaram o nascimento do povoado com a construção de um cruzeiro de madeira que posteriormente deu lugar à Igreja de Nossa Senhora Aparecida, atual igreja matriz da cidade. Tendo sido elevada à condição de município em 1963, já com o nome de Aparecida de Goiânia, a cidade sofre influência direta do município de Goiânia.

Aparecida de Goiânia tem um IDHM de 0,718 (1362ª posição entre os municípios brasileiros). No IDHM a principal contribuição é da dimensão de “Longevidade” (0,834), seguida de “Renda” (0,716) e “Educação” (0,620). Com uma população superior a 450.000 habitantes, o município apresentou uma evolução em seu índice de desenvolvimento, da ordem de 61,35% nas últimas duas décadas, tendo a Educação experimentado o maior índice de crescimento neste período, contando, atualmente, com mais de 85% da população alfabetizada.

Em termos educacionais, a expectativa de anos de estudo para crianças e jovens em idade escolar é de 9,31 anos e, em 2010, a cidade contava com 72,22% de suas crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, 86,69% das crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos

finais do ensino fundamental, 60,37% de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e 39,01% dos jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

A renda per capita do município cresceu mais de 120% nas últimas duas décadas alcançando o valor médio de R\$ 689,30 em 2010. Com um índice de Gini de 0,47, a cidade possui cerca de 5% da sua população composta de pessoas consideradas pobres e 1,0% consideradas extremamente pobres. Da população com 18 ou mais anos de idade, cerca de 75% está economicamente ativa e ocupada.

Quanto aos indicadores habitacionais, o município conta com mais de 98% de domicílios com água encanada, energia elétrica e coleta regular de lixo. A Tabela 7 apresenta uma síntese dos principais indicadores sociodemográficos.

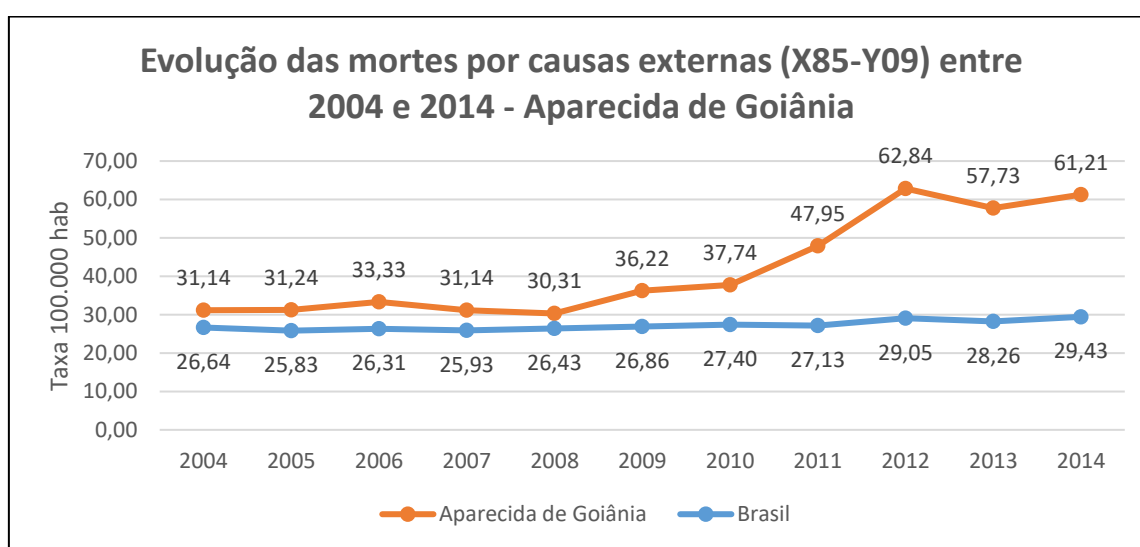
Tabela 7 – Aspectos sociodemográficos do município de Aparecida de Goiânia/GO.

Aspecto Sociodemográfico	Valor	
Área da unidade territorial - 2015	278,539	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	58	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	68.228	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	21.207	matrículas
Número de unidades locais	9.390	unidades
Pessoal ocupado total	130.670	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	19.774,03	reais
População residente	455.657	peessoas
População residente - Homens	224.798	peessoas
População residente - Mulheres	230.859	peessoas
População residente alfabetizada	387.390	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	143.492	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	212.405	peessoas
População residente, religião espírita	9.372	peessoas
População residente, religião evangélicas	169.338	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	894,5	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	2.306,57	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	305	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	510	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,718	

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Em relação à questão dos homicídios Aparecida de Goiânia, no período de 2010 a 2012, experimentou um aumento nas taxas de mortes por causas externas, saindo de 37,74 mortes por 100.000 habitantes, para 62,84 mortes em 2012, reduzindo no ano seguinte e iniciando um pequeno aumento em 2014, saindo de 57,73 mortes em 2013 para 61,21 mortes em 2014. O município, no período de 2004 a 2014, apresentou uma taxa média anual de mortes por 100.000 habitantes, $\bar{X} = 41,90$, $DP = 13,04$, com uma variação percentual anual média, $\bar{X} = 0,05$, $DP = 0,07$. Em relação à população. Aparecida de Goiânia experimentou uma variação percentual baixa ao longo do período, $\bar{X} = 0,02$, $DP = 0,05$, saindo de 475.303 habitantes em 2004 para 511.323 em 2014.

Gráfico 7 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Aparecida de Goiânia – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde e Estimativas, contagem e censo populacional/IBGE – Série Histórica.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.4.3.2 Percepções dos atores individuais e coletivos

Ator social entrevistado:

- Representante do Conseg Setor Garavelo – Sr. Leonardo Fabiano.

O município de Aparecida de Goiânia foi um dos municípios onde houve uma maior dificuldade em identificar lideranças e representantes que estivessem dispostos a conceder entrevistas acerca da dinâmica de homicídios. Um único representante aceitou conversar, após muita insistência por parte da equipe de pesquisa, um representante anterior chegou a agendar a entrevista e no horário combinado não foi possível localizá-lo.

O representante do Conseg se apresentou muito desconfiado acerca dos interesses da equipe de pesquisa, ainda que toda a identificação dos pesquisadores fosse apresentada. O entrevistado foi bastante lacônico em suas respostas, dificultando de sobremaneira a sistematização do seu relato.

Sobre o fenômeno da violência no município, pode-se afirmar que o Setor Garavelo é percebido como um local que sofre com a ocorrência de tráfico de drogas, creditando-se a tal causa a violência na região, assim como a desestruturação familiar. Não foi possível identificar nenhum caso de homicídio que tenha sido marcante na região, todavia o entrevistado lista uma série de crimes contra o patrimônio ocorridos no bairro nas últimas semanas. A principal queixa está relacionada ao roubo de veículos, numa dinâmica onde as pessoas são roubadas ao chegar ou sair de suas residências.

O principal fator de risco nomeado segue sendo o envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas e com o cometimento de crimes em geral. Segundo o entrevistado o perfil dos autores e das vítimas são de pessoas que já possuem envolvimento com a criminalidade. Tantos os autores como as vítimas de homicídios são percebidos como aqueles sujeitos já envolvidos com o mundo do crime.

Segundo o entrevistado, a melhor forma de prevenir os homicídios seria acabando com as drogas e as armas. Os jovens precisariam de empregos e ter uma perspectiva de mudança de vida, pois segundo o entrevistado o desalento do jovem com o seu futuro facilita que ele seja cooptado pelos grupos criminosos. Sobre as respostas do Estado para o fenômeno dos homicídios, a relação com a polícia civil é vista como inócua, “*eles investigam e punem, mas logo os autores estão soltos novamente*”. Assim, os entrevistados acreditam que o maior problema está na justiça que não pune e é muito branda com o criminoso. Como medidas

possíveis para reduzir a criminalidade, sobretudo do crime contra o patrimônio, são defendidos o aumento do policiamento e um maior combate ao tráfico de drogas.

O principal fator de insegurança são os crimes contra o patrimônio, acredita que se ninguém sente seguro com o crescente aumento da ocorrência de crimes na região. Ele menciona crimes de forma generalizada, como roubos de veículos, assalto a transeuntes e demais eventos que ocorrem em via pública.

Apesar de ter havido um acréscimo nas taxas de homicídio na região, a percepção de risco do entrevistado segue direcionada aos crimes contra o patrimônio, o temor dele acerca do homicídio é difuso, pois acredita que ninguém pode afirmar estar seguro no mundo de hoje. Ao ser questionado sobre de qual forma o governo federal poderia contribuir com a redução dos homicídios o entrevistado não soube responder, retomando a fala da carência de efetivo e da necessidade de maior presença do Estado, seja em relação a maior presença e visibilidade dos policiais, seja em políticas de inclusão social.

3.4.3.3 Percepções dos atores individuais e coletivos vinculados à área de justiça e de segurança pública

Atores entrevistados:

- Dr. Anderson Pimentel – Titular da GIH de Aparecida de Goiânia.
- Grupo focal com os seis agentes de investigação do GIH de Aparecida de Goiânia.

Os bairros com maior concentração de homicídios são as áreas de invasão: Colina Azul e Cidade Livre. Sobre os principais problemas que limitam a capacidade de investigação, os entrevistados identificam que há uma disputa entre o Ministério Público e a Polícia Civil. Esta disputa teria como objetivo esvaziar a polícia investigativa, com o Ministério Público assumindo a investigação. Dizem que os prazos e o fluxo da justiça podem variar em cada município, com a relação entre polícia e judiciário sendo mais célere ou menos célere de acordo o perfil daqueles que ocupam as funções de promotor e juiz.

Os policiais civis relatam a dificuldade em investigar e punir outros policiais que participam de grupos de extermínio ou mesmo estão envolvidos em atividades criminosas. Eles entendem que é um equívoco a existência de delegacias especializadas, pois a dinâmica do evento seria muito mais complexa do que o homicídio. Ao limitar a atuação do policial da especializada somente na identificação do autor do homicídio, reduzindo a investigação

somente àquele evento, deixa-se de aprofundar a identificação nos desdobramentos daquela dinâmica criminosa. O homicídio seria apenas uma parte de uma dinâmica criminosa mais ampla. Eles acreditam que a investigação deveria ser mais profunda, permitindo ao policial investigar toda a rede criminosa, como práticas de lavagem de dinheiro, roubo e tráfico. A especializada, segundo eles, restringe a atuação policial.

Identifica-se que há uma dificuldade das ações do governo federal em produzirem impacto direto sobre a atuação da ponta. A Senasp ou o MJ poderiam contribuir com equipamentos e infraestrutura, todavia como o convênio é feito diretamente com o Estado seria o governo estadual o responsável por redistribuir e alocar os recursos. Eles afirmam que esta forma de execução estimularia a disputa entre os setores, sendo que aqueles mais bem relacionados politicamente, seriam os mais beneficiados e não os setores mais necessitados de recursos.

Na percepção dos investigadores, as principais vítimas e autores são pessoas que estão envolvidas com práticas criminosas, sendo, em sua maioria, homens jovens de baixa renda e pardos. Os grupos criminosos são pequenos e independentes entre si. Um fator de destaque é também a presença de policiais como suspeitos de fazerem parte de grupos de extermínio, todavia eles destacam que esta é uma investigação demorada e difícil de ser realizada. Para eles, a maior parte dos homicídios são decorrentes das disputas e rixas referentes aos crimes de tráfico de drogas, roubo de carro e roubo de carga. O fato de Aparecida de Goiânia estar situada na rota da carga que vem do Mato Grosso faz dela um ponto ideal para a ocorrência de roubo de carga.

Sobre a possibilidade de auxílio do governo federal para a questão, os profissionais relacionam a disponibilidade de recursos e a formação voltada para o aperfeiçoamento profissional.

3.4.3.4 Recomendações para Aparecida de Goiânia

- Fim das delegacias especializadas – a principal sugestão apresentada pelos operadores de segurança pública diz respeito a existência das delegacias especializadas. De acordo com os policiais entrevistados, a delegacia especializada, sobretudo a especializada em homicídios, investiga apenas um delito ou consequência da atividade criminosa. A maior parte dos homicídios investigados não são oriundos de conflitos interpessoais ordinários, mas sim resultados de rixas e disputas decorrentes de outras atividades criminosas. A investigação dos homicídios ao buscar identificar seus autores, e as suas

motivações, invariavelmente demanda a identificação de quadrilhas e suas redes de atuação. A fragmentação da investigação entre diferentes delegacias é algo que traz dificuldade para a investigação, sobretudo pela ausência de compartilhamento de informação entre as polícias.

- Maior facilidade na obtenção de informações financeiras e capacitação em investigação de lavagem de dinheiro – a sugestão surge como um desdobramento da questão apresentada no item acima, na qual os policiais entendem que uma investigação mais eficiente de homicídios acaba por demandar a compreensão da dinâmica criminosa de quadrilhas que cometem outros crimes, tais como tráfico de drogas, roubo de carga, roubo e desmanche de veículos. Os investigadores argumentam que um maior acesso às movimentações bancárias e financeiras dos grupos criminosos poderia auxiliar na identificação das suas conexões criminosas. Curso de investigação de lavagem de dinheiro poderiam complementar a formação dos investigadores, permitindo uma leitura mais qualificada destas informações financeiras.
- Aumento do efetivo policial - como já descrito em Anápolis e em Goiânia, os investigadores demandam por um aumento no efetivo narrando as mesmas questões já trazidas anteriormente. Afirmam se sentirem vulneráveis e desprotegidos em investigações que envolvem grupos de extermínio e relatam dificuldades em realizar atividades cotidianas, tais como realizar oitivas, levantar informações e durante estas atividades terem que ser acionados para uma nova ocorrência, sem ter outros profissionais com os quais compartilhar a atividade.
- Ações sociais direcionadas para a juventude – a principal sugestão trazida pelo representante da comunidade é a oferta de programas sociais direcionados para a juventude, que possam dar ao jovem uma nova perspectiva em relação ao seu futuro. Estas ações seriam em educação, qualificação profissional e acesso ao emprego.
- Maior combate ao tráfico de drogas – o tráfico de drogas em praticamente todos os municípios de Goiás é identificado com o principal fato de risco para que alguém seja vítima ou autor de homicídios. Para os entrevistados é o endurecimento no combate ao tráfico que poderia produzir o efeito de reduzir sua ocorrência. Quando questionados se a perspectiva de descriminalizar não poderia ser mais adequada ao que eles

esperam, que é a redução do conflito. Os entrevistados argumentam acerca do receio de que uma eventual descriminalização possa ampliar o número de consumidores.

3.4.3.5 Quadro resumo de Aparecida de Goiânia (GO)

Quadro 5 – Resumo de Aparecida de Goiânia (GO).

Causas/fatores de risco / motivações / dinâmica (em conformidade com o Diagnóstico de Homicídios no Brasil)	Tráfico de drogas e roubo de carga. Os homicídios são decorrentes das disputas entre os grupos criminosos.
Perfil dos autores e vítimas	Jovens do sexo masculino, entre 15 e 24 anos
Respostas do Estado (Abordagens, articulação, eficácia, impacto)	A única resposta do estado tem sido a investigação.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.4.4 Luziânia (GO)

3.4.4.1 Contextualização

Luziânia, distante de Brasília cerca de 50 km, tem sua história iniciada ainda no século XVIII com a extração do ouro na região central do Brasil. É de 1746 a fundação do povoado de Santa Luzia. Ao final daquele século, com o declínio da atividade extrativista mineral, iniciou um processo de fixação das famílias na zona rural dando origem a agricultura e pecuária que caracteriza a região até os dias de hoje. Santa Luzia tornou-se cidade em 1867 e em 1943 passou a chamar-se Luziânia.

A cidade ostenta um IDHM de 0,701 com uma contribuição expressiva da dimensão Longevidade (0,831), seguida de Renda (0,689) e Educação (0,602), ocupando a 1866ª posição entre os municípios brasileiros.

Com uma população de 174.531 habitantes segundo o censo de 2010 e com uma média de crescimento anual de cerca de 2%, Luziânia tem uma população potencialmente ativa relevante, com mais de 66% de indivíduos na faixa de 15 a 64 anos.

Em termos de educação, o município tem cerca de 78% de suas crianças entre 5 e 6 anos na escola e cerca de 86% de crianças de 11 a 13 anos nas séries finais do ensino

fundamental. Cerca de 57% de jovens de 15 a 17 anos possui o ensino fundamental completo e cerca de apenas 38% de jovens de 18 a 20 anos tem o ensino médio completo. Estes são números preocupantes acerca da escolarização da juventude em Luziânia e permite que se construa a hipótese de que a rede de ensino do município apresente um grande índice de evasão escolar.

No geral, o município apresenta uma expectativa de 9,02 anos de estudo para crianças e jovens até atingir a idade de 18 anos. Um dado relevante é que em 2010, 72% das crianças de 0 a 5 anos se encontrava fora da escola, o que caracteriza uma demanda relevante por instituições cuidadoras (creches).

O município tem uma renda *per capita* média de R\$ 423,33 (IBGE 2016), apresentando um índice de Gini de 0,50, com 11,85% de pobres e 3,05% de indivíduos considerados extremamente pobres. Na população de indivíduos com 18 anos ou mais, cerca de 72% é economicamente ativa e outros 9,1%, embora economicamente ativa, está desocupada. Ainda, cerca de 19% dessa população é economicamente inativa. Estes números indicam uma população envelhecida, com quase 20% da população acima dos 64 anos.

Em relação aos indicadores habitacionais, mais de 90% dos domicílios no município têm água encanada, energia elétrica e coleta regular de lixo. A Tabela 7 apresenta uma síntese dos indicadores sociais do município.

Tabela 7 – Aspectos sociodemográficos do município de Luziânia/GO.

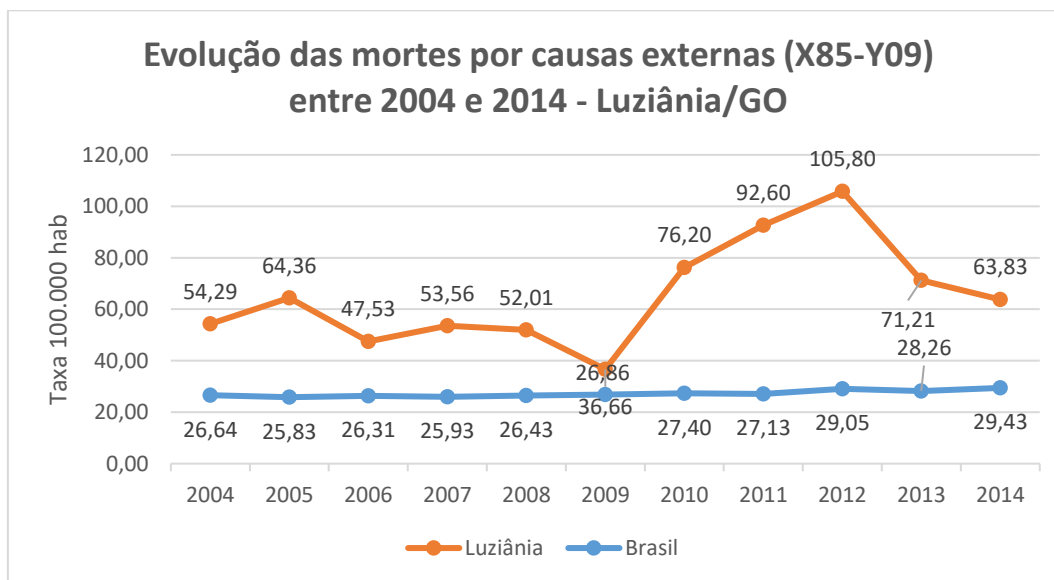
Aspecto Sociodemográfico	Valor	
Área da unidade territorial - 2015	3.961,10	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	31	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	31.653	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	7.997	matrículas
Número de unidades locais	3.420	unidades
Pessoal ocupado total	25.408	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	16.677,30	reais
População residente	174.531	peessoas
População residente - Homens	87.087	peessoas
População residente - Mulheres	87.444	peessoas
População residente alfabetizada	143.583	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	56.035	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	106.219	peessoas
População residente, religião espírita	2.425	peessoas
População residente, religião evangélicas	48.839	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios	1.594,77	reais

Aspecto Sociodemográfico	Valor	
particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural		
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	2.060,59	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	411,67	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	423,33	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,701	

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Em relação aos homicídios, ao longo do período dos 10 anos que compõem a série histórica examinada, o município de Luziânia sofreu importantes variações nas taxas anuais de mortes por causas externas, experimentando um aumento de 15,65% de 2004 para 2005. Em seguida, um descenso de 35,33% de 2005 para 2006, voltando a subir de forma relevante em 2007, com nova queda nos anos de 2008 e 2009. De 2009 para 2010, entretanto, um aumento abrupto da taxa elevou as mortes de 66,65 por 100.000 habitantes em 2009, para 117,45, continuando a subir até o ano de 2012, quando alcançou 143,67 mortes, voltando a diminuir a partir daquele ano, culminando com 100,97 mortes por 100.000 habitantes em 2014. O município, no período, apresentou uma taxa média anual, $\bar{X} = 100,54$, $DP = 23,81$, com uma variação percentual média, $\bar{X} = 0,07$, $DP = 0,27$. Em termos populacionais, o município não teve variação relevante ao longo do período, apresentando uma média anual, $\bar{X} = 0,01$, $DP = 0,07$.

Gráfico 8 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Luziânia – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde e Estimativas, contagem e censo populacional/IBGE – Série Histórica.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.4.4.2 Percepções dos atores individuais e coletivos envolvidos

Atores entrevistados:

- Edclei - Presidente do Conseg
- Denis Meireles – Vereador e ex-secretário municipal de segurança

Desde 2014, há em Luziânia uma Secretaria Municipal de Segurança, que foi criada por se entender que a questão da violência urbana é uma emergência social no município. Um dos bairros reconhecido como o mais “perigoso” é o Jardim Ingá, local no qual existem várias casas de prostituição e alto índice de violência. Apesar da maior incidência no Jardim Ingá, os entrevistados relataram que a percepção de insegurança e violência está dispersa em todo o município de Luziânia. Não foi possível identificar nenhum caso de homicídio que tenha sido marcante na região. Como principal fator de risco para o homicídio foi citado o envolvimento com o tráfico de drogas e as disputas por pontos de comercialização de drogas. Quando às questões relacionadas aos tipos de violência e as possíveis causas dos homicídios, os atores apontam também para a questão da migração e a proximidade com o Distrito Federal, que

influência na dinâmica da cidade já que uma parte significativa da população trabalha no DF e só permanece em Luziânia nos finais de semana. Essa dinâmica de esvaziamento deixaria muitos jovens na cidade, que, por sua vez, não oferece espaços de lazer ou programas culturais para a juventude, aumentando o consumo de drogas. Além disso, a falta de emprego foi apontada como um fator relevante para o aumento da violência. Outro ponto destacado pelos atores é a quantidade de casas de prostituição que ficam à beira da rodovia que dá acesso à cidade, segundo um dos atores, esse seria um dos maiores problemas na região do Jardim Ingá, tida como a mais violenta da área.

Jovens negros da periferia, sem oportunidade, que a política pública não alcançou, são identificados como os sujeitos mais vulneráveis a tornarem-se autores de homicídios. Segundo os entrevistados, os motivos para os homicídios seriam rixas e disputas relacionadas ao tráfico de drogas.

Sobre as formas de prevenção, afirma-se que a atuação deve ser no sentido de ampliar os acessos às estruturas de oportunidade, tais como acesso ao emprego e qualificação profissional. Acredita-se que há pouco investimento em educação e falta de perspectiva dos jovens em relação ao futuro. Sobre as respostas do Estado para o problema, afirma-se que não há projetos oriundos do poder municipal ou do poder estadual, os projetos são trazidos de fora e muitas vezes por iniciativa do Governo do Distrito Federal. Percebe-se que o estado de Goiás não investe recursos e goza de baixa credibilidade junto à população.

De acordo com os entrevistados, a percepção de insegurança é grande no município, havendo uma grande desconfiança da população em relação às políticas públicas e às instituições de segurança. A insegurança na fala dos entrevistados aparece muito mais relacionada aos crimes contra o patrimônio do que aos crimes contra a vida.

3.4.4.3 Percepções dos atores individuais e coletivos vinculados à área de Justiça e de Segurança Pública

Entrevistas realizadas com:

- O delegado titular do GIH – Dr. Eduardo
- Grupo focal com 1 escrivão e 3 agentes. Agentes: Brasileiro, Leandro e Givanildo. Escrivão José Maria.

O local com a maior incidência de ocorrências em Luziânia é o Jardim Ingá e Fumal (localizado dentro do Jardim Ingá). Este é o maior bairro da cidade e o mais populoso também. De acordo com os entrevistados, a delegacia de Luziânia também tem sob a sua circunscrição os municípios de Cristalina e Cidade Ocidental. Segundo os policiais ouvidos, há uma sobrecarga de atividades o que dificulta o trabalho, sobretudo pela necessidade de deslocamento dos agentes até essas outras cidades. Além do delegado titular a equipe é composta por um escrivão e dois agentes.

Acerca das carências de infraestrutura, um dos agentes diz: “Aqui é terra de ninguém, só se investiga o que aparece na mídia”, e outro complementa: “o negócio é ter prisão para sair na imprensa”. A equipe reduzida inviabiliza que a delegacia trabalhe com plantão para atendimento de casos noturnos, isso faz com que casos que ocorram após o final do expediente somente sejam atendidos no dia seguinte. Ocorrências fora do expediente eventualmente são atendidas pela central de flagrantes de Luziânia. Os agentes também relataram que, apesar de haver uma boa relação com a Polícia Militar, a atuação da P2, que é a seção de inteligência da polícia militar, tem trazido mais dificuldades do que agilidade nas investigações de homicídios. Os agentes relatam que muitas vezes a Polícia Militar é a primeira a chegar no local de crime, e que ela não compartilha suas anotações e por vezes antecipa a prisão de possíveis suspeitos, prejudicando o trabalho de investigação pelos agentes. Há um constrangimento e tensão constante com a Polícia Militar, pois recorrentemente os policiais da P2 se identificarem como policiais civis e utilizam inclusive o nome dos agentes, passando-se por eles no atendimento das ocorrências.

Em decorrência da carência de infraestrutura, eventuais perícias que se façam necessárias precisam que o material seja enviado para Goiânia e, nesses casos, não são raras as vezes em que as provas se extraviam e desaparecem. Os entrevistados acreditam que existem muitos atenuantes que atrapalham a investigação de homicídios, os crimes normalmente são muito violentos e não há meios de fornecer segurança para as testemunhas. Além disso, falta apoio e colaboração da população, pois muitas pessoas não acreditam no poder de ação da polícia.

Sobre a articulação entre diferentes instâncias do governo estadual e municipal, os entrevistados relataram que há pouca integração entre as instâncias, não havendo diálogo com a prefeitura e nem com os Consegs.

No que tange a quem mais mata e morre, os operadores consideram que a maior parte dos autores e das vítimas são homens jovens, residentes na localidade e que já tiveram alguma

passagem pela polícia. As drogas (conflitos entre traficantes, usuários, etc.), os crimes passionais, os conflitos pessoais e o feminicídio são as causas mais comuns dos crimes de homicídio.

3.4.4.4 Recomendações para Luziânia

- Emancipar o Jardim Ingá – muitos dos entrevistados acreditam que ao tornar o Jardim Ingá um município será mais fácil o direcionamento de recursos, permitindo uma melhora na oferta de serviços públicos.
- Investir em projetos direcionados para a juventude – há uma grande demanda por uma melhoria e ampliação do sistema educacional ampliando o número de escolas, implementando um Campus da UFG – Universidade Federal de Goiás e institutos federais. Demanda-se também políticas direcionadas para geração de empregos e prevenção às drogas.
- Implementar programas de policiamento comunitário – acredita-se que um programa desta natureza poderia melhorar o relacionamento da população com as instituições policiais.
- Melhorar a infraestrutura da delegacia de homicídios e aumentar o efetivo – a melhoria da infraestrutura e ampliação do efetivo é uma demanda constante de todos os grupos de investigação em Goiás, todavia no município de Luziânia a precariedade da infraestrutura e de pessoal é mais claramente percebida, em comparação aos demais municípios.
- Criar um fundo constitucional ou um convênio direcionado para os municípios do entorno do DF – segundo os entrevistados a distribuição dos recursos dentro do Estado de Goiás se dá de forma desigual, sem contemplar as demandas e necessidades dos municípios do entorno do DF. A desigualdade na distribuição de recursos também foi destacada pelos policiais em Anápolis.

3.4.4.5 Quadro resumo de Luziânia (GO)

Quadro 6 – Resumo de Luziânia (GO).

Causas/fatores de risco / motivações / dinâmica (em conformidade com o Diagnóstico de Homicídios no Brasil)	Tráfico de drogas.
Perfil dos autores e vítimas	Jovens negros do sexo masculino.
Respostas do Estado (Abordagens, articulação, eficácia, impacto)	O Estado de Goiás é omissivo em relação ao município, onde o Governo do Distrito Federal consegue se fazer mais presente do que o governo do próprio Estado.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.4.5 Síntese da análise do estado de Goiás

Os resultados obtidos no Estado de Goiás apresentaram as seguintes características:

- Ausência de relações intermunicipais que possam influenciar a dinâmica do homicídio – o trabalho de campo acabou por confirmar a hipótese, previamente formulada, não tendo sido encontradas, nos municípios pesquisados, relações intermunicipais entre as dinâmicas sociais que motivam a ocorrência de casos de homicídios dolosos. Desta forma, os resultados dos municípios são apresentados individualmente, não sendo possível afirmar que exista uma única narrativa explicativa para o Estado de Goiás, ainda que eventualmente existam pontos em comum entre os municípios.
- Criminalidade dispersa – em três municípios pesquisados a dinâmica dos homicídios se apresentou dispersa e pouco concentrada. Os bairros que concentram mais ocorrências respondem por apenas 6% das ocorrências de homicídios do município. A exceção é o município de Luziânia.
- Perfil de vítima e autores – o perfil das vítimas e autores descritos nas entrevistas e grupos focais é descrito como sendo, em sua maioria, pessoas com passagem anterior pela polícia, sendo acusadas de outros crimes. Este perfil talvez ajude a compreender a ausência de interesse e preocupação das organizações da sociedade civil em demandar das instituições públicas uma maior atuação voltada para a redução dos homicídios.

- Ausência de interesse e preocupação das organizações da sociedade com a dinâmica do homicídio – as associações de moradores e os Consegs entrevistados concentram suas preocupações e demandas sobre os crimes contra o patrimônio e as desordens, revelando uma ausência de pauta sobre os crimes de homicídio. Os representantes das organizações comunitárias possuem a percepção de que as principais vítimas de homicídio são pessoas ligadas ao “mundo do crime”. Sendo assim, a morte destas pessoas é percebida como algo “natural”, decorrente do “estilo de vida” delas.
- Ausência de interlocução entre as organizações da sociedade civil e a Polícia Civil – estas organizações concentram suas relações com a polícia militar. A Polícia Militar é próxima delas, possuindo inclusive grupos de whatsapp entre os membros destes conselhos e a polícia local. A relação com a polícia civil é distante, pois não percebem a polícia civil com uma instituição que possa atender as suas demandas, que são essencialmente relacionadas ao policiamento ostensivo. A principal preocupação destas organizações está relacionada aos crimes contra o patrimônio.
- Recurso insuficiente para a investigação – os policiais civis que trabalham nos Grupos de Investigação de Homicídios – GIH destacam que há pouco investimento nos recursos e na infraestrutura necessária para a investigação. Com exceção de Goiânia, o prédio onde está localizado o GIH de Anápolis e Aparecida de Goiânia são prédios alugados, sendo que em Aparecida de Goiânia fica numa casa, sem local apropriado para que um suspeito preso aguarde o momento de realizar a sua oitiva.
- Presença de drogas, todavia pouco determinante – todos os entrevistados mencionaram as drogas como um elemento importante na compreensão da dinâmica dos homicídios, seja o comércio em si ou o consumo. Todavia, apesar de ser recorrentemente mencionada, não fica claro nas entrevistas se as rixas e as “dívidas” ocorrem mesmo sem a presença das drogas. Os grupos criminosos se dedicam a diversas atividades criminosas e o termo “dívidas” não se resume ao não pagamento decorrente do comércio; esta dívida pode ser uma “vingança”, um “acerto de contas” decorrente de outra disputa, que não a disputa territorial clássica, como se percebe em municípios como o Rio de Janeiro, ou as gangs em Brasília. Não se pode ignorar que o comércio e uso de drogas são um elemento significativo na compreensão desta dinâmica, todavia não está claro como a sua presença influencia, determina ou potencializa os casos de homicídios, pois há indícios de que estas disputas violentas existam a despeito da

presença das drogas, uma vez que elas, em muitos casos, são decorrentes de outras atividades criminosas, tal como o roubo de cargas em Anápolis.

- Disputa entre Polícia Civil e Judiciário – os policiais entrevistados reproduzem recorrentemente o discurso da “impunidade”. Para eles, o Estado não pune de forma adequada, e essa “impunidade” se inicia com a atuação do judiciário, sobretudo da forma como este interpreta a lei. Segundo eles, o judiciário é um ator que coloca muitos obstáculos sobre o trabalho da polícia, seja dificultando o acesso a informações, tais como “dados bancários” e “autorização de escutas telefônicas”, seja sendo “brando” com o criminoso e “exigente” com a polícia.
- De acordo com os entrevistados o Sistema Judiciário seria excessivamente “exigente” com a polícia, ao demandar em excesso a produção de provas materiais que, por vezes, são difíceis de serem produzidas. Os delegados afirmam que durante a investigação se constrói a convicção da culpa de um suspeito, a partir da reconstrução da dinâmica do evento e de evidências que surgem, mas por não haver uma prova material contundente a tendência do judiciário é não aceitar a acusação.
- Segundo os entrevistados o rigor que o Sistema Judiciário tem com o trabalho da polícia não se repete no julgamento dos acusados. Segundo ele o Judiciário é “brando” com o criminoso e sob a alegação da falta de vaga nos presídios, mantém soltos os suspeitos, a não ser que exista uma prova material inequívoca. Segundo a polícia, isto faz com que o suspeito que responde por diversos homicídios permaneça solto. Enquanto não houver a primeira condenação, o suspeito é considerado “réu primário”, assim há casos de suspeitos que respondem por até sete homicídios e permanecem soltos, pois nenhum dos processos foi ainda julgado.

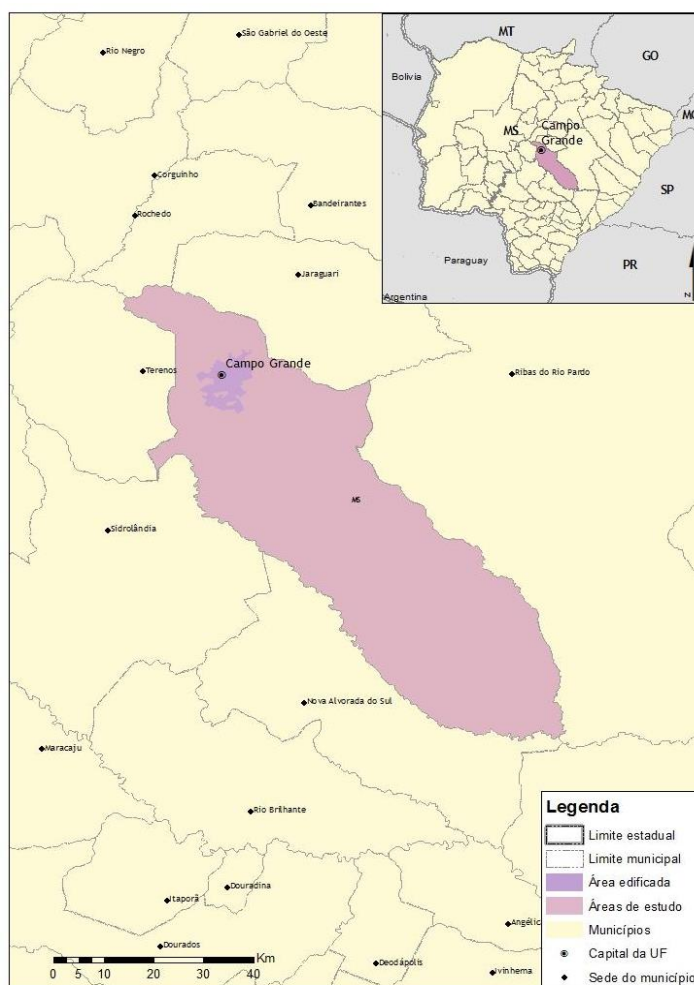
3.5 Mato Grosso do Sul (MS)

3.5.1 Contextualização

O Mato Grosso do Sul, com IDHM (2010) de 0,729 ocupa a 10ª posição entre os estados brasileiros, sendo a “Longevidade” a dimensão de maior contribuição (0,833), seguida por “Renda” (0,740) e “Educação” (0,629). Com cerca de 357 mil quilômetros quadrados, é o 6º maior estado do Brasil em extensão territorial sendo sua capital o município de Campo Grande. Possui uma população de 2.449.024 habitantes segundo o Censo 2010, com uma predominância de indivíduos entre 10 e 34 anos, o que caracteriza uma população jovem, da qual cerca de 91,5% é alfabetizada segundo os dados da PNAD-IBGE de 2013.

Com cerca de 84% da população em idade ativa, da qual 63% é economicamente ativa, o estado caracteriza-se por ter na agricultura e pecuária suas principais fontes econômicas, estando entre os grandes produtores pecuários do país, com um PIB *per capita* (2013) de R\$ 27.640,00. Neste estudo, o Mato Grosso do Sul contribui com apenas um município para esta pesquisa, exatamente sua capital Campo Grande.

Figura 5 – Mapa da área de estudo do Estado de Mato Grosso do Sul.



Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.5.2 Campo Grande (MS)

3.5.2.1 Contextualização

A cidade de Campo Grande tem suas raízes ainda no século XIX, com a ocupação da região de Campo Grande da Vacaria por fazendeiros do Triângulo Mineiro com a finalidade de criação de gado. Situada em uma posição geográfica privilegiada a região atraiu, desde então, paulistas, gaúchos e nordestinos que ali estabelecendo-se desenvolveram a agropecuária na região. Esse desenvolvimento foi alavancado desde as primeiras décadas do século XX com a instalação de linhas férreas que ampliaram a importância socioeconômica e política da região, ao ponto de Campo Grande se tornar, primeiro, uma capital militar

concentrando ali o comando da Circunscrição Militar responsável por todas as unidades militares do estado do Mato Grosso, vindo a tornar-se a capital do estado do Mato Grosso do Sul com a divisão do então estado do Mato Grosso em 1977.

Campo Grande detém um IDHM de 0,784, considerado alto e que a coloca na 100ª posição entre os demais municípios do país, tendo nesse indicador uma contribuição importante da dimensão “Longevidade” 0,844, seguida pela “Renda” com 0,790 e pela “Educação” com 0,724. Sua população, de 786.797 habitantes, é 98% urbana. O crescente nível de desenvolvimento do estado tem aumentado gradativamente a expectativa de vida ao nascer que, atualmente é 75,6 anos.

Em termos de educação, o município tem mais de 95% de crianças de 5 a 6 anos na escola e 91,37% de crianças de 11 a 13 anos concluindo o ensino fundamental (IBGE, 2010). Entre os jovens de 15 a 17 anos, cerca de 65% têm o ensino fundamental completo e entre os de 18 a 20 anos, 50,55% têm o ensino médio completo. O estado alcançou em 2010 a cifra de 10,93 anos em termos de expectativa de anos de estudo dos indivíduos até completarem 18 anos.

Com um PIB *per capita* superior a R\$ 24.000,00, o município ostenta uma renda média *per capita* superior a R\$ 1.300,00 de acordo com dados do IBGE, 2010. A Tabela 8 apresenta a síntese dos principais indicadores sociais do município.

Tabela 8 – Aspectos sociodemográficos do município de Campo Grande/MS.

Aspecto Sociodemográfico	Valor	
Área da unidade territorial - 2015	8.092,95	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	123	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	117.671	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	32.167	matrículas
Número de unidades locais	25.836	unidades
Pessoal ocupado total	307.936	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	24.839,24	reais
População residente	786.797	peessoas
População residente - Homens	381.333	peessoas
População residente - Mulheres	405.464	peessoas
População residente alfabetizada	693.235	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	244.567	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	405.627	peessoas
População residente, religião espírita	27.671	peessoas
População residente, religião evangélicas	239.882	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios	1.369,47	reais

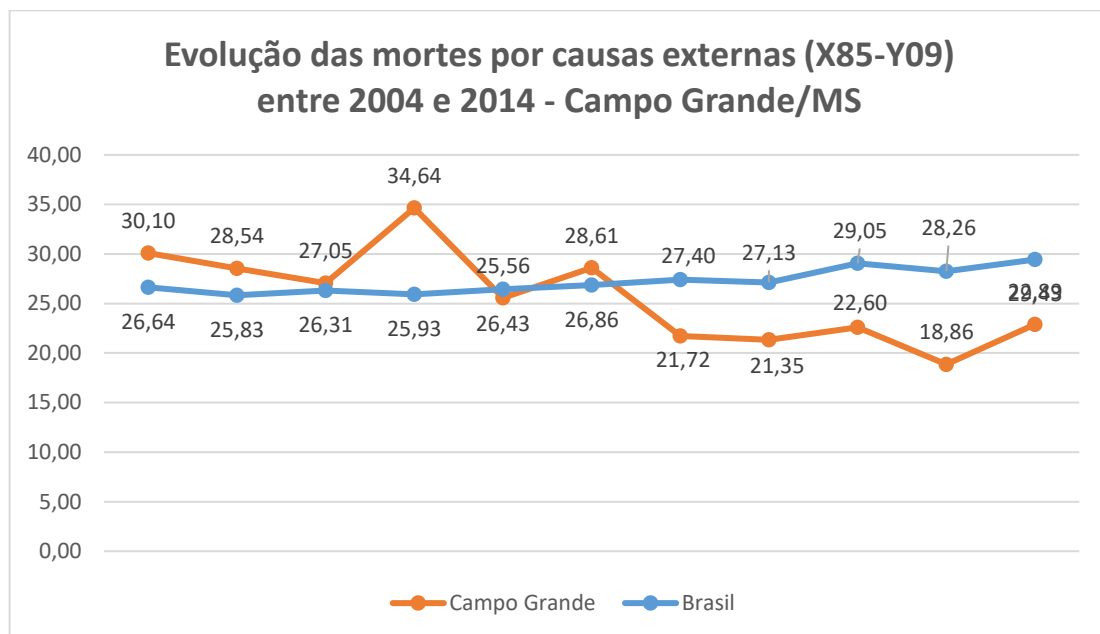
Aspecto Sociodemográfico	Valor	
particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural		
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	3.443,49	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	360	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	630	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,784	

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Apesar da sua pujança econômica e do desenvolvimento urbano e social, Campo Grande possui bairros com habitações populares e aglomerados sem muita infraestrutura, o que contrasta com a região Central e os bairros de classe média alta. É nestes espaços urbanos de pouca infraestrutura que se concentra a maior parte da criminalidade e dos homicídios.

À exceção do ano de 2007, entretanto, o município vem apresentando queda paulatina em mortes por causas externas desde o ano de 2004, com uma taxa média anual por 100.000 habitantes, $\bar{X} = 25,63$, $DP = 4,65$ e uma variação anual média, $\bar{X} = -0,03$, $DP = 0,15$. Em termos populacionais o município também enfrenta uma variação média anual, $\bar{X} = 0,01$, $DP = 0,03$.

Gráfico 9 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Campo Grande – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde e Estimativas, contagem e censo populacional/IBGE – Série Histórica.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.5.2.2 Percepções dos atores individuais e coletivos envolvidos

Atores entrevistados:

- Renan - Jornalista do Jornal Correio do Estado, que cobre a área policial.
- Paulo Ângelo - Ex-Presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Marçal de Souza e atual Conselheiro da entidade. Atualmente é assessor Parlamentar.
- Empresário Adelaido – Presidente do Conseg da Área Central de Campo Grande Exerce a liderança inclusive nos meios de comunicação. Tem um programa de 5 minutos na TV falando do movimento comunitário e com articulação com todas as lideranças do movimento comunitário.
- Alberto Viera de Mattos – CARIOCA – Presidente do Conseg do Bairro Aero Rancho. Liderança articulada com o Comando da Polícia do 10º Batalhão. Atua em toda região que abrange mais de seis bairros que forma o

grande Aero Rancho. No dia 06/06, organizou em uma escola estadual uma ação cívica social que reuniu lideranças comunitárias, representantes do poder público, o Comandante do 10º Batalhão, empresas prestadoras de serviços, músicas, jovens, adultos, oferecimento de corte de cabelo, orientação jurídica e assistência médica e odontológica.

- Grupo focal com seis membros do Conselho Comunitário da Comunidade: um conselheiro, uma ex-presidente de associação do bairro Aero Rancho, uma conselheira do bairro do Tijuco, um membro do Conselho Comunitário de Campo Grande e um ouvidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

A percepção de violência pelos entrevistados de Campo Grande está mais relacionada aos crimes contra o patrimônio. Para eles, os homicídios são eventos relacionados com um estilo de vida “marginalizado” de pessoas associadas ao “mundo do crime”, ou seja, que já foram presas ou detidas como suspeitas.

Percebe-se, pelos depoimentos dos atores entrevistados, que a violência patrimonial e os homicídios são fenômenos correlacionados. Eles estimam que nos bairros mais “carentes” do município entre 70% a 80% das ocorrências são de roubos ao comércio, uso e tráfico de drogas. De modo geral, os atores vinculam os problemas de segurança (roubo, furtos, assaltos) e os homicídios à proximidade da fronteira com o Paraguai e com a Bolívia. Tal proximidade seria vista como responsável pela produção e distribuição de drogas para o Mato Grosso do Sul, assim como para as outras regiões do país. Campo Grande e o estado de Mato Grosso do Sul são ambos cortados por várias BRs que ligam o estado à região Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Pelo fato de ser uma rota de passagem de traficantes, as penitenciárias do estado estão superlotadas por conta de presos ligados ao comércio e tráfico de drogas. A maior parte deles não é do estado, mas foram pegos com drogas nas rodovias que cortam a região e acabam por ficarem detidos no Estado.

Segundo os entrevistados, os homicídios são motivados por acertos de contas do tráfico, principalmente nos bairros Aero Rancho e Tijuco. Tanto autores quanto vítimas são apontados como sendo usuários e/ou traficantes de drogas. Portanto, a incidência do tráfico e as pequenas bocas de fumo seriam os responsáveis pela maioria dos homicídios.

De acordo com os entrevistados, o perfil tanto das vítimas quanto dos autores é de jovens do sexo masculino, usuários e traficantes de drogas. A maioria das pessoas

relacionadas aos casos de homicídio está envolvida com o consumo ou tráfico de drogas ou já tiveram alguma passagem na polícia relacionada com esse delito. Em relação ao perfil social, geralmente são pessoas com baixa escolaridade, a maioria possui pouca qualificação e atua em profissões como serventes de pedreiros, ajudantes gerais, auxiliar de pátio, por exemplo, e a maioria é envolvida com o crime ou já teve alguma passagem pela polícia.

Os entrevistados entendem que a prevenção ao crime está relacionada com elementos que podem influenciar a sociabilização do indivíduo, tal como a educação. Um segundo ponto seria tratar o tráfico de drogas como problema de saúde pública e aumentar a fiscalização nas fronteiras para que se reduza a criminalidade associada ao tráfico.

Sobre as políticas e programas que são fomentadas pelo Governo Estadual, os entrevistados percebem que, nos principais bairros, incluindo os bairros mais violentos, existem os Conselhos de Segurança, os Consegs, que se relacionam com as polícias militar e civil. A principal ação relacionada especificamente ao homicídio, sendo praticamente a única, é a investigação realizada pela Polícia Civil.

Os entrevistados acreditam que as polícias são deficitárias de recursos financeiros e humanos assim como de infraestrutura adequada para boa realização das investigações. Foi relatado que os homicídios não são esclarecidos, não por falta de vontade da polícia, mas porque esta precisa ouvir fontes e obter informações de testemunhas, mas que nesses casos ninguém fala ou dá pista para a polícia. Relata-se também que não existe um trabalho direcionado aos homicídios além da investigação que já é realizada pela Polícia Civil.

Em relação ao Governo do Estado, os atores acreditam que ele poderia controlar melhor as fronteiras e melhorar a oferta de serviços públicos, tal como educação, além de melhorar a infraestrutura nos bairros mais vulneráveis do município. Os atores acreditam ainda que o Governo Federal poderia aumentar o efetivo da Polícia Rodoviária Federal – PRF, pois esta última estaria com seu efetivo defasado, faltando policiais para cobrir muitos postos, havendo inclusive o risco de alguns destes postos fecharem. O Estado é cruzado por 9 BRs e seriam os policiais rodoviários que deveriam fiscalizar esta circulação, ao lado do Departamento de Fronteira. Segundo eles o Enafron tem funcionado de maneira muito modesta. O governo federal fez um investimento em câmeras, mas nem todas estão instaladas e nem todas estão funcionando. Um outro problema, que seria de responsabilidade do governo federal é a questão dos presos: o número de presos por crimes federais é muito volumoso e a capacidade de vagas no sistema prisional é de 7 mil pessoas sendo que hoje já recebe 15 mil. O governo do estado atribui mais de 80% destes presos a prisões por tráfico internacional de

entorpecentes que tecnicamente deveriam ser de responsabilidade do governo federal. Isto teria impacto sobre as audiências de custódia, que para desafogar o sistema liberam quem é detido, oportunizando para que voltem a praticar furtos, tráfico e homicídios.

Os entrevistados declaram sentirem-se seguros, sobretudo por conhecerem os pontos mais vulneráveis da cidade. Porém, eles reconhecem que as outras pessoas não se sintam tão seguras. A percepção de segurança estaria relacionada com uma melhor iluminação pública com políticas públicas de segurança e uma maior participação do Estado no combate e na prevenção da criminalidade violenta.

3.5.2.3 Percepções dos atores individuais e coletivos vinculados à área de Justiça e de Segurança Pública

Atores sociais entrevistados:

- Luidson Noletto - Secretário Municipal de Segurança Pública de Campo Grande. Responsável pela Guarda Municipal. Major do Corpo de Bombeiros, cedido para a Prefeitura para comandar a Secretaria juntamente com outro Major Marcos.
- Cel. Waldir da PMMS – Comandante da Região Metropolitana de Campo Grande. Responsável pelo comando dos Batalhões de Polícia da Capital.
- Delegado Obara. Titular da Delegacia Especializada de Homicídios da Capital. Esta delegacia é responsável pelas investigações dos crimes de homicídios que não foram resolvidos pelas delegacias distritais e de outros municípios. De descendência oriental, filho de pai Delegado de Polícia em São Paulo, pessoa altamente articulada e técnica, cuja principal característica apontada para o cargo é a vocação.
- Delegados Jairo e Reis – Respectivamente, Titular e Adjunto da 5ª Delegacia que abrange o Bairro Aero Rancho.

De acordo com os entrevistados, estes territórios são as regiões periféricas de maior densidade populacional e também com um menor índice socioeconômico. Estas seriam as características das regiões que influenciam na concentração de um maior número de pessoas envolvidas com o tráfico e o uso de drogas. O uso e o tráfico de drogas foram identificados como as dinâmicas mais associadas aos conflitos que motivam os crimes de homicídios.

O principal aspecto a ser destacado sobre os problemas que limitam a capacidade de investigação foi a ausência de valorização profissional. Essa desvalorização, segundo um dos entrevistados, não incentivaria o policial a buscar um aprimoramento na investigação, frequentando cursos e buscando conhecimentos que poderiam facilitar o seu trabalho diário. Entretanto, apesar do relato da ausência de incentivos para a formação continuada, os entrevistados destacam que a equipe de investigação é composta por pessoal qualificado e capacitado para fazer o trabalho de investigação usando técnicas de interceptação telefônica, cruzamento de dados bancos, lavagem de dinheiro, departamento de inteligência. Um segundo ponto que foi destacado é a necessidade de se ter um maior nível de integração dos setores de investigação com a polícia técnica e realizar um trabalho integrado com a perícia. Essa integração foi ressaltada como sendo um dos principais aspectos que poderiam auxiliar o índice de esclarecimentos.

Quanto à prevenção, o principal problema relatado seria a pouca infraestrutura nos órgãos de segurança pública responsáveis pelo policiamento ostensivo. A Polícia Militar não teria recursos materiais e humanos adequados em relação à demanda existente.

Os entrevistados não identificam ou conhecem outras instâncias, além dos órgãos governamentais que façam articulação nas ações relacionadas aos homicídios. Foram mencionadas iniciativas pontuais de associações de bairro e conselhos de segurança que encaminham demandas para as instituições policiais, mas não mencionaram a existência de nenhum programa, seja governamental ou não governamental, direcionado para a redução dos homicídios.

Na opinião dos atores, a maior parte dos autores e das vítimas são jovens negros, alguns com trabalho definido e outros sem nenhuma profissão ou trabalho formal. Em geral, tratam-se de jovens de baixa renda e com baixa escolaridade. Tanto as vítimas quanto os autores são geralmente moradores dos bairros periféricos, sendo pessoas que se conhecem. Os entrevistados atribuem a violência a fatores como o uso e o comércio de drogas e o uso excessivo de bebidas alcoólicas.

Os entrevistados destacaram que a principal forma de contribuição do governo federal seria em investir em cursos de capacitação. Os cursos necessários seriam com relativos a preservação de local de crime assim como outras metodologias de investigação, a serem difundidas pelas academias de polícia. Os entrevistados avaliam de forma positiva os cursos que já foram feitos, reconhecendo neles uma aplicação e eles também atribuem aos cursos da Senasp uma melhora dos resultados na investigação. Os investimentos direcionados à linha de

fronteira foram lembrados como iniciativas positivas. Quanto aos recursos materiais e ao efetivo, os entrevistados destacam que por mais que investimentos tenham sido feitos, tanto por parte do governo federal quanto por parte do governo estadual, tais investimentos ainda seguem aquém do necessário.

3.5.2.4 Recomendações

- Valorização da atividade policial – esta valorização seria feita com políticas que estivessem direcionadas para a formação continuada dos agentes.
- Políticas sociais direcionada para a juventude – políticas e ações governo e da sociedade civil que possam promover a ocupação do jovem, oferecendo mais educação, lazer, esporte e cultura.
- Redução da desigualdade urbana – conforme depoimento, é clara a divisão de Campo Grande em duas cidades. Uma, que compreende a região central, é iluminada, tem muitos parques, muito verde, e outra, uma cidade invisível na periferia, uma cidade do lixo que expõe as pessoas de forma mais desumana possível para o trabalho e sobrevivência. Sendo nesta região a maior ocorrência de homicídios.
- Implementação de planos de segurança – é necessário a aplicação de um plano estratégico para prevenir a violência e os homicídios. Primeiro, deveria haver um plano estadual de segurança pública debatido e construído coletivamente com a sociedade e com os conselhos de segurança pública. Segundo, Campo Grande deveria ter um Conselho Municipal de Segurança Pública para propor soluções para o problema de violência na cidade, além de plano de cargos e carreira para valorizar os policiais.

Quadro 7 – Resumo de Campo Grande (MS).

Causas/fatores de risco / motivações / dinâmica (em conformidade com o Diagnóstico de Homicídios no Brasil)	Rixas e conflitos decorrentes do tráfico de drogas.
Perfil dos autores e vítimas	Jovens negros do sexo masculino, com baixo nível de escolaridade
Respostas do Estado (Abordagens, articulação, eficácia, impacto)	Investigação dos homicídios pela Polícia Civil.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.6 Mato Grosso (MT)

O Estado do Mato Grosso de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, tem um IDHM de 0,725, classificado como alto, tendo na “Longevidade” o índice de maior contribuição para o IDHM, com 0,821, seguido de “Renda” com 0,732 e de “Educação” com 0,635.

Com uma extensão territorial de 903.378,29 quilômetros quadrados, Mato Grosso é o 3º maior estado brasileiro com a maior parte inserido na Amazônia Legal. O estado tem uma economia baseada na agricultura, pecuária e mineração e, mais recentemente, tem fomentado a expansão da indústria, com base na produção agropecuária.

O estado tem uma população de 3.035.122 habitantes com, entretanto, uma baixa densidade demográfica (3,36 hab/km²), com mais de 80% da população concentrada em centros urbanos.

Mato Grosso vem aumentando paulatinamente a esperança de vida ao nascer que alcançou 74,3 anos, superior à do Brasil como um todo, que é de 73,9 anos, de acordo com o Censo 2010. Em relação à educação, o estado tem mais de 86% da população de crianças de 5 e 6 anos na escola, e mais de 85% das crianças de 11 a 13 anos frequentam as séries finais do Ensino Fundamental. A proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo supera os 62%, e proporção de jovens de 17 a 20 com ensino médio completo é superior a 42%. A expectativa de anos de estudo no estado é de 9,29 anos, próxima àquela do Brasil como um todo, que é de 9,54 anos.

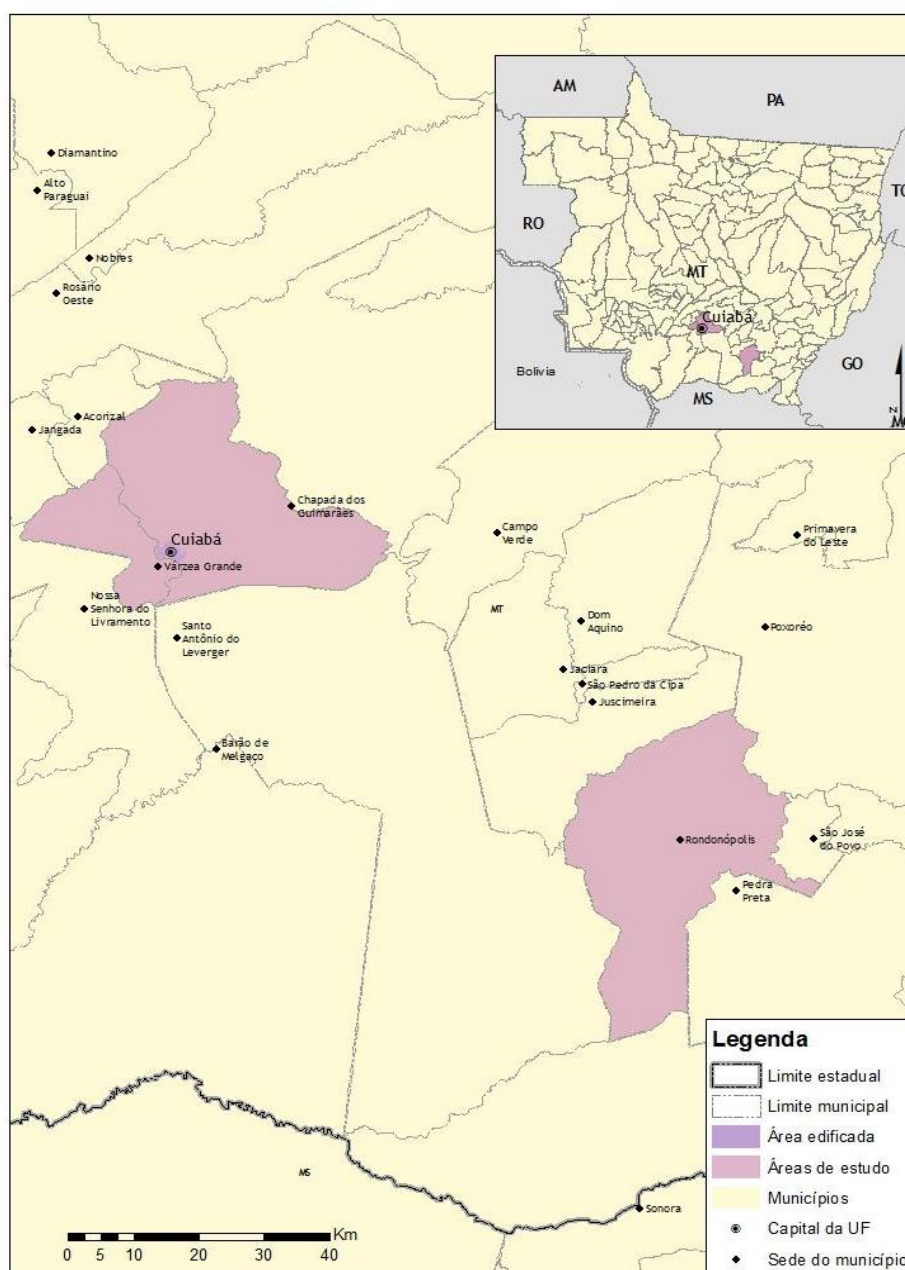
O estado em 2010 apresentou uma renda *per capita* de R\$ 762,52, com um índice de Gini de 0,55. Cerca de 10,5% da população é constituída de indivíduos pobres e 4,4% de

indivíduos extremamente pobres, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015).

Neste estudo, no estado do Mato Grosso, os municípios pesquisados foram: Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis. Cuiabá é o município sede do estado e junto com o município de Várzea Grande e formava até 2001 a “aglomeração urbana de Cuiabá e Várzea Grande”, que foi instituída pela lei complementar nº 83/2001. No ano de 2009 foi criada a região metropolitana de Cuiabá, pela lei complementar de nº 359/2009.

A Figura 6, a seguir, apresenta o mapa dos municípios do estado de Mato Grosso.

Figura 6 – Mapa dos municípios do estado de Mato Grosso.



3.6.1 Município de Cuiabá (MT)

3.6.1.1 Contextualização

Segundo os dados do IBGE (2010), Cuiabá foi fundada em 1719, porém as primeiras incursões na região têm registros já no século XVII, caracterizando-se, inicialmente, pela busca pelo ouro supostamente abundante na região. Em 1727, transformada em vila, Cuiabá se vê abandonada pela população devido ao rareamento das lavras de ouro. Entretanto, em 1818 é alçada à condição de cidade, tornando-se, em 1835, a capital da Província do Mato Grosso.

Atualmente, Cuiabá detém um IDHM de 0,785, ocupando a 92ª posição entre os estados brasileiros. A dimensão de maior contribuição para o IDHM é a “Longevidade”, com 0,834, seguida pela “Renda”, com 0,800 e “Educação” com 0,726.

O município tem uma população de 591.098 habitantes, com cerca de 98% concentrada nas áreas urbanas. Cuiabá apresenta uma esperança de vida ao nascer de 75 anos, superior à do Brasil que é de 73,9 anos.

Em termos de educação, o município tem mais de 90% das crianças de 5 a 6 anos na escola, e cerca de 86% de crianças de 11 a 13 anos nas últimas séries do ensino fundamental. Os jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo são 67,39% e os de 18 a 20 anos com ensino médio completo são cerca de 51%. A expectativa de anos de estudo no município é de 9,91 anos.

A renda *per capita* média em 2010 foi de R\$ 1.161,49, com um índice de Gini de 0,59. A população de indivíduos pobres alcança 5,31% e de extremamente pobres, 1,33%. A Tabela 9 apresenta a síntese dos principais indicadores sociais do município.

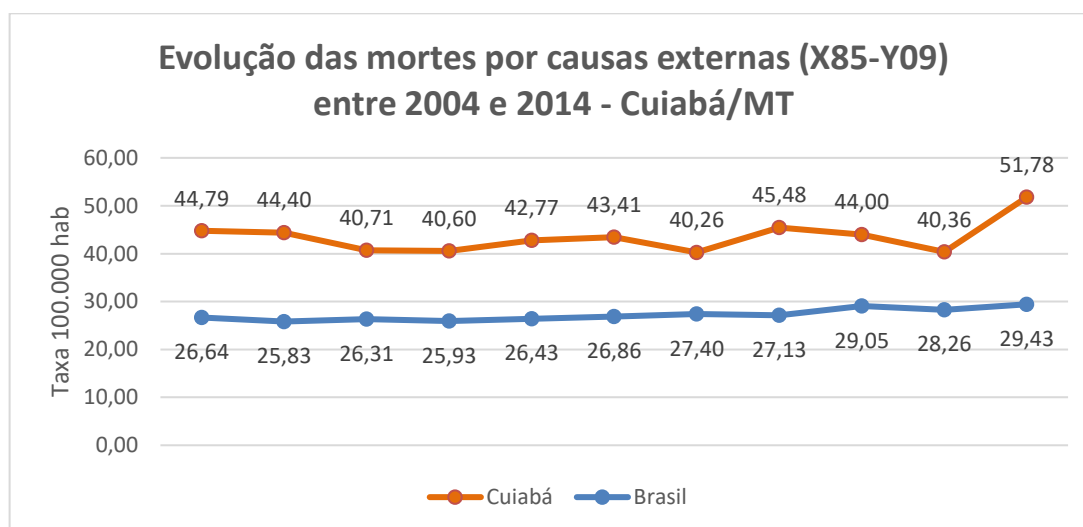
Tabela 9 – Aspectos sociodemográficos do município de Cuiabá/MT.

Aspecto Sociodemográfico	Valor	
Área da unidade territorial - 2015	3.291,82	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	145	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	78.205	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	27.456	matrículas
Número de unidades locais	21.783	unidades
Pessoal ocupado total	277.080	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	31.016,19	reais
População residente	551.098	peessoas
População residente - Homens	269.204	peessoas
População residente - Mulheres	281.894	peessoas
População residente alfabetizada	479.720	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	184.347	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	323.410	peessoas
População residente, religião espírita	17.480	peessoas
População residente, religião evangélicas	145.292	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.990,61	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	3.923,84	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	340	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	633,33	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,785	

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Em relação aos homicídios, Cuiabá vem mantendo certa estabilidade nas taxas de mortes por causas externas desde o ano de 2004, com uma aparente tendência de queda a partir do ano de 2011, a qual não se confirmou em função do abrupto aumento ocorrido no ano de 2014. Ao longo do período Cuiabá apresentou uma média anual de mortes por 100.000, $\bar{X} = 43,51$, $DP = 3,35$, com uma variação anual média, $\bar{X} > -0,001$, $DP = 0,07$. A população do município, no mesmo período, apresentou baixa variação, com uma média anual, $\bar{X} = 0,01$, $DP = 0,02$.

Gráfico 10 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Cuiabá – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde e Estimativas, contagem e censo populacional/IBGE – Série Histórica.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

Em Cuiabá por meio das entrevistas, foi possível apreender as percepções dos atores sociais e dos agentes de segurança pública, que sugerem como causas principais e fomentadoras de homicídios o tráfico de drogas, a desigualdade social, a pobreza e a ausência de políticas públicas de inclusão social e, ainda, como argumento recorrente, o esfacelamento da estrutura familiar como causa primeira desse cenário.

As entrevistas, bem como os próprios inquéritos apontam que as características de vítimas e autores são semelhantes, ambos com médias de idade inferior a 30 anos, não raro menores, homens, e todos em alguma situação de vulnerabilidade. Tais características vão ao encontro de variáveis importantes que ajudam a compreender o cenário, como o espaço geográfico de concentração de ocorrências e as motivações para esses crimes.

Os espaços de concentração, geralmente, são bairros periféricos criados de forma irregular à margem dos centros urbanos, com baixa concentração de renda, pouca ou nenhuma infraestrutura e difícil acesso a estruturas de formação como escola, espaços de lazer ou formação profissional. As motivações podem variar, roubo, acerto de contas, vingança, disputa por poder, isso porque esses espaços, em função de suas características, tornam – se bolhas de concentração do tráfico e de outras atividades ilícitas cooptando parcela dessa população.

Também, de acordo com o observado, não há políticas ou instituições de amparo ou reintegração social, ou mesmo instituições que promovam o esporte, o lazer e a cultura para a população em geral, em especial para os jovens, algumas raras exceções são mantidas por entidades religiosas, que atuam efetivamente nesses espaços, dificultando, dessa forma, o trabalho da polícia, que deverá concentrar sua atuação na estrutura ostensiva em detrimento da preventiva.

Esse cenário parece naturalizado e traz grandes dificuldades na resolução dos inquéritos; não há testemunhas, a população tem medo da polícia e do crime e, ainda, não vê nas instituições ou órgãos de segurança pública estruturas de apoio e legitimadoras de direitos, ao contrário, parecem estar alheias a elas.

É importante salientar, como podemos perceber por meio das entrevistas, que existe um compartilhamento de ideias entre os atores sociais e os profissionais de segurança pública em relação à conjuntura dos homicídios e da segurança pública em Cuiabá. Ambos entendem que, embora com ressalvas, que apesar da polícia atuar na tentativa de resolução e prevenção dos crimes de homicídios, a estrutura institucional falha e deficitária dificulta a tarefa, e não raro, impossibilita não só a realização do trabalho, mas também o planejamento e a implementação de novos métodos e modelos para a área de segurança pública. Os entrevistados entendem que a estrutura de formação socioeconômica e cultural das famílias está diretamente ligada ao cenário da criminalidade no país, evidenciando que a falta de formação educacional, emprego, bem como formas de inclusão em todas as esferas da sociedade são os principais causadores desse resultado negativo. Por fim, consideram que toda transformação social parte de ações interligadas das diversas esferas do estado, havendo, portanto, a necessidade do trabalho em conjunto do executivo, legislativo e judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal, que se estendam para toda e qualquer instituição formadora do núcleo social assim como para os atores sociais que, coletivamente, constroem o espaço habitado.

3.6.1.2 Percepções dos atores individuais e coletivos envolvidos

Os atores entrevistados foram:

- Reinaldo Campos de Oliveira – Representante do Presidente do CONSEG – Pedra 90 e Região.
- Roque Durante – Representante dos Comerciantes do Bairro Pedra 90 e região.
- Vereador Toninho de Souza (Vereador) – Vereador e Apresentador de TV do Programa Cadeia Neles – TV Record, do Grupo Gazeta de Comunicação.

A percepção dos atores sociais em relação ao cenário de violência na localidade de Cuiabá revela o medo de sair à noite, especialmente. A violência é vista como um problema multidimensional, o qual tem raízes nos processos sociais mais amplos, decorrentes da ausência do poder público na promoção de serviços de saúde, educação, emprego, renda, infraestrutura e de segurança. Aponta ainda a crise de valores provocada pela desestruturação da família e a desvalorização da religião.

Entre as causas e fatores que contribuem para a ocorrência de homicídios, segundo a percepção dos atores sociais, além da visão generalizada que se fundamenta no aspecto socioeconômico, estão: a perspectiva epidêmica do envolvimento com entorpecentes e, no contexto específico, a grande circulação de armas, característica do nosso território de fronteira. O envolvimento generalizado de ambos, tanto no consumo quanto na distribuição, é o fator principal para o cenário de tensão estabelecido.

As vítimas, na maioria das vezes, pertencem aos estratos sociais mais pobres, sendo jovens, do sexo masculino, com idade de 16 a 25 anos, com baixa escolaridade, desempregados, pardos e com envolvimento com tráfico de drogas. De acordo com os entrevistados os autores dos homicídios apresentam características idênticas e segundo eles as motivações seriam a desestruturação da família, o envolvimento com drogas, as rixas, as vinganças e a ausência de políticas públicas de segurança articuladas com a assistência social.

Um dos entrevistados descreve as vítimas de homicídio da seguinte forma “Pessoas desestruturadas familiarmente, não convive muito com a sociedade da forma como a gente espera que acontecesse, desligado de tudo, deligado da escola, da igreja, desligado totalmente

da sociedade. Essas são as maiores vítimas”. Sobre os autores ele complementa “São pessoas ligadas entre eles mesmos, brigas de gangue, de bebidas alcoólicas, então são características semelhantes tanto dos que morrem e os que cometem crimes”.

Quando questionado se lembram de alguma pessoa que tenha sido vítima de homicídio no bairro, ou ainda, de algum caso marcante, o entrevistado diz “ assassinato de comerciante, pessoas de bairro, pessoas de bem, pessoas da sociedade, não lembro agora... faz anos que não acontece... próximo daqui não tenho lembrança”.

É possível perceber pela fala dos entrevistados que, pelo fato dos homicídios serem identificados como algo que afeta somente pessoas que já possuíam envolvimento com a criminalidade, sua dinâmica não causa nenhum desconforto. O homicídio de jovens que sejam identificados pela população como “brigas de gangues”, são naturalizados e percebidos como um “destino natural”. A preocupação dos entrevistados é com o crime contra o patrimônio.

Acerca dos programas sociais que atuam no bairro e na região os entrevistados citaram as irmãs da igreja católica com o projeto Brasil, a instituição Domingos Savio, entre outros para crianças, pela polícia o projeto “Só Alegria”. Todos estes projetos estão relacionados com inclusão social ou prevenção a violência em aspectos mais amplos, nenhum deles está direcionado aos homicídios, são políticas de emprego, qualificação profissional, dentre outras.

Questionados sobre de que forma o governo federal poderia contribuir, os entrevistados acreditam que o governo federal deveria investir no controle de fronteiras para que a droga não entrasse pelos estados fronteiriços.

3.6.1.3 Percepções dos atores individuais e coletivos vinculados à área de Justiça e de Segurança Pública

Os atores entrevistados foram:

- Bento Roseno da Silva - Escrivão da Delegacia de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP);
- Juann Pablo Queiroz de Melo Chefe dos Investigadores da Delegacia de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP);
- Anaíde Barros de Souza Santos. Delegada Titular da Delegacia de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP);

- TEN CEL Eduardo Henrique de Souza. Secretaria Municipal de Ordem Pública;
- Major PM Valéria Fleck – Major PM da Companhia de Polícia Comunitária – Base Pedra 90.

A percepção dos profissionais da área de segurança pública em relação aos territórios de maior ocorrência de homicídios está estreitamente ligada ao avanço do tráfico de drogas e à ausência da estrutura estatal nas periferias, regiões carentes de desenvolvimento econômico e social, bem como de políticas públicas de inclusão. São bairros com níveis aparentemente elevados de desemprego, baixa formação profissional e alta evasão escolar.

Os entrevistados apontam que a definição das funções entre as Polícias Civil e Militar e o papel do judiciário podem criar problemas na atuação desses agentes na resolução e prevenção de crimes, considerando que não há clareza na definição de funções e ações que possam ser realizadas nessas instâncias do governo. Os profissionais da área de segurança destacam a sobrecarga de responsabilidade do estado nesta área e o pouco envolvimento do município e do governo federal na política de segurança. Não há também muita clareza nas funções da recém-criada Secretaria Municipal de Ordem Pública em Cuiabá.

Considerando a ausência de programas e as ações do governo federal para a segurança pública em Cuiabá, pode-se concluir que não há articulação entre o Governo Federal e o Estado e o Município. No caso dos governos municipal e estadual, verifica-se uma parceria entre polícia militar, polícia civil e os agentes da secretaria da ordem pública de Cuiabá. Trata-se de uma recente política municipal que tenta prevenir a violência de uma forma mais geral, com ações articuladas de urbanidade e de garantia da ordem pública. Como percepção geral, as causas dos homicídios estão ligadas à realidade social e econômica das regiões mais afetadas pela falta de assistência do estado, criando um perfil populacional para o crime, uma sociedade à parte. Assim, as características de quem morre e de quem mata são, numa perspectiva matricial, iguais: jovens, moradores de periferias, de 15 a 30 anos, com pouca formação e vida ociosa. Não obstante, importa lembrar que este é um recorte da percepção dos atores mais do que uma análise dos perfis apresentados. Este município ficou menos desenvolvido em relação aos demais.

3.6.1.4. Recomendações

- Investimento em políticas públicas de assistência social – construir políticas públicas em parceria com as secretarias municipais de saúde, segurança e educação, visando a diminuição dos homicídios, através de ações conjuntas que auxiliem na formação profissional e educacional principalmente da população jovens;
- Melhorias na infraestrutura e nos serviços públicos nos bairros com maiores índices de violência – ampliação de vagas nas escolas e melhoria da educação de forma a reduzir a evasão escolar;
- Maior investimento em pessoal e equipamentos de segurança pública – ampliação do efetivo policial e melhoria das condições de trabalho da perícia e da investigação;
- Construção de uma política pública nacional que valorize o policiamento comunitário e a aproximação entre as polícias e a sociedade.

3.6.1.5 Quadro resumo de Cuiabá (MT)

Quadro 7 – Resumo de Cuiabá (MT).

<p>Causas/fatores de risco / motivações / dinâmica (em conformidade com o Diagnóstico de Homicídios no Brasil)</p>	<p>Causas: envolvimento com drogas; desestruturação da família; ausência do poder público; desemprego; falta de qualificação profissional. Motivações: rixas; vingança/ acerto de contas; drogas; homofobia.</p>
<p>Perfil dos autores e vítimas</p>	<p>As vítimas, na maioria das vezes, pertencem aos estratos sociais menos abastados, sendo jovens, do sexo masculino, com idade de 16 a 25 anos, com baixa escolaridade, desempregados, pardos e com envolvimento com tráfico de drogas. Os autores dos homicídios apresentam características idênticas.</p>
<p>Respostas do Estado (Abordagens, articulação, eficácia, impacto)</p>	<p>Ações de repressão; aumento do número de policiais nas ruas de Cuiabá; criação da Secretaria de Ordem Pública; melhoria na formação dos policiais; ações de políticas públicas do governo federal. Como impacto, observou-se que houve uma diminuição da violência com a presença ostensiva da polícia militar. O papel da Secretaria, ainda não está claro, portanto, não é possível observar suas ações efetivas.</p>

3.6.2 Município de Várzea Grande (MT)

3.6.2.1 Contextualização

Segundo dados do IBGE e da Câmara Municipal de Várzea Grande²⁰, o município foi fundado numa região de terra doada a indígenas locais em 1832 pelo Governo do Império. Também há registros de que sua fundação esteja ligada ao acampamento militar ali instalado durante a Guerra do Paraguai em 1867, havendo, nesse caso, controvérsias. Em 1911 tornou-se vila, e após 1920 com a construção da ponte sobre o rio Cuiabá, ligando-a à capital, começa a fixar famílias tornando-se cidade em 1948. Em 1956 recebe a construção de um aeroporto, atual Aeroporto Marechal Rondon, tendo uma estação de passageiros já em 1963. A partir de 1968, com incentivos locais para fixação de indústrias, iniciou-se um processo de desenvolvimento que vem, desde a década de setenta, atraindo novos habitantes e investimentos.

O município tem um IDHM de 0,734, classificado como alto, ocupando a 920ª posição entre os municípios brasileiros, com uma contribuição da dimensão “Longevidade” de 0,842, “Renda” de 0,711 e “Educação” com 0,661.

Várzea Grande tem uma população de 252.596 habitantes. Em termos de educação, o município tem 86,31% de suas crianças de 5 e 6 anos na escola, e 82,42% de crianças de 11 a 13 anos nas séries finais do ensino fundamental. Os jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo são cerca de 64% e os de 18 a 20 anos com ensino médio completo são cerca de 44%. O município tem uma expectativa de anos de anos de 9,62 anos superior à do estado que é de 9,29 anos.

A renda *per capita* em 2010 alcançou R\$ 668,86, com um índice de Gini de 0,46. O município tem cerca de 7% de indivíduos pobres e 2% de indivíduos extremamente pobres. A Tabela 10 sintetiza os principais indicadores sociais do município.

²⁰ Várzea Grande (MT). Câmara Municipal. Disponível em: <http://www.camaravarzeagrande.mt.gov.br/historia-de-varzea-grande/>. Acesso em: novembro 2016.

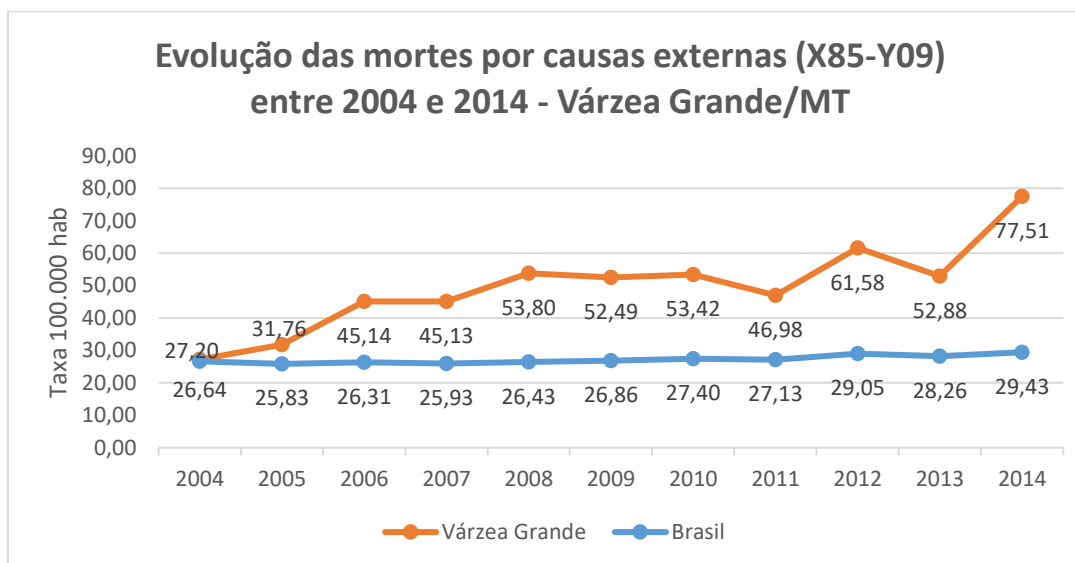
Tabela 10 – Aspectos sociodemográficos do município de Várzea Grande/MT.

Aspecto Sociodemográfico	Valor	
Área da unidade territorial - 2015	1.048,21	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	35	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	37.512	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	13.170	matrículas
Número de unidades locais	6.501	unidades
Pessoal ocupado total	55.541	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	20.400,27	reais
População residente	252.596	peessoas
População residente - Homens	125.267	peessoas
População residente - Mulheres	127.329	peessoas
População residente alfabetizada	213.999	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	82.482	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	151.109	peessoas
População residente, religião espírita	3.471	peessoas
População residente, religião evangélicas	70.808	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.791,50	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	2.309,60	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	500	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	500	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,734	

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Em relação aos homicídios, dentre os nove municípios analisados na pesquisa, Várzea Grande foi um dos que teve uma das maiores variações na taxa de mortes por causas externas, saindo de 27,20 mortes por 100.000 habitantes em 2004 para 77,51 mortes em 2014. O município, no período, teve uma taxa média anual, $\bar{X} = 49,81$, $DP = 13,57$, com uma variação anual média, $\bar{X} = 0,10$, $DP = 0,21$. No mesmo período a variação populacional foi baixa, apresentando $\bar{X} = 0,01$, $DP = 0,04$, sugerindo também uma baixa correlação entre a população e a taxa de mortes.

Gráfico 11 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Várzea Grande – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde e Estimativas, contagem e censo populacional/IBGE – Série Histórica.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

Os bairros com maiores ocorrências de homicídios em Várzea Grande no ano de 2014 foram São Mateus, Cristo Rei, Mapim, São Simão e Jardim Maringá I e II. De acordo com a informações disponibilizadas pela Secretaria de Segurança Pública os sábados e domingos são os dias de maiores incidências, nos horários das 18h01min às 23h59min, prevalecendo as vítimas do sexo masculino, com idade de 18 a 24 anos, de cor parda, estado civil solteiro, com crime usando armas de fogo, tendo com motivação as drogas, rixas, vingança. Os locais onde mais ocorreram homicídios foram na vida pública, residência particular, matagal.

Os entrevistados apontam que as características das vítimas de homicídios que ocorrem nas regiões pesquisadas são geralmente negras, jovens, analfabetas, moradoras de rua ou envolvidas com tráfico. Estas mesmas características estão presentes nos autores dos crimes, pois muitos homicídios acontecem dentro desses próprios grupos. Por isso, os entrevistados apontam que as vítimas e os autores têm relações, seja por atuarem no mesmo setor, seja por morarem nos mesmos bairros ou por estarem em situações de vulnerabilidade social.

Os crimes de homicídio têm, em geral, uma dinâmica específica, onde autor e vítima, usualmente, já mantém uma relação antes do crime. Em alguns casos, os homicídios são

cometidos a partir de um prévio planejamento, o que dificulta a elucidação do crime, pois nesses casos o planejamento pode retardar o acionamento da polícia ou mesmo uma disponibilidade menor de evidências.

As entrevistas revelam que as principais motivações para os acontecimentos de homicídios são envolvimento com drogas, vingança, acerto de contas, crime passional, entre outros. Para entender essas motivações, é necessário um estudo mais amplo sobre as condições socioeconômicas e culturais dessa população envolvida, visto que fatores como desestruturação da família nuclear, precariedade das relações sociais, falta de infraestrutura e espaços de lazer, além do desemprego e da má qualidade da educação, são apontados como problemas diretamente relacionados com o fenômeno da violência, na perspectiva compartilhada dos atores e agentes de segurança entrevistados.

Para prevenir esses crimes, os entrevistados apontam a melhoria nas condições de vida da população e nas condições de trabalho da polícia, podendo melhorar, inclusive, a investigação. Acreditam que o trabalho de investigação tem sido feito na medida do possível, e mesmo com as limitações das condições de trabalho, a polícia tem feito seu trabalho de forma eficaz.

A maioria das entrevistas indica que não há praticamente instituições nem programas que atuem nos bairros violentos no sentido de diminuir as ocorrências de homicídios nem programas de proteção às pessoas envolvidas com a violência. Esta ausência é muito forte, segundo os entrevistados.

Segundo os argumentos dos entrevistados, nossa análise sugere que, além das polícias e dos governos, deveria haver maior participação da sociedade civil no trabalho de prevenção da violência na melhoria da urbanidade, pois não se pode somente esperar ações do poder público.

Em relação ao governo federal, os entrevistados argumentam que esse ente público pouco tem contribuído com o controle da violência, deixando os governos estaduais com a maior parcela de responsabilidade. Apontam que, além da força nacional, o governo federal poderia financiar programas sociais de prevenção e melhoramento da vida da sociedade e ainda proteger, com bases do exército e da polícia federal, as fronteiras do estado de Mato Grosso.

3.6.2.2 Percepções dos atores individuais e coletivos envolvidos

Atores entrevistados:

- Divino Caetano de Souza – Representante dos Comerciantes de Comerciante em Várzea Grande.
- Edson Souza – Representante do Conselho de Segurança Regional – Comunitário – Bairro Cristo Rei.
- Padre Bruno Costa - Igreja Católica – Comunidade Canção Nova.

A percepção dos atores sociais em relação ao cenário de violência demonstra medo e insegurança nos bairros pesquisados. Os entrevistados alegam o medo de sair à noite e participar da vida social da cidade devido aos índices de violência. Os bairros da região do Cristo Rei são conhecidos como perigosos e violentos, seja no discurso dos moradores, da população da cidade e da mídia.

Os entrevistados apontam como causas e fatores que contribuem para a ocorrência de homicídios a ausência de políticas públicas integradas e o envolvimento dos jovens com drogas. As principais causas são o tráfico de drogas, as rixas, os conflitos entre marido e mulher, a homofobia e as vinganças. Os fatores de risco são evidenciados nos discursos dos entrevistados, tendo a família como instituição importante no desencadeamento da violência. As condições sociais, a desestrutura familiar, a falta de políticas públicas, a pouca qualificação profissional da população da periferia e a baixa escolaridade são apontados como condicionantes das manifestações da violência.

O perfil das vítimas dos homicídios estudados nesta cidade, segundo a percepção geral dos entrevistados, é de jovens de 17 a 25 anos, do sexo masculino, de baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, negros, oriundos de classes populares, envolvidos com drogas e criminalidade. São pessoas que vivem nas periferias das cidades, sem acessos à cultura, a saúde e a educação de qualidade, além de marginalizados do convívio social geral, estes jovens, em sua maioria, estão em situação de vulnerabilidade e são expostos, desde muito cedo, à violência. Estas comunidades, como na maior parte das periferias do país sofre com a falta de infraestrutura e políticas públicas de assistência social. Os autores dos homicídios pertencem, na maioria das vezes, aos mesmos círculos sociais, tendo, portanto, praticamente as mesmas características.

As motivações indicadas pelos entrevistados são próprias da realidade vivenciada por essa parcela da população. O envolvimento com o tráfico e o consumo de entorpecentes, bem como outras estruturas ilícitas que suscitam as rixas, os jogos de poder, as dívidas e até mesmo a vingança são as principais motivações para os homicídios. As formas de prevenir, na visão dos entrevistados, são a reestruturação da família, a implementação de políticas públicas integradas que contemplem segurança, emprego, educação, esporte e lazer, saúde, entre outras. Dá-se muita ênfase no papel do Estado na prevenção aos homicídios. A ação da polícia também é apontada como forma de prevenção, bem como os investimentos em inteligência policial.

3.6.2.3 Percepções dos atores individuais vinculados à área de segurança pública

Atores entrevistados:

- Manoel Bugalho Neto - 2ª Delegacia de Polícia
- Agente Homero - Guarda Municipal de Várzea Grande

As percepções dos profissionais da área de segurança pública em relação aos territórios de maior ocorrência de homicídios estão estreitamente ligadas à ausência da estrutura do Estado nas periferias, regiões carentes de desenvolvimento econômico e social, bem como de políticas públicas de inclusão. São bairros com níveis aparentemente elevados de desemprego, baixa formação profissional e evasão escolar elevada. Os profissionais da segurança pública destacam com muita frequência a desestruturação da família como causa do aumento da violência em Várzea Grande. Família e Estado seriam duas grandes instituições que deveriam funcionar no controle social.

Existe certo consenso entre os profissionais da área de segurança no que se refere à responsabilização do estado nesse gargalo; a falta de investimentos na estrutura de segurança, efetivo insuficiente e de ferramentas para o desenvolvimento das ações de investigação e repressão contribuem para a manutenção de um cenário que trata da segurança de forma emergencial e não permite a implementação de planejamento estratégico que expanda as possibilidades de se pensar a segurança pública. De outro modo, há uma confusão, também entre os profissionais de segurança, quanto a diferença entre repressão e prevenção, interferindo na forma como demandas são levadas ao estado.

As entrevistas revelam que os profissionais da área de segurança denunciam a ausência de políticas articuladas entre a União, o Estado e o Município no sentido de garantia da segurança pública. Alegam que a falta de programas, políticas e projetos do governo federal no estado de Mato Grosso tem contribuído para o aumento da criminalidade e para o aumento dos índices de violência nesta unidade da federação. Estes atores são conscientes das limitações das ações dos municípios que não têm recursos materiais e humanos para implementar políticas de segurança pública integradas com as políticas sociais.

Como percepção geral, as causas dos homicídios são o envolvimento com drogas, rixas, dívidas, vingança, conflitos interpessoais, diretamente relacionadas com as condições de vida da população residente nas periferias desta cidade. As características de quem morre e de quem mata são, numa perspectiva matricial, iguais: jovens, moradores de periferias, de 15 a 25 anos, desempregados, negros e pardos, sexo masculino, com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional. São pessoas-alvo dos profissionais do crime, devido a pouca ou quase nenhuma oportunidade no mercado formal de trabalho. Os que mais morrem também apresentam essas características.

3.6.2.3. Recomendações

- Maior articulação entre as políticas públicas de segurança que envolvam União, Estado e Município, sobretudo em relação ao combate e prevenção ao uso de drogas e controle das fronteiras;
- Criação de ações que aproximem os profissionais da segurança pública da população – incentivos para a criação de Conselhos de Segurança e bases de policiamento comunitário;
- Criar instrumento e instâncias de participação da população nas ações de segurança pública como um todo;
- Articulação entre secretarias diversas, como saúde, educação e segurança, para a construção de uma política que abranja todas as áreas de assistência.
- Maiores investimentos em equipamentos para investigação e repressão de crimes – investimento em equipamento para perícia e curso de capacitação continuada em investigação;

- Ampliação de políticas públicas de distribuição de renda. Além de ações públicas de assistência social e qualificação profissional.

3.6.2.4 Quadro Resumo de Várzea Grande (MT)

Quadro 8 – Resumo de Várzea Grande (MT).

<p>Causas/fatores de risco / motivações / dinâmica (em conformidade com o Diagnóstico de Homicídios no Brasil)</p>	<p>Causas: envolvimento com drogas; desestruturação da família; ausência do poder público; desemprego; falta de qualificação profissional. Motivações: rixas; vingança/ acerto de contas; drogas; conflitos agrários.</p>
<p>Perfil dos autores e vítimas</p>	<p>As vítimas, na maioria das vezes, pertencem aos estratos sociais menos abastados, sendo jovens, do sexo masculino, com idade de 16 a 25 anos, com baixa escolaridade, desempregados, pardos e com envolvimento com tráfico de drogas. Os autores dos homicídios apresentam características idênticas.</p>
<p>Respostas do Estado (Abordagens, articulação, eficácia, impacto)</p>	<p>Ações de repressão; prevenção; aumento do número de policiais nas ruas de Cuiabá; criação da Secretaria de Ordem Pública; ações de políticas públicas do governo federal.</p>

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.6.3 Município de Rondonópolis (MT)

3.6.3.1 Contextualização

A região de onde se situa o município de Rondonópolis, tal como outros sítios no estado, foi marcada pela presença de indígenas, militares e aventureiros em busca de ouro e prata, desde o século XIX. No início do século XX, entretanto, com a chegada das expedições para a implantação de linhas de telégrafo, sob o comando de Cândido Rondon, diversos povoados foram sendo fundados com a fixação de famílias vindas de Goiás e de outras regiões do estado do Mato Grosso. Entre esses povoados, às margens do Rio Vermelho, fundou-se aquele que, em 1920, foi transformado em distrito e denominado Rondonópolis.

O desenvolvimento contínuo do município, segundo dados oficiais da prefeitura de Rondonópolis²¹, acentua-se na década de 70 com um rápido processo de modernização no campo e a migração sulista, incrementando-se a cultura da soja, a pecuária e comércio. A partir dos anos 80 Rondonópolis torna-se polo econômico da região, passando a ser o segundo município mais importante economicamente no estado e reconhecida com a capital do agronegócio, avançando até os dias de hoje como um dos mais importantes polos agroindustriais do estado.

Rondonópolis tem um IDHM de 0,799, sendo um dos mais altos do estado do Mato Grosso, ocupando a 453ª posição entre os municípios brasileiros. A maior contribuição na composição do IDHM vem da dimensão “Longevidade” com 0,823, seguida pela “Renda” com 0,701 e “Educação” com 0,698. Ressalte-se que a dimensão Educação foi a que mais se desenvolveu no período de 2000 a 2010, conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2015).

O município tem uma população de 195.476 habitantes, com uma razão de dependência de cerca de 45% e uma população potencialmente ativa de cerca de 70%. A expectativa de vida ao nascer no município é de 74,4 anos.

Em termos de educação, crianças de 5 e 6 anos na escola são 88,8%, e as de 11 a 13 anos nas séries finais do ensino fundamental são mais de 90%. A proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 72,42% e a de jovens de 18 a 20 anos com

²¹ Rondonópolis (MT). Prefeitura Municipal. Disponível em:
<http://www.rondonopolis.mt.gov.br/?pg=conteudo&intCatID=121>. Acesso em: novembro 2016.

ensino médio completo é de 50%. A expectativa de anos de estudo até completar 18 anos é de 10,19 anos.

Rondonópolis detém uma renda *per capita* de R\$ 843,62 segundo dados de 2010, com um índice de Gini de 0,52. A população de pobres alcança 5,44% e a de extremamente pobres 1,35%. A Tabela 11 apresenta a síntese dos principais indicadores sociais do município.

Tabela 11– Aspectos sociodemográficos do município de Rondonópolis/MT.

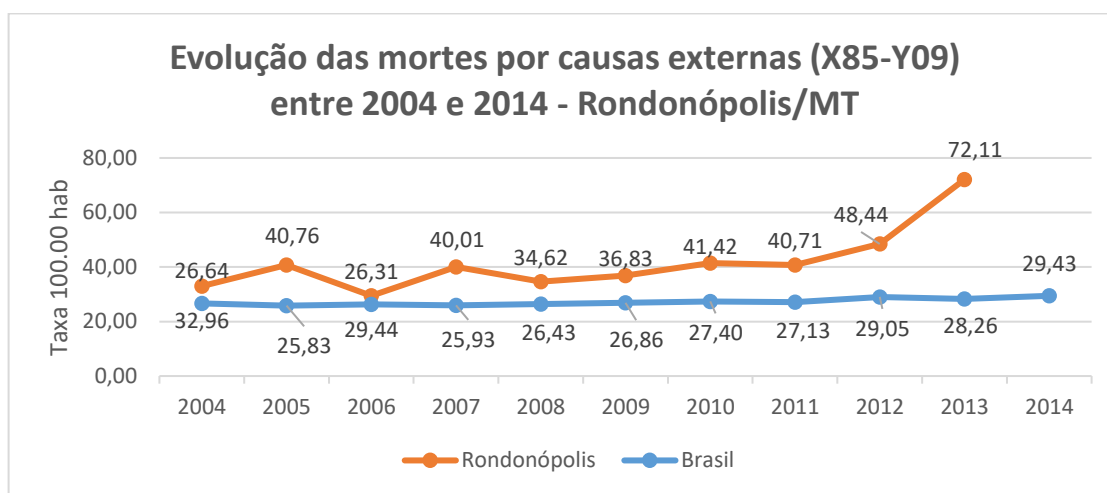
Aspecto Sociodemográfico	Valor	
Área da unidade territorial - 2015	4.159,12	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	86	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	28.971	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	10.209	matrículas
Número de unidades locais	6.783	unidades
Pessoal ocupado total	62.143	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	32.698,62	reais
População residente	195.476	peessoas
População residente - Homens	98.197	peessoas
População residente - Mulheres	97.279	peessoas
População residente alfabetizada	165.232	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	60.904	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	113.626	peessoas
População residente, religião espírita	3.809	peessoas
População residente, religião evangélicas	53.656	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.498,63	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	2.723,76	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	425	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	533,33	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,755	

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Assim como Várzea Grande, o município de Rondonópolis vem apresentando um crescimento contínuo de homicídios desde 2004, com uma queda substancial somente em 2014. Ao longo do período, o município apresentou uma taxa média anual de mortes, $\bar{X} = 43,35$, $DP = 12,50$, com uma variação percentual média anual, $\bar{X} = 0,14$, $DP = 0,24$. Em

termos populacionais, o município apresentou uma baixa variação anual média, $\bar{X} = 0,03$, $DP = 0,04$, aqui também sugerindo haver baixa correlação entre mortes por causas externas e a população.

Gráfico 12 – Evolução das mortes por causas externas (X85-Y09) em Rondonópolis – Período 2004 a 2014 (Taxa por 100.000 habitantes).



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde e Estimativas, contagem e censo populacional/IBGE – Série Histórica.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

Rondonópolis apresentou um crescimento populacional e econômico acelerado desde 1990 por ser o modelo agroexportador de soja, milho, algodão e pecuária extensiva em grandes extensões de terra. Esse modelo é o principal responsável pelo crescimento da cidade com ampla expansão econômica, urbana e populacional. A cidade já possui uma verticalização expressiva com prédios de alto luxo para atender à segurança dos setores agro empresariais e uma classe média de alto poder aquisitivo.

Apesar de todo esse crescimento urbano e econômico, nota-se na periferia da cidade bairros com pouca infraestrutura e condições e com moradias populares em regiões insalubres e pouco urbanizadas como nos bairros Sagrada Família e o Distrito Industrial. Salienta-se que ambos estão entre os cinco bairros com maior índice de homicídios do município. A cidade, hoje tem uma representação política muito expressiva ligada ao setor de agronegócios, assim por exemplo, três senadores da república, três deputados federais e quatro deputados estaduais são oriundos de Rondonópolis.

Questiona-se então o que explicaria as altas taxas de homicídio e de criminalidade uma vez que a cidade possui o segundo melhor PIB do estado e uma representação política mais significativa que a própria capital - Cuiabá. Observa-se por meio das declarações de alguns entrevistados que o modelo de desenvolvimento capitalista - baseado na produção de grãos e gado em grandes extensões de terras (latifúndios), dominados por poucos grupos econômicos - explicaria a exclusão de grande parte da população do município de Rondonópolis. A geração de renda é assimetricamente proporcional à geração de emprego por conta da alta tecnologia associada à produção intensiva de larga escala para a exportação.

Na prática, esse capital encontra-se concentrado nas mãos de poucos e não é distribuído socialmente na forma de emprego e geração de renda para aportar a mão de obra local e oriunda da migração de outras regiões. Por outro lado, a agricultura familiar não recebe o mesmo apoio e incentivo dos governos municipais, estadual e federal. A agricultura familiar se restringe a abastecer a feira livre de produtos que acontece aos finais de semana pela cidade.

Este modelo de desenvolvimento excludente se explica em parte pelas falas dos entrevistados e do grupo focal realizado na cidade com os atores sociais. Em relação à violência e aos homicídios, percebemos certa aceitação e naturalização por conta das drogas, justificadas pela falta de profissionais de segurança e até pelas precárias condições de trabalho da polícia. De modo geral, os atores entrevistados vinculam os homicídios à proximidade da Fronteira com o Paraguai e com a Bolívia. Rondonópolis fica num entroncamento rodoviário das Rodovias BR 163 e 364 que fazem a ligação com Mato Grosso do Sul, Goiás, Brasília, e mais ao oeste do estado, com a Bolívia e Rondônia.

Na fala da Delegada de Homicídios destaca-se muito o papel das drogas como responsável pela maior parte dos homicídios. Sobre as dificuldades que a polícia enfrenta para investigar e solucionar os casos, envolvendo a participação de motociclistas, ela respondeu que esta está relacionada ao uso de capacete, falta de testemunhas e de provas para chegar aos autores. Dos cinco inquéritos analisados de homicídios em 2014, apenas um caso foi identificado a autoria e tratou-se de um homicídio contra um Sargento da Polícia Militar assassinado porque foi reconhecido como policial. Os demais processos a que tivemos acesso envolvendo motociclista ou execuções na periferia, até o mês avaliado não tinham autoria definida. Percebemos certa naturalização deste tipo de crime e que a polícia “não pode fazer nada”, ou quase nada, para preveni-lo ou investigar e chegar à autoria, devido ao *modus operandi* dos autores destes homicídios.

O representante da Polícia Militar, por sua vez, relatou as dificuldades da Polícia Militar em prevenir ou evitar que estes crimes ocorram e associou-os também ao consumo e tráfico de drogas, disputas, vinganças, rixas e violência contra a mulher. Eles também teriam relação como contexto socioeconômico de Rondonópolis, com bairros periféricos distantes, onde os conflitos se fazem presentes e marcados pela ausência do poder público. Em sua fala, no entanto, ele faz uma sugestão que, segundo ele, poderia contribuir para a prevenção dos homicídios: investimento em gestão da informação, análise criminal e georeferenciamento, aliado com a prevenção primária com a participação do poder municipal auxiliando nesta prevenção.

O Delegado Regional também atribui as dificuldades de prevenção e investigação dos homicídios ao fato deles acontecerem até mesmo à luz do dia, com a participação de dois motociclistas, sendo que “o garupa” efetua os disparos usando capacetes. Também associou a maior parte deles com o consumo e tráfico de drogas.

No grupo focal fica claro o recorte de classe social, cor, idade, sexo e associação dos homicídios com a falta de apoio ou articulação entre o poder público municipal, estadual e até federal em relação às políticas públicas de inclusão social para a maior parte da população e jovens que vivem nas periferias, sem muitas oportunidades de se inserirem no modelo de desenvolvimento da cidade. As características de quem mata e morre, neste contexto, são negros, pardos e pobres com pouca qualificação profissional e com baixa escolaridade. São homens jovens entre 14 e 24 anos, e em sua maioria, usuários de drogas ou envolvidos com o tráfico. Aponta-se que outra população altamente vitimada são os LGBTTs sendo que nenhum dos homicídios praticados contra travestis a autoria foi esclarecida até hoje.

Outra associação com os homicídios, destacada tanto na fala de policiais quanto de atores sociais, é com o crime de pistolagem ou o crime organizado ligado ao tráfico. Alguns depoimentos apontam que tais atos teriam participação de profissionais de segurança. Ou seja, é “bandido matando bandido”. Esta foi uma declaração inclusive de um importante dirigente empresarial da cidade que se recusou a gravar entrevista dizendo que “os números não preocupam o setor empresarial nem mesmo a população por se tratar de bandido matando bandido”. E que isto era até bom para a sociedade e que ela aprovava. Este depoimento reforça a ideia de uma naturalização por se tratar de “bandido”, além de ser “bom para a sociedade”, nada, ou quase nada, pode ser feito.

A pergunta que se pode fazer é se no Estado de Direito, bandido, ou não, pode matar outro e ficar impune? Não seria este o papel da polícia militar e civil evitar, ou investigar e

chegar aos autores para evitar a impunidade? Nos depoimentos apareceu muito a questão da impunidade gerada pelo sistema de justiça criminal e falta de preparo da polícia judiciária em chegar aos autores destes crimes. Destaca-se a fala de um profissional de segurança que afirmou que tinha uma pessoa que já tinha matado mais de 30 e ainda continuava em liberdade.

Por fim, destaca-se o pouco efetivo disponível, por turno de trabalho, na Polícia Judiciária Civil. São apenas 3 investigadores, por turno, para esclarecer todos os crimes e com condições de trabalho deficientes. O interessante é que no momento da pesquisa de campo estava acontecendo uma operação na cidade chamada de “Carga Pesada”, visando reprimir o crime, executar mandados de prisão, prender pessoas procuradas pela polícia e apreender drogas e armas na cidade. O resultado não foi tão animador na avaliação de alguns apesar da operação ter sido amplamente noticiada pelos meios de comunicação no dia anterior e, no dia seguinte, e da grande mobilização dos efetivos da polícia militar e civil incluindo várias viaturas e até helicóptero. Na fala de alguns, a operação “Carga Pesada” nada mais é do que “um show de pirotecnia para dar satisfação para a população”.

Rondonópolis, apesar do peso da representação política e o do poder econômico, não consegue garantir cidadania à boa parte da população que vive nas periferias da cidade, à margem do desenvolvimento econômico e social. O aparelho policial mostra-se pouco preparado para prevenir e reprimir os homicídios em razão do *modus operandi* dos executores. Percebe-se, todavia, que houve uma redução de 15% dos homicídios do ano de 2014 para 2015.

3.6.3.2 Percepções dos atores individuais e coletivos envolvidos

Atores entrevistados:

- Sr. Francisco Souza Costa – Presidente do CONSEG;
- Jornalista Patrícia Cacheffo do Jornal do “A Tribuna”;
- Vereador Mauro do PT;
- Pedro Mendes de Oliveira. Pai de uma vítima;
- GRUPO FOCAL ATORES SOCIAIS - Presente na Reunião: Mara Oliveira – Coordenadora do Sistema Nacional de Empregos – SINE/Rondonópolis; Luiz Alceu – membro da Comunidade; Inês Pereira Feitosa – Militante dos Direitos Humanos; Adele Carolina Brito – Conselho Municipal da Mulher; Adriana

Diario Presidente do Grupo de Apoio aos Travestis e Transexuais da Região Sul – GTTRS; Suzi Moreira Barros – Membro do GTTRS; Moisés Passos Santana Gonçalves – Ativista do Grupo GTTRS e Professor Ensino Médio; Felipe Barbosa Teixeira – Ativista e Membro do Movimento Negro de Rondonópolis; Thais Pinheiro Gonçalves Vicente – Estudante de Direito – representando a juventude.

A percepção dos atores sociais em relação ao cenário de violência preocupa menos pelo medo que pela naturalização da criminalidade. A generalização da violência urbana, bem como o aspecto tênue entre violências legais e não legais, dificulta a construção de um quadro analítico sobre o tema. A questão para quem são os bandidos e as vítimas dependerá de onde e para quem se questiona. Os atores sociais reclamam do medo e da insegurança nos bairros pesquisados, especialmente no período da noite. De uma forma geral, sentem-se desprotegidos e muito preocupados com a violência e com os elevados índices de homicídios.

Entre as causas e fatores que contribuem para a ocorrência de homicídios, segundo a percepção dos atores sociais, além da visão generalizada que se fundamenta no aspecto socioeconômico, estão a perspectiva epidêmica do envolvimento com entorpecentes e, no contexto específico, a grande circulação de armas, característica do nosso território de fronteira. O envolvimento generalizado de ambos, tanto no consumo quanto na distribuição, é o fator principal para o cenário de tensão estabelecido.

Como percepção geral dos entrevistados, sejam atores sociais ou profissionais da segurança, verificamos que existe um quadro matricial, qual seja, o das periferias que sofrem com a falta de estrutura e assistência do Estado, formando um perfil cujas características são: jovens, pardos e negros, de 15 a 30 anos, desempregados, com baixa escolaridade, que fazem parte de grupos violentos e de gangues, sendo oriundos de classes menos abastadas. As vítimas e atores têm praticamente as mesmas características.

As motivações são peculiares à realidade vivenciada por essa parcela da população. O envolvimento com o tráfico e o consumo de entorpecentes, bem como outras estruturas ilícitas que suscitam as rixas, os jogos de poder, as dívidas e até mesmo a vingança são as principais motivações para os homicídios.

A população, de forma geral, delega a função de combate ao crime à estrutura de segurança pública e, em contrapartida, ao Estado, delimitando as esferas de participação. É importante destacar que, não raro, em algum aspecto, confundem prevenção com ações de

repressão, de forma a justificar o gargalo pelo déficit na estrutura de segurança pública. Entende, também, que as esferas de poder nas figuras do município e do estado não desempenham ações por haver certa dependência com o governo federal limitando-se a ele.

Por fim, percebemos que, tanto maior o nível educacional dos profissionais e atores sociais mais apurada são as suas percepções dos papéis desempenhados por estado e sociedade, sendo maiores as possibilidades de formularem demandas voltadas ao atendimento das necessidades de cada região.

3.6.3.3 Percepções dos atores individuais vinculados à área de segurança pública

Atores entrevistados:

- Sr. Anderson Rocha - Secretário do Gabinete de Gestão e Apoio à Segurança Pública Municipal e Secretário do GGI-M;
- Delegado Regional Claudinei Lopes;
- Dra. Karla Ferraz – Delegada Titular de Homicídios.

As percepções dos profissionais da área de segurança pública em relação aos territórios de maior ocorrência de homicídios estão estreitamente ligadas à ausência da estrutura do Estado nas periferias, regiões carentes de desenvolvimento econômico e social, e de políticas públicas de inclusão. São bairros com níveis aparentemente elevados de desemprego, baixa formação profissional e evasão escolar. Existe uma percepção de medo e insegurança de uma forma generalizada, devido ao grande número de homicídios e assaltos que ocorrem nas regiões pesquisadas.

Existe certo consenso entre os profissionais da área de segurança no que se refere à responsabilização do Estado nesse gargalo. A falta de investimentos na estrutura de segurança, o déficit contingencial e de ferramentas para o desenvolvimento das ações de investigação e repressão contribuem para a manutenção de um cenário que trata da segurança de forma emergencial e não permite a implementação de um planejamento estratégico que expanda as possibilidades de se pensar a segurança pública. De outro modo, há também uma confusão entre os profissionais de segurança quanto à diferença entre repressão e prevenção, interferindo na forma como as demandas são levadas ao estado.

Os profissionais da área de segurança, embora articulados com as estruturas de estado, entendem que o processo burocrático perpassa ações que limitam as possibilidades de criar novos moldes para a área de segurança pública que contribuam para a mudança social. Na

percepção da classe, o Estado não pode figurar somente como fomentador no repasse de verbas, mas precisa também aproximar o diálogo com as esferas estadual e municipal a fim de obter um panorama mais realista das especificidades de cada região, permitindo a criação de projetos que sejam adequados à realidade efetiva de cada território. Há uma concentração de responsabilidade nas instâncias do estado. Portanto, os entrevistados alegam que o município deveria participar mais ativamente na área da segurança pública.

Como percepção geral, as causas dos homicídios são diretamente proporcionais à realidade social e econômica das regiões mais afetadas pela falta de assistência do estado, criando um perfil populacional para o crime, uma sociedade à parte. As principais causas são o envolvimento com tráfico de drogas, as disputas de territórios entre gangues, as rixas, os conflitos interpessoais, etc. Assim, as características de quem morre e de quem mata são, numa perspectiva matricial, iguais: jovens, moradores de periferias, de 15 a 30 anos, com pouca formação escolar, pardos e negros e com vida ociosa. Não obstante, importa lembrar que este é um recorte das percepções dos atores mais do que uma análise dos perfis apresentados. Quem mais morre são jovens, desempregados, pardos e negros, de 16 a 25 anos, com pouca escolaridade, oriundos de familiares de classes populares, também envolvidos com o tráfico de drogas.

3.6.3.4 Quadro resumo de Rondonópolis (MT)

Quadro 9 – Resumo de Rondonópolis (MT).

Causas/fatores de risco / motivações / dinâmica (em conformidade com o Diagnóstico de Homicídios no Brasil)	Tráfico de drogas e rixas entre usuários de drogas
Perfil dos autores e vítimas	Jovens, negros e indígenas com poucas condições financeiras, muitos dependentes químicos
Respostas do Estado (Abordagens, articulação, eficácia, impacto)	O Estado é ausente e omissivo, deveria atuar de forma preventiva, através de programas sociais que promovessem a inclusão social dos grupos mais vulneráveis.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

3.6.3.5 Recomendações para Rondonópolis

Entre as sugestões de prevenção dos homicídios coletadas no campo destacam-se:

- Investir em infraestrutura e condições de trabalho para a perícias e atividades de investigação;
- Investir no fortalecimento das bases da polícia comunitária – promovendo uma maior integração entre polícia e comunidade;
- Adoção de políticas públicas voltadas para a redução da desigualdade social, assim como ações de programas de qualificação profissional, assistência social, entre outros, direcionado para os jovens;
- Promover o engajamento da população local na problemática da segurança pública com a promoção de fóruns de discussão e a realização de eventos que debatam com a população acerca da violência.

4 Considerações Finais

A Pesquisa **Homicídios Dolosos no Centro-Oeste Brasileiro** teve como objetivo geral compreender os modos de funcionamento social que circundam os fenômenos dos homicídios dolosos, assim como as lógicas que compõem as respostas dos Sistemas de Segurança Pública nesse cenário. Com a pesquisa, pretendeu-se também contribuir para o avanço na compreensão das dinâmicas sociais específicas dos homicídios em cada localidade selecionada e reunir conhecimentos que auxiliem na formulação de políticas públicas qualificadas para a redução dos altos índices de mortes violentas no país.

As questões que nortearam a pesquisa buscaram identificar as motivações e conjunturas culturais específicas dos homicídios dolosos em cada município, assim como as estratégias de intervenção adotadas pelas instituições de segurança pública acerca desse crime.

Nos oito municípios e na região administrativa pesquisados foram identificadas as seguintes percepções sobre a dinâmica dos homicídios:

1. Motivações

As disputas e os conflitos decorrentes do uso e do tráfico de drogas foram identificados pelos entrevistados como o principal fator que desencadeia a violência letal. As drogas aparecem como a principal causa e, segundo os entrevistados, elas teriam tomado conta dos bairros periféricos e corrompido a juventude residente nestes locais, inclusive crianças. Não aparece como uma questão para os entrevistados a razão pela qual as drogas se tornam um problema somente nestas regiões periféricas, uma vez que seu consumo não é exclusivo das camadas de menor renda. Elas não seriam um problema para a segurança pública nos bairros de classe média, com a presença de homicídios decorrentes do uso e tráfico? Aparentemente não. O principal problema seriam os crimes contra o patrimônio, representado pelos roubos e assaltos de residências, automóveis e outros bens de fácil recepção no mercado informal em torno do tráfico.

As altas incidências de homicídios nas localidades pesquisadas não foram identificadas como um problema para o qual as associações de moradores ou membros da Conseg estão mobilizados para demandar ações específicas do governo para a sua redução/prevenção. Ao atribuírem ao uso e venda de drogas e ao envolvimento com a prática de crimes como o principal fator de risco para ser vítima ou autor de homicídios, o discurso

de parte das lideranças comunitárias coincide com o discurso oficial de mais repressão às drogas, mais policiais, mais viaturas, leis mais severas e mais presídios.

2. Conjunturas sociais

Na análise das entrevistas apresentou-se um paradoxo. Isto porque, ao mesmo tempo em que os entrevistados recorrem ao envolvimento das vítimas com a dinâmica criminosa do uso e tráfico de drogas para explicar as motivações de crime, eles identificam que os espaços da cidade onde há uma maior incidência de homicídios são aqueles em que há uma menor presença do Estado em relação à oferta de serviços públicos e uma precária infraestrutura urbana. Nestes espaços, mesmo que o Estado se faça presente, os entrevistados reconhecem que os serviços de saúde, educação e mobilidade urbana são precários ou com uma oferta com qualidade desigual em relação às regiões de maior renda média. Observa-se, assim, uma contradição, pois, da mesma forma que justificam os homicídios por causa das drogas, responsabilizando as vítimas por se envolverem com elas, recorrem-se aos problemas sociais relacionados à ausência ou presença desigual do Estado para justificar o fato do bairro ser um local que possui maior incidência de crimes violentos.

Dessa forma, para os entrevistados, a ausência de políticas públicas e a desigual distribuição de recursos, bens, serviços explicam a dinâmica violenta naquela região, mas não justifica a trajetória do indivíduo que se torna vítima ou autor de homicídio. Para eles, a grande parte das vítimas já tinham “seus destinos selados”, uma vez que a grande maioria se enquadraria em uma destas classificações, pois eram usuário, traficante, “faziam parte de gangues”, “tinha várias passagens pela polícia”. As mortes são vistas como “naturais” e em alguns casos como “desejadas”, uma vez que muitos eram identificados como “irrecuperáveis” e a morte já seria seu destino certo.

3. Estratégias de intervenção

Das localidades pesquisadas, somente em Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal, havia uma política direcionada para a redução da violência. Em todas as demais localidades não foram identificados planos estaduais de segurança ou programas direcionados para a redução de homicídios. Ressalta-se que a ausência dessas políticas e programas não foi problematizada pelos representantes das associações ou conselhos de segurança, uma vez que, como foi colocado acima, a redução de homicídios não é uma demanda específica desses

atores que têm suas reivindicações direcionadas a ações que possam reduzir os crimes contra o patrimônio, pelo fato destes produzirem um maior efeito sobre a percepção de segurança das comunidades.

A principal constatação decorrente do trabalho empírico realizado é a marca presente, nos discursos da maioria dos interlocutores, de uma correlação imediata entre homicídios, tráfico de drogas e juventude. Essa narrativa sobre o problema, quando replicada nas políticas de segurança pública, tende a monopolizar as estratégias de intervenção nas chaves repressiva e punitiva do sistema de justiça criminal.

Medidas que estruturam o funcionamento dos órgãos de segurança pública são bem-vindas, diante dos relatos de escassez e falta de condições adequadas de trabalho coletadas junto aos profissionais da área. Entretanto, é necessário garantir que os investimentos realizados promovam uma melhor integração entre as agências e o incremento da capacidade investigativa das polícias. Também é de fundamental interesse que as alternativas de intervenção sejam coordenadas por diferentes frentes de políticas públicas e articuladas federativamente, de modo a garantir a co-responsabilização nas estratégias adotadas.

O Ministério da Justiça se constitui, nessa perspectiva, como um importante coordenador e fomentador de uma política nacional que induza a priorização e intervenção responsável e inclusiva sobre as dinâmicas sociais produtoras dos homicídios. Assim, as recomendações apresentadas no quadro abaixo são produto da sistematização dos achados decorrentes da pesquisa, assim como de uma síntese do que as produções na área preconizam como medidas a serem mobilizadas pelas esferas públicas na prevenção e redução de mortalidades intencionais violentas.

Quadro 10 - Recomendações Finais

EIXOS DE INTERVENÇÃO	AÇÕES PROPOSTAS
Focalização das Políticas públicas	Incentivo ao planejamento e implementação de políticas intersetoriais (com foco em territórios vulneráveis) de redução de homicídios e valorização da vida.
	Fortalecimento das redes de atenção à dependência química.
Sistema prisional/medidas socioeducativas	Incentivo às medidas para acompanhamento e reintegração de egressos
Controle interno e externo da atividade policial	Criação/fomento ao controle externo
	Criação/fomento ao controle interno
	Incentivos à criação de Disques-denúncia estaduais
Medidas de redução da violência contra a mulher (feminicídio e outras violências)	Fomento à implantação de medidas de acompanhamento policial a mulheres vítimas de agressão doméstica
Produção e difusão de conhecimentos	Realização de seminários e colóquios com apresentação de estudos e pesquisas sobre homicídios
	Fomento aos estudos sobre dinâmicas da violência letal e de avaliação de estratégias de políticas públicas sobre esse tema.
	Criação de campanhas nacionais de valorização da vida
Gestão por resultados	Indução de medidas que incentivem, no âmbito dos programas de segurança estaduais e municipais, a definição de metas e índices para aferição de vidas salvas.
Integração do sistema de segurança pública e de justiça criminal	Indução de medidas focalizadas em homicidas (operações para cumprimento de mandados de busca e apreensão e criação de câmaras técnicas estaduais para monitorar inquéritos e processos)
Atuação policial	Criação/incremento de delegacias de investigação de homicídios
	Fomento à descentralização/interiorização das delegacias de homicídios
	Indução de medidas e protocolos para preservação de local de

	crime
	Criação e indução de programas de proximidade entre polícias/guardas municipais e juventude
Desarmamento/control de armas	Retomada e incremento da campanha nacional para o desarmamento
	Incentivo às operações integradas para apreensão de armas
Garantia de direitos	Fomento aos programas de proteção a testemunhas e ameaçados de morte
	Incentivos à criação, no âmbito das organizações policiais, de medidas para a redução da letalidade
	Criação de espaços comunitários para mediação de conflitos e implantação de balcão de direitos
Orientação aos territórios e públicos vulneráveis aos homicídios	Fomento à criação de espaços de convivência para jovens nos territórios em situação de alta vulnerabilidade aos homicídios
	Ampliação dos programas de formação e inserção profissional de jovens, com ênfase em empreendedorismo, produção cultural e produção tecnológica.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 9, Universidade Católica de Brasília/Senasp, 2016.

Brasília, 25 de novembro de 2016.

Representante legal da Universidade Católica de Brasília

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. **Rev. bras. Estud. Popul.**, São Paulo, v. 30, p. S171-S191, 2013.

ARAÚJO, E. M. et al. Preenchimento da variável raça/cor de grupos selecionados de causas de morte no sistema de informações sobre mortalidade. **Boletim do Instituto da saúde**, v. 15, p. 42-50, 2014.

_____. Spatial distribution of mortality by homicide and social inequalities according to race/skin color in an intra-urban Brazilian space. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2010000400001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. Diferenciais de raça/cor da pele em anos potenciais de vida perdidos por causas externas. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 3, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2014.

BARBOSA, Luiz C. “**Cativando mentes e corações**”. **Uma análise das re-representações sociais dos “Guardiões da Ceilândia**”. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BARCELLOS, Christovam; ZALUAR, Alba. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 94-102, 2014.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

_____. (Org.). **Compreendendo e avaliando: Projetos de Segurança Pública**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BRAGA, Raquel Willadino. **Arquiteturas organizacionais, modelos de gestão e indicadores de eficiência das Corregedorias e Ouvidorias de Polícia**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.

CANO, Ignacio. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, Marcos Vinícius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 51-78.

_____. A mensuração da impunidade no Sistema de Justiça Criminal no Rio de Janeiro. In: **Revista Segurança, Justiça e Cidadania**, 2010, Ano 2, n. 4, p. 9-44.

CODEPLAN – PDAD/DF. **Pesquisa distrital por amostra de domicílios**. Brasília, 2014.

CODEPLAN. **Análise de vulnerabilidades da juventude negra no Distrito Federal e subsídios à implantação do Plano Juventude Viva**. Brasília, 2013.

COSTA, A. T. M.; SOUZA, D. B. D. A violência no eixo Brasília-Goiânia. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, p. 298-311, 2012. ISSN 2.

COSTA, Arthur et al. Avaliação dos homicídios no entorno do Distrito Federal. **Edital Pensando a Segurança Pública**. Ministério da Justiça/Senasp/PNUD, 2013.

COSTA, Arthur T. M. É possível uma política criminal? A discricionariedade no sistema de justiça criminal do DF. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n.1, p. 97-114, 2011a.

_____. Violências e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 353-365, ago. 2011b.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. Abordagens espaciais no estudo da criminalidade violenta nas cidades médias mineiras. In: **Simpósio Internacional sobre Cidades Médias, Uberlândia**. Anais, Uberlândia, 2006. p. 1-13.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, apr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100005&lng=en&nrm=iso>.

_____. O homicídio das jovens na periferia de Salvador. **Revista LEVS (Marília)**, Bahia, v. 9, p. 140-160, 2012.

_____. O vingador: o jovem como perpetrador – e vítima – da violência de periferia em Salvador. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção (Online)**, Bahia, v. 8, p. 623-646, 2009.

_____. Repercussões do homicídio entre jovens de periferia da cidade de Salvador. **Oralidades (USP)**, v. 9, p. 75-94, 2011.

FERREIRA-SANTOS, J. E.; BASTOS, A. C. S. Etnografia da favela à noite. **Os Urbanitas**, São Paulo, v. 6, p. 307-333, 2010.

FIGUEIREDO, Isabel; NEME, Cristina; LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro (Orgs.). **Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações**. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

FILHO, Adauto Martins Soares; SOUZA, Maria de Fátima Marinho de; GAZAL-CARVALHO, Cynthia et al. Analysis of homicide mortality in Brazil. **Epidemiol. Serv. Saúde** [online], mar. 2007, v.16, n.1 [cited 22 October 2014], p.7-18. Available from World Wide Web: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742007000100002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1679-4974.

FONSECA, Francisco César Pinto da. **Avaliação do Sinarm**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Conselhos de Segurança Pública no Brasil. Notas provisórias de um campo a ser explorado. Nota Técnica, ANO.

GALINKIN, Ana Lúcia; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; ANCHIETA, Vânia Cristine Cavalcante. **Representações sociais de professores e policiais sobre juventude e violência**. Paidéia (USP. Ribeirão Preto. Impresso), v. 22, p. 365-374, 2012.

GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro et al. Homicídios na região das Américas: magnitude, distribuição e tendências, 1999-2009. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, Dec. 2012.

GUELLATI, Yacine. **Os jovens em seu bairro**. Efeitos de bairro e sociabilidades juvenis no município de Águas Lindas de Goiás. Brasília: Dissertação de Mestrado em Sociologia – UnB, 2014.

IPEA, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2016**. Brasília: IPEA, 2016.

IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social: Segurança Pública. Brasília: IPEA, 2010.

KAHN, Túlio & ZANETIC, André. O Papel dos Municípios na Segurança Pública. In: **Coleção Segurança com Cidadania**, Brasília: Ministério da Justiça, 2009. ano 1, n. 01. p. 83-126.

LIMA, M. C.; XIMENES, R.; SOUZA, E.; LUNA, C. & ALBUQUERQUE, M. F. 2005. **Análise espacial dos determinantes socioeconômicos dos homicídios no Estado de Pernambuco**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 176-182, abr.

LIMA, Maria Luiza C de et al. **Análise espacial dos determinantes socioeconômicos dos homicídios no Estado de Pernambuco**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 2, Apr. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Oct. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000200006>.

LIMA, Sonia M. F. Representações sociais do homicídio nas famílias do homicida e da vítima. In: BONFIM, M. C. A. et al. (Org.). **Educação e diversidade cultural**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 429-447.

MACÊDO, Andréia de Oliveira. “Polícia, quando quer, faz!”: análise da estrutura de governança do “Pacto pela Vida” de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MARINHO, Karina Rabelo L.; OLIVEIRA JR., Almir de. Mudanças em organizações – o caso do policiamento. **Coleção Segurança com Cidadania**, Brasília, Ministério da Justiça, , Ano 1, n. 1. p. 231-254, 2009.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil**: subsídios para o Pacto Nacional de redução de homicídios. Brasília, 2015.

MISSE, M. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel (Org.). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008. p. 13-32.

_____. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 1, abr. 2011.

NUNES, B. F. (Org.). **Brasília**: a construção do cotidiano. Brasília: Coleção Biblioteca Brasiliense, 1997.

NUNES, Brasilmar Ferreira; COSTA, Arthur. Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. **Cadernos Metrôpole**, v. 17, p. 35-57, 2007.

OLIVEIRA, A.; GUELLATI, Y. Segurança pública e participação social no Distrito Federal. In: OLIVEIRA, A. Instituições participativas no âmbito da segurança pública: programas impulsionados por instituições policiais. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. Violência: um problema de saúde pública. In: LIMA, Renato Sérgio; PAULA, Liana de (Org.). **Segurança pública e violência**: o estado está cumprindo seu papel? São Paulo: Contexto, 2008. p. 101-111.

PERES, Maria Fernanda Tourinho et al. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. **Revista Pan-americana de Saúde Pública**, v. 23, n. 4, p. 268-76, 2008.

_____. Queda dos homicídios no município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. **Rev. Bras. Epidemiol.** São Paulo, v. 14, n. 4, p. 709-721, dez. 2011.

RAMÃO, Fernanda Pamplona. Espaço urbano, desigualdade socioespacial e dinâmica dos homicídios em Cascavel/PR. **Percursos**, Curitiba, v. 2, p. 97, 2009.

RAMÃO, Fernanda Pamplona; WADI, Yonissa Marmitt. Espaço urbano e criminalidade violenta: análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel/PR. **Revista de Sociologia e Política** (Online), v. 18, p. 207-230, 2010.

RATTON, José Luiz; TORRES, Valéria; BASTOS, Camila. Inquérito policial, sistema de justiça criminal e políticas públicas de segurança: dilemas e limites da governança. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 29-58, 2011.

RIBEIRO, Ludmila. **O tempo da justiça criminal brasileira**. Brasília, Ministério da Justiça, ano 1, n. 3. p. 37-68, 2009. (Coleção Segurança com Cidadania)

RIBEIRO, Marcio Fernandes. **Efeito da estrutura etária nas taxas de homicídios em regiões metropolitanas brasileiras (Natal-Recife-São Paulo)**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Travessias – a adolescência em Novos Alagados: trajetórias pessoais e estruturas de oportunidade em um contexto de risco psicossocial**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG. **Sociedade & Natureza** (UFU Impresso), v. 21, p. 131-145, 2009.

_____. Violência urbana em Uberlândia/MG: uma análise socioespacial dos homicídios. **Sociedade & Natureza** (UFU Impresso), v. 19, p. 123-141, 2007.

SANTOS, S. **Homicídios em Porto Alegre, 1996: análise ecológica de sua distribuição e contexto socioespacial**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 1999.

SAPORI, Luís Flávio; ANDRADE, Scheilla Cardoso P. de. Arranjos institucionais e políticas e segurança pública na sociedade brasileira. In: CRUZ, Marcos Vinícius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 191-228.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Klarissa Almeida. A incriminação em casos de homicídio doloso: a denúncia como relato determinante da condenação e o laudo de local de morte como relato de caráter cerimonial. 29^a Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal. **Diálogos antropológicos expandindo fronteiras**, 2014.

SILVA, Klarissa Almeida. Tipologia dos homicídios: uma análise sociológica das denúncias oferecidas pelo Ministério Público de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 74, p. 339-360, 2008.

SILVA, Klarissa Almeida. Construção social dos crimes de homicídios dolosos: compreendendo o fluxo dos papéis e a impunidade dos indivíduos a partir da análise das tipologias. **32º Encontro Anual da Anpocs**. GT08: Crime, Violência e Punição. Caxambu, Minas Gerais, 27 a 31 out., 2008.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, aug. 2010.

SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Soc. estado.**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, dez. 2007.

SOARES FILHO, A. M. Vitimização por homicídio segundo características de raça no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 745-755, 2011.

SOARES FILHO, Adauto Martins; SOUZA, Maria de Fátima Marinho de; GAZAL-CARVALHO, Cynthia. Analysis of homicide mortality in Brazil. **Epidemiol. Serv. Saúde**. [online], v.16, n.1 p.7-18, mar./2007.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. As co-variáveis políticas das mortes violentas. **Opin. Publica** [online], v.11, n. 1, pp. 192-212, 2005. ISSN 0104-6276.

_____. De quem é a morte, afinal de contas? **Ciênc. saúde coletiva** [online], v. 11, suppl., pp. 1159-1161, 2006. ISSN 1413-8123.

SOUZA, Dalva Borges; FRATTARI, Najla Franco. Padrões de homicídios na Região Metropolitana de Goiânia. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; SOUZA, Dalva Borges de; FREIRE, Flávio Henrique Miranda de A. (Org.). **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2013. p. 45-71.

SOUZA, Dalva Borges. Representações da violência urbana e segregação socioespacial na cidade de Goiânia. In: MELLO, Luiz; SOUZA, Dalva Borges de; NUNES, Jordão Horta; SOFIATI, Flavio Munhoz (Org.). **Questões de Sociologia: debates contemporâneos**. Goiânia: Cênone Editorial, 2013. p. 233-253.

TAVARES, B. **Na quebrada, a parceria é mais forte – Juventude hiphop**: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

UNODC. **Gestão e governança da Segurança Pública no Distrito Federal e Entorno**. Brasília, 2011.

VARGAS, Joana Domingues; RODRIGUES, Juliana Neves Lopes. Controle e cerimônia: o inquérito policial em um sistema de justiça criminal frouxamente ajustado. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n.1, p. 77-96, 2011.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, 2012.

_____. **Homicídios e juventude no Brasil:** mapa da violência 2014. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, 2014.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência. **Novos Estudos**, n. 84, jul. 2009.

ANEXO 1

Roteiro para a entrevista com profissionais de segurança pública

O bloco inicial do roteiro de entrevista com profissionais das instituições de segurança pública trata, de maneira geral, das estratégias do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal no caso de homicídios. O bloco subsequente trata especificamente do caso a ser trabalhado naquele território.

Introdução:

- Apresentação dos pesquisadores (nome, instituição).
- Apresentação dos objetivos da pesquisa e seu contexto (Edital MJ, objetivo central, que outras instituições também estão sendo entrevistadas, etc.).
- Apresentação da estrutura da entrevista (em torno de 1 hora- 30 minutos).
- Perguntar se a entrevista pode ser gravada (explicar como será utilizada, que não serão feitas citações diretas e nominais, etc./ Se sim, iniciar a gravação com uma breve introdução: “Essa entrevista será então gravada pela equipe de pesquisa e utilizada (repetir sucintamente a explicação). O (a) senhor (a) poderia me informar o seu nome completo, instituição e cargo? ”
- [Pesquisadores já possuirão as informações básicas relativas à instituição (nome, local) e do entrevistado (nome e cargo); algumas questões a esse respeito serão colocadas apenas para checagem].

Identificação:

- Nome
- Instituição/ UF
- Cargo
- Posto ou graduação
- Quanto tempo exerce o cargo atual

Entrevistador:

1. Levar em conta a relação do entrevistado com o espaço territorial no momento de formular as perguntas. Região é um termo amplo, que vai depender da referência que usam os entrevistados (região administrativa, bairro, comunidade etc.). Você poderia dizer quais são as áreas onde acontecem mais homicídios no bairro/região em que

- trabalha? Por que os homicídios acontecem especialmente nessas áreas?
(ENTREVISTADOR: buscar coletar as especificidades do território).
2. Você saberia descrever as características das vítimas dos homicídios que ocorrem nessas áreas?
 3. Na sua percepção, quais são as características dos autores desses homicídios?
 4. Detalhando um pouco mais o que você conhece sobre os homicídios:
 - a. Qual é em geral a relação que existia entre vítimas e autores?
 - b. Esses crimes tendem a ser planejados com antecedência ou não?
 5. [Motivação]. Em sua opinião, quais seriam as principais motivações desses homicídios?
 6. [Fatores de Risco] E quais são as causas mais gerais que ajudam a entender o problema?
 7. Na sua percepção, quais são as maiores dificuldades que a polícia encontra para:
 - a. Prevenir os homicídios nessas áreas?
 - b. E para investigar os homicídios?
 8. O que você considera que poderia ser feito para:
 - a. Evitar que outros homicídios venham a acontecer?
 - b. Identificar e prender os autores dos homicídios que aconteceram?
 9. Você conhece alguma instituição ou programa que atue neste bairro/região e que se preocupe em atingir os seguintes objetivos?
 - a. Diminuição dos homicídios:
 - b. Proteção das pessoas ameaçadas de morte:
 - c. Prevenção da violência de forma mais ampla:
 - d. ENTREVISTADOR: caso o entrevistado responda positivamente para algum dos itens anteriores, pergunte: que tipo de instituições e programas são esses e que ações desenvolvem? Essas ações têm funcionado? Por que?
 10. Além das polícias, existem outros órgãos governamentais que poderiam ajudar a prevenir a violência e os homicídios? O que poderia ser feito neste sentido?
 11. Em sua opinião, o que o governo federal faz para prevenir os homicídios; o que não faz; e o que poderia fazer melhor?

ANEXO 2

Roteiro para a entrevista com associados da vítima e do autor

O roteiro preliminar de entrevista de grupo focal está organizado em blocos. No caso dos familiares de vítimas e testemunhas do fato, dada as condições psicológicas dos respondentes, sugere-se a utilização da entrevista-ajuda não-diretiva, que respeita as necessidades de fala do respondente. Nesse caso, é feita apenas uma pergunta por bloco – a pergunta principal – sendo as demais apenas perguntas de esclarecimento sobre os pontos importantes da fala do entrevistado.

Organização:

O grupo focal pode contar com, no mínimo, quatro respondentes (idealmente seis), não devendo ultrapassar dez, entre os que estão relacionados aos casos estudados.

Apresentação:

“Esta entrevista é parte central de uma pesquisa de avaliação dos homicídios neste território. Nesse sentido, buscamos entender as experiências e expectativas dos senhores e senhoras, tendo como centro as experiências que tiveram com o fenômeno da violência. É importante ressaltar que não somos da equipe técnica da Senasp. E, portanto, suas contribuições são a base para avaliação e melhoramento da política de segurança pública. Este encontro vai durar não mais que duas horas e meia.”

Explicar que a entrevista será gravada, explicando como será utilizada (que não serão feitas citações diretas e nominais, para uso apenas dos pesquisadores) e assegurando verbalmente o anonimato (o compromisso deve ser gravado).

[Apresentação dos pesquisadores: nome, instituição e vínculo com a pesquisa].

Vamos agora pedir para que os senhores (as) se apresentem.

- Nome:
- Idade:
- Sexo/Gênero:
- Raça/cor:
- O que faz? Estuda/estudou? Qual o ano final?

- Trabalha? Qual profissão?
- Onde mora?
- E com quem mora? [casado, solteiro, mora com a mãe, tem filhos, etc.]
- Qual sua relação com a vítima/autor? [Família-vizinho-amigo-trabalho-igreja-outros]

Entrevistador:

Levar em conta a relação do entrevistado com o espaço territorial no momento de formular as perguntas. Região é um termo amplo, que vai depender da referência que usam os entrevistados (região administrativa, bairro, comunidade etc.)

1. Você se sente seguro caminhando nas redondezas de dia? E de noite? Quais são os principais problemas de segurança nesse bairro/região?
2. Você se lembra de alguma pessoa que tenha sido vítima de homicídio no bairro/região nos últimos anos? Você saberia dizer o que motivou este crime?
3. As pesquisas dos órgãos da saúde e de segurança indicam que acontecem muitos homicídios neste bairro/região.
 - a. [Fatores de Risco]: Em sua opinião, quais são os motivos que fazem com que este bairro/região tenha muitas mortes?
 - b. [Motivação]: Em sua opinião, quais são os motivos mais comuns dos homicídios neste bairro/região?
4. Na sua percepção, quais características têm as vítimas de homicídio neste bairro/região?
5. Na sua percepção, quais características têm as pessoas que cometem homicídios neste bairro/região?
6. Na sua percepção, o que seria preciso fazer para reduzir esses homicídios? De quem dependem essas medidas?
7. Você conhece alguma instituição ou programa que atue neste bairro/região e que se preocupe em atingir os seguintes objetivos?
 - a. Diminuição dos homicídios:
 - b. Proteção das pessoas ameaçadas de morte:
 - c. Prevenção da violência de forma mais ampla:

Entrevistador:

Caso o entrevistado responda positivamente para algum dos itens anteriores, pergunte: que tipo de instituições e programas são esses e que ações desenvolvem? Essas ações têm funcionado? Por que?

8. O que você acha do trabalho da polícia em relação à:
 - a. Prevenção de homicídios neste bairro/região?
 - b. Investigação dos homicídios que aconteceram neste bairro/região?
9. Em sua opinião, o que o governo federal faz para prevenir os homicídios; o que não faz; e o que poderia fazer melhor?

Finalização:

Agradecer participação e informações fornecidas. - Informar que o relatório da pesquisa será entregue em junho/2016 e que, provavelmente no final do ano, será divulgado publicamente pela Senasp.